



FACULDADE DE ARQUITECTURA – UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA DO CABO ESPICHEL

SENTIDO PARA UM RESTAURO

Alexandre Borges Álvaro
(licenciado)

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura

Orientador Científico: Doutor Pedro Paulo da Silva Marques de Abreu

Júri:

Presidente: Doutor José Manuel Aguiar Portela da Costa

Vogais: Doutor Paulo Jorge Garcia Pereira
Doutor Pedro Paulo da Silva Marques de Abreu

Lisboa, FAUTL, Dezembro de 2010



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
FACULDADE DE ARQUITECTURA

Título da Dissertação: Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel: Sentido para um Restauro

Nome do Aluno: Alexandre Borges Álvaro

Contacto: a.borges.alvaro@gmail.com

Orientador: Prof. Pedro Marques de Abreu

Contacto: pedro.marques.abreu@gmail.com

Mestrado: Arquitectura

Data: 28 Setembro 2010

RESUMO

O Santuário de Nossa Senhora do Cabo situa-se no extremo do Cabo Espichel, no município de Sesimbra. Hoje, é notória uma grande ambiguidade entre a qualidade e o significado do lugar e da arquitectura e o estado de abandono em que este se encontra. Esta dissertação insere-se num momento em que este lugar volta à atenção das pessoas, através de recentes propostas de intervenção e da comemoração simbólica dos 600 anos de culto.

Os objectivos principais são determinar se o santuário é uma obra que merece ser conservada e, se sim, de que maneira e que aspectos da sua forma são substanciais para tal. Utilizando um processo de leitura da arquitectura que se foca em três dimensões essenciais – *história, forma e significado* – tenta-se encontrar a essência do conjunto arquitectónico através da experiência que o

visitante dele faz (pois só desta maneira é possível compreender a sua verdadeira qualidade); depois, tenta-se perceber que aspectos da forma encerram esse conteúdo, e de que maneira devem ser conservados ou revelados para que a arquitectura viva e opere no seu habitante.

Como conclusão, procede-se a uma sistematização de actos de restauro que estão de acordo com essa identidade e com o objectivo de a revelarem, para que assim se proceda de modo cordial com a própria arquitectura, de forma a que esta mantenha todo o seu significado existencial.

Palavras-chave: Santuário, Nossa Senhora do Cabo, Cabo Espichel, Processo de Leitura da Arquitectura, Genius Loci.



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
FACULDADE DE ARQUITECTURA

Title: Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel: Sentido para um Restauro

ABSTRACT

The sanctuary of Our Lady of the Cape is located at the end of Cape Espichel, in the municipality of Sesimbra. Currently, it is clearly visible that there is a great ambiguity between the quality and meaning of this place and its architecture and the state of neglect that it has reached. This dissertation is made when the attention of people is once again drawn to this place, through recent proposals of intervention and the symbolic celebration of its 600 years of cult.

The main goals are to determine whether the sanctuary is a work that deserves to be preserved and, if so, in which manner and which aspects of its form are fundamental for this purpose. Using a procedure for reading architecture which is focused on three essential dimensions – *history*, *form* and *meaning* – we have tried to find the essence of this work of architecture through the experience of its visitors (for only in this way will it be possible to understand its real quality); subsequently, we have tried to perceive which aspects of its form contain this meaning and how they should be preserved or disclosed, so that architecture will live and make an impression on its inhabitants.

As a conclusion, we have carried out a systematisation of works of restoration which are consistent with this identity and the purpose of its revelation, in order to act in accordance with the architecture itself and maintain all its existential meaning.

Keywords: Sanctuary, “Nossa Senhora do Cabo”, Cape Espichel, Procedure of Reading Architecture, Genius Loci.

AGRADECIMENTOS

Sendo uma Tese de Mestrado um trabalho sobretudo individual, este não poderia ter existido sem a ajuda de várias pessoas, a quem gostaria de agradecer encarecidamente:

Primeiro, ao professor Pedro Marques de Abreu, o orientador deste trabalho, com quem, ainda antes do início deste, me interessei pelo tema e sobretudo pelo objecto em estudo. Agradeço ainda a grande disponibilidade que demonstrou desde o começo, a orientação bibliográfica e metodológica, e a tolerância e interesse com que me acompanhou ao longo destes meses, sem nunca deixar de respeitar a minha vontade e conhecimento do assunto.

Segundo, aos meus colegas e amigos, Patrícia Esteves, André Picaró, André Pereira e Nuno Salgueiro. Aos dois primeiros pelo trabalho que serviu de base a toda esta tese e onde muitos aspectos importantes foram primeiramente descobertos; à Patrícia e ao André Pereira pelo acompanhamento ao longo de toda a tese, ajuda na revisão e escrita desta, pelo confronto de ideias, pelos conteúdos que nas suas próprias investigações contribuíram para a minha e pelo auxílio na preparação para a defesa; aos quatro pela assistência no trabalho de campo e no aclarar de conhecimentos mais complexos.

À minha mãe e à minha família, por todo o apoio de fundo, pela ajuda financeira, por me terem dado a liberdade em termos de espaço e tempo para a feitura deste trabalho.

Ao arquitecto José Cornélio da Silva pela ajuda nas interpretações históricas e morfológicas do santuário, na pesquisa bibliográfica relativa aos intervenientes na obra arquitectónica, pela disponibilização do seu espaço, conhecimento e biblioteca durante vários meses e pela compreensão perante a minha indisponibilidade durante as últimas semanas antes da entrega da dissertação. À professora Marieta Dá Mesquita pela orientação na pesquisa de factos históricos relativos ao arquitecto do santuário. Ao Luís Ferreira e ao Rui Marques, da Câmara Municipal de Sesimbra, pela disponibilização do seu tempo e de obra escrita sobre o assunto em estudo. Ao fotógrafo Carlos Sargedas pela sua cooperação e pelo trabalho incansável na revitalização do santuário.



Fotografia de Carlos Sargedas.

“Ali de pé repousa o edifício sobre o chão de rocha. Este repousar da obra faz sobressair do rochedo o obscuro do seu suporte maciço e, todavia, não forçado a nada. Ali de pé, a obra arquitectónica resiste à tempestade que se abate com toda a violência, sendo ela quem mostra a própria tempestade na sua força. O brilho e a luz da sua pedra, que sobressaem graças apenas à mercê do Sol, são o que põe em evidência a claridade do dia, a imensidade do céu, a treva da noite. O seu seguro erguer-se torna assim visível o espaço invisível do ar. A imperturbabilidade da obra contrasta com a ondulação das vagas do mar e faz aparecer, a partir da quietude que é a sua, como ele está bravo. (...) Ela abre ao mesmo tempo a clareira daquilo sobre o qual e no qual o homem funda o seu habitar. Chamamos a isso a Terra. Do que esta palavra aqui diz há que excluir não só a imagem de uma massa de matéria depositada, mas também a imagem puramente astronómica de um planeta. A terra é isso onde o erguer alberga tudo e se ergue e, claro está, enquanto tal. Naquilo que se ergue advém a terra como o que dá guarida.”

Martin Heidegger, *A Origem da Obra de Arte*

*“Nossa Senhora do Cabo
Seu caminho pedras tem
Se não fosse por milagre
Já cá não vinha ninguém”*

*“Senhora do Cabo
Do Cabo do mundo
Deitou um braço à terra
E outro ao mar sem fundo”*

Quadras populares

ÍNDICE

I.	INTRODUÇÃO	1
I.I.	METODOLOGIA	6
I.II.	ESTADO DA ARTE	9
	I.II.I. DA METODOLOGIA	9
	I.II.II. DO SANTUÁRIO	10
	I.II.III. DO LUGAR	12
II.	LEITURA HISTÓRICA	15
II.I.	DA OCUPAÇÃO DO CABO ESPICHEL	18
	II.I.I. PRÉ-HISTÓRIA	18
	II.I.II. PROTO-HISTÓRIA	22
	II.I.III. ÉPOCA ROMANA	25
	II.I.IV. IDADE MÉDIA	27
	II.I.V. MITOS E LENDAS	36
II.II.	DO CULTO DE NOSSA SENHORA DO CABO	41
	II.II.I. AS LENDAS DE NOSSA SENHORA DO CABO	41
	II.II.II. O INÍCIO	47
	II.II.III. EXPANSÃO	52
	II.II.IV. A CONSTRUÇÃO DO SANTUÁRIO E OS SEUS INTERVENIENTES	55
	II.II.V. A QUEDA	64
III.	LEITURA FORMAL	69
III.I.	DO SÍTIO	70
III.II.	DO EDIFICADO	73
III.III.	EXPERIÊNCIA DA FORMA	77
	III.III.I. ARRAIAL	77
	III.III.II. EIXO	82
	III.III.III. EXTERIOR	83
	III.III.IV. ERMIDA DA MEMÓRIA	85
	III.III.V. IGREJA – TRAÇADO REGULADOR	86
	III.III.VI. CASA DA ÁGUA	94
IV.	LEITURA DO SENTIDO	97
IV.I.	O ESPÍRITO DO LUGAR	99

IV.I.I.	APROXIMAÇÃO AO CABO ESPICHEL	100
IV.I.II.	A ENTRADA NO CABO	101
IV.I.III.	NO TERMO DO PROMONTÓRIO	103
IV.I.IV.	O CARÁCTER DO LUGAR	105
IV.I.V.	AS FORÇAS ACTUANTES – O PARADOXO	109
IV.I.VI.	O RETORNO	113
IV.II.	PREMISSAS PARA A APROPRIAÇÃO E DESVELAR DO SENTIDO	115
IV.III.	O ESPÍRITO DO LUGAR CONSTRUÍDO	118
IV.III.I.	APROXIMAÇÃO AO CABO ESPICHEL	121
IV.III.II.	A ENTRADA NO SANTUÁRIO	123
IV.III.III.	SAÍDA PARA O EXTERIOR	126
IV.III.IV.	O RETORNO	129
IV.III.V.	HABITAR O SANTUÁRIO	133
IV.IV.	O SENTIDO: UMA HIPÓTESE	138
IV.IV.I.	HORIZONTALIDADE	140
IV.IV.II.	PARADOXO	144
IV.IV.III.	OCUPAÇÃO CÍCLICA	151
V.	ORIENTAÇÕES PARA UM RESTAURO	157
V.I.I.	TEMA	160
V.I.II.	ARRAIAL, HOSPEDARIAS E IGREJA	163
V.I.III.	EXTERIOR	169
V.I.IV.	CASA DA ÁGUA	170
VI.	NOTA FINAL	171
VII.	BIBLIOGRAFIA	173
VIII.	ANEXOS	181
VIII.I.	LEVANTAMENTO DGEMN	183
VIII.II.	LEVANTAMENTO DO CONJUNTO DO SANTUÁRIO	185
VIII.III.	PROJECTO DE RECUPERAÇÃO DO SANTUÁRIO DE	
	N^a. S^a. DO CABO.	187
VIII.IV.	PROJECTO PARA A POUSADA DO CABO ESPICHEL	
	E PROJECTO DE REABILITAÇÃO DO SANTUÁRIO.	191
VIII.V.	OUTROS	195

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

I. INTRODUÇÃO

O Santuário de Nossa Senhora do Cabo, no Espichel, é muitas vezes encarado como uma das mais importantes obras de arquitectura no país e, ainda assim, uma das mais desconsideradas. Este desinteresse num dos mais singulares conjuntos arquitectónicos nacionais parte não só das populações da zona de Lisboa e Setúbal, como também dos arquitectos e historiadores eruditos, como o nota um trabalho promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian feito nos anos 60¹. Quando visitámos pela primeira vez o santuário, há alguns anos, não pudemos deixar de notar a grande ambiguidade entre a sua qualidade arquitectónica, monumental, erudita e simultaneamente popular, e o seu estado de abandono próximo da negligência. Foi também com alguma estranheza que notámos o alheamento, perante esta situação, por parte das populações a quem o santuário mais diz respeito: as de Sesimbra e também os seus fundadores, as freguesias do *círio saloio*². No âmago desta situação estará, como o referem os autores da obra acima referida, o menosprezo por uma arquitectura mais pobre, mais tosca que outras no país, mais ricas e mais condizentes com certos estilos e para quem a atenção das pessoas e autores se vira, naturalmente.

¹ AMARAL, Francisco Keil do; et al. – *O Santuário da Nossa Senhora do Cabo Espichel*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964, pp. 5-9.

² “As irmandades de romeiros dos círios estremenhos levavam outrora uma tocha de cera (círio, do latim *cereus*) para oferecer ao altar da divindade, em preito de homenagem e devoção; e, por esse motivo, ao grupo de romeiros se passou a dar a designação de círio.” Esta metonímia data pelo menos do século XVII. Heitor Baptista Pato – *Nossa Senhora do Cabo – Um Culto nas Terras do Fim*, op. cit., p. 115. O círio saloio é uma romaria em forma de giro, ou seja, a imagem de Nossa Senhora é entregue a uma freguesia durante as festividades desse ano, permanece um ano nessa freguesia e é entregue à próxima freguesia nas festividades do ano seguinte. A primeira confraria do círio foi fundada em 1432 e dela faziam parte 30 freguesias dos concelhos de Cascais, Sintra, Loures, Oeiras, Lisboa, Odivelas e Mafra: Mafra, Arranhó, Bucelas, Igreja Nova, Santo Estevão das Galés, Lousa Fanhões, S. Julião do Tojal, Santo Antão do Tojal, Loures, Unhos, Odivelas, Carnide, Benfica, Ajuda, Belém, S. João das Lampas, Terrugem, Monte Lavar, Almargem do Bispo, S. Martinho de Sintra, Sta. Maria e S. Miguel de Sintra, S. Pedro de Penaferrim, Rio de Mouro, Belas, Alcabideche, Barcarena, Carnaxide, Oeiras, S. Domingos de Rana, Alcabideche e Cascais. Hoje é composto por 26 freguesias, tendo saído as freguesias de Mafra, Arranhó, Bucelas e Unhos.

Em 1995 a confraria, até então proprietária do santuário, doou a ala Norte ao Estado, que se comprometeu em recuperar integralmente o conjunto (o objectivo era, à altura, construir uma pousada da Enatur). No entanto, nenhuma intervenção teve lugar tirando algumas operações de restauro na igreja. Neste momento o espaço é pertença da confraria (igreja e ala Sul das hospedarias), da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (ala Norte) e da Câmara Municipal (os terrenos). Após os primeiros contactos da Câmara, o Estado não parecia estar interessado em ceder a sua posse, mas essa posição parece ter-se alterado nos últimos tempos.

Continuando a acompanhar a evolução desta obra arquitectónica desde a nossa primeira visita, não foi sem grande pesar que ajuizámos os projectos propostos para o lugar, alguns dos quais marcariam negativamente a qualidade de um conjunto único no panorama nacional. No entanto, a crescente atenção dada ao santuário deu-nos algum alento, que se veio a confirmar com algumas intervenções recentes, e sobretudo no crescente número de pessoas e entidades interessadas em promover a imagem do Cabo Espichel (das quais destacamos Carlos Sargedas, fotógrafo e residente em Sesimbra, que incansavelmente tem lutado pelo santuário, e a própria Câmara de Sesimbra).

Considerado Imóvel de Interesse Público desde 5 de Janeiro de 1950 e Zona Especial de Protecção desde 29 de Novembro de 1963, está ao abandono há vários anos, sem que se reúnam as condições necessárias à sua manutenção e revitalização. Agora que se celebram, simbolicamente, os 600 anos do início do culto no Cabo impera ponderar a fundo o futuro e vida actual deste Santuário. A UNESCO, através do Documento de Nara de 1994, declara que o valor de “autêntico” não se prende apenas com as questões palpáveis, mas também com as imateriais; tem sido desenvolvida uma perspectiva diferente sobre o Património físico, que pode ser definido como “*imaterialidade do material*”, e que defende a união entre estas duas condições como imprescindíveis para se apreender o valor real das coisas. No Cabo Espichel estamos perante esta dupla

valência, e o seu entendimento é essencial para quaisquer acções sobre o edificado³.

A tese que aqui apresentamos surge no seguimento do tema para Tese de Mestrado Integrado *Estudos e Projectos em Arquitectura sobre Pré-existências*, proposto pelo Professor Pedro Marques de Abreu. Considerando as reflexões acima expostas, aplicámos ao Santuário de Nossa Senhora do Cabo o Processo de Leitura da Arquitectura desenvolvido por Pedro Marques de Abreu na sua Tese de Doutoramento *Palácios da Memória II*⁴ (e que é o suporte teórico deste trabalho), sendo que este nos leva a considerar a arquitectura como um todo, em que o seu verdadeiro valor intrínseco vai para além da soma das partes. Assim, começamos com um estudo do lugar e da arquitectura, procurando compreender a essência do primeiro e de que modo a segunda responde a essa essência. O objectivo principal é entender o valor intrínseco não só do conjunto edificado como do lugar, para que se estabeleça um juízo sobre a necessidade ou não de conservar a existência desta união entre espaço natural e espaço humano. Esse juízo de valor vem, como não poderia deixar de ser, do objecto em estudo, mas não de um modo ausente e sim directamente da experiência que o homem faz com este.

*“O realismo exige que, para observar um objecto de modo a conhecê-lo, o método não seja imaginado, pensado, organizado ou criado pelo sujeito, mas sim imposto pelo objecto.”*⁵

Uma vez encontrada a essência da experiência humana no Cabo Espichel, e sendo que o espaço construído tem um papel de grande relevância para esta, com as conclusões retiradas desta leitura seremos capazes de constituir um corpo de orientações a serem aplicadas em qualquer intervenção sobre o

³ Ver a este respeito: introdução ao livro *Nossa Senhora do Cabo – um culto nas terras do fim*, de Heitor Baptista Pato, escrito pelo Professor Doutor Vítor Serrão. Heitor Baptista Pato – *Nossa Senhora do Cabo – Um Culto nas Terras do Fim*, op. cit.

⁴ ABREU, Pedro Marques de – *Palácios da Memória II: A Revelação da Arquitectura*. Tese de Doutoramento em Arquitectura, ramo da Teoria da Arquitectura, defendida na FAUTL a 2 de Fevereiro de 2005, p. 31 e seguintes.

⁵ GIUSSANI, Luigi – *O Sentido Religioso, volume I do PerCurso*. Lisboa: Verbo, 2008 [2002].

conjunto arquitectónico, acção essa que se quer cordial com o objecto e reveladora do valor que cremos ter. Também para isso o entendimento total do lugar, nas suas componentes materiais e imateriais, é imprescindível, para que a intervenção seja bem sucedida em manter não apenas o aspecto físico e estético do espaço, mas sobretudo a sua alma e que aspectos da forma a encerram, sendo que é essa sobretudo que mais nos marca no acto de habitar um lugar.

Com isto, procuramos dois objectivos capitais que nos conduzirão à correcta compreensão das características da arquitectura: apreender a participação da obra no Eu, centrando-se nos aspectos imateriais, essenciais e únicos na sua arquitectura singular – operativo a qualquer pessoa que frua da obra; e a determinação do modo como a obra de arquitectura participa no Eu, tratando de aspectos mais tangíveis da obra, ou seja, que aspectos dessa obra dizem o quê, de modo a, num acto de restauro, termos a capacidade de os reconhecer e garantir a sua sobrevivência e destaque – este objectivo destina-se, sobretudo, ao arquitecto-restaurador. A estes objectivos correspondem duas conclusões ou produtos: a determinação *sentido* da obra ao primeiro (porque só o *sentido* da obra decifra a sua operatividade no Eu); e a *reprodutibilidade* ao segundo (não falamos aqui de repristinos tão-somente técnicos, mas da capacidade compreender os elementos da forma que transmitem a identidade do objecto, para depois sermos capazes de desvelar essa mesma essência através do projecto de restauro).

Assim, realizamos uma leitura da pré-existência a vários níveis, que julgamos abrangerem toda a informação necessária para um verdadeiro conhecimento do objecto em estudo: da *história*, da *forma* e do *sentido* do Santuário, e que espelham o processo descrito em *Palácios da Memória II* (e que aqui correspondem aos três primeiros capítulos: *Leitura Histórica*, *Leitura Formal* e *Leitura do Sentido*). Introduzimos, ainda, uma última fase neste estudo que espelha as conclusões da leitura aplicadas à obra em estudo, e que se resume a um conjunto de actos ou orientações de restauro, os quais decorrem da essência do monumento.

I.I. METODOLOGIA

Como dissemos, a metodologia desta dissertação tem como base o processo de leitura da arquitectura apresentado na tese de doutoramento *Palácios da Memória II* de Pedro Marques de Abreu. Quanto abordamos a arquitectura sobre pré-existências, é apenas através da sua leitura que se pode perceber quais os seus exemplares que devem ser protegidos pelo seu valor, que aspectos da forma dos objectos veiculam esse valor e, portanto, devem por sua vez ser conservados e revelados, e apenas por essa leitura se estabelece um corpo de critérios que determinam a correcta acção sobre o *sentido*. Esta leitura deve ser adequada ao objecto – ou seja, partir deste, partir das deliberações por este impostas – e ao sujeito – ou seja, basear-se na experiência que este faz do objecto. Apenas desta maneira se pode conhecer a realidade da existência da arquitectura. Como Pedro Marques de Abreu demonstra nos casos de estudo na Parte Prática da sua tese, a leitura é feita em três parâmetros – *história, forma e sentido* – e que englobam todas as vertentes da existência do objecto, respectivamente temporal, física e imaterial.

Assim, o estudo é feito por métodos variados. A dimensão histórica tem como âmbito o estudo de testemunhos iconográficos e bibliográficos referentes ao Santuário, e trata o Monumento como documento da época em que foi realizado e ao longo da sua vida. O seu principal objectivo é o de garantir a intersubjectividade da Leitura e da correcção da mesma, através da comparação das conclusões e análises de outros com as nossas. Para além disso, existem outros propósitos, tais como o do estabelecimento de uma comunidade de pessoas que viveram a experiência desta obra, e a capacidade de me reportar até àquela época, não apenas como documento histórico, mas através da capacidade que apenas as obras de arte têm de criar uma ambiência própria, que pertence a uma época particular. Esta investigação decorrerá a três níveis: um relativo à obra, outro aos criadores e habitantes e um terceiro à cultura da época. Na *Leitura Histórica* fazemos ainda um estudo do passado do Cabo Espichel, desde as primeiras ocupações até ao início do culto que hoje lá existe,

e também desde o início do culto até à construção do conjunto edificado. O objectivo é recolher informações sobre essas mesmas ocupações e retirar conclusões sobre o porquê da sua existência, ou seja, porque razão ocorreram especificamente no Cabo Espichel e de que maneira o próprio lugar determina certos aspectos dessa habitação. Julgamos que o passado do Cabo Espichel terá uma essência algo uniforme, capaz de nos revelar também a essência do lugar, ou seja, *para que é que ele serve*, que experiência humana encontra aqui a sua resposta.

A segunda dimensão, da *forma*, tem como âmbito o estudo da existência material do santuário; estando entre o sujeito-leitor e a obra, será sobretudo através desta que um e outro se relacionam, e portanto é fundamental para o entendimento da experiência no lugar. Uma vez que não seria operativo estudar todos os aspectos da forma, pretendemos averiguar que elementos dessa forma são essenciais, isto é, que componentes materiais ou ambientes singulares do santuário veiculam a identidade da obra. Neste campo, a investigação dividir-se-á em diferentes partes. A primeira será uma análise do *sítio*; a segunda um estudo dos edifícios em si (da igreja, das hospedarias e das outras dependências), que se subdividirá em outros pontos: os materiais, modos de construção, a expressão ou estilo da arquitectura, as dimensões e proporções e o sistema organizativo; a terceira, a leitura de uma dimensão que Abreu apelidou de *Dimensão Estésica*, ou seja, uma leitura das características responsáveis pela transmissão da identidade da obra (esta última parte estabelecerá a ponte para o assunto do *Sentido*).

A terceira dimensão – *Leitura do Sentido* – trata das experiências arquitectónicas que o objecto proporciona; o objectivo desta dimensão do Processo de Leitura é o de identificar as suas qualidades essenciais relativamente ao modo de a habitar, e depois, as qualidades especiais, únicas. Tal como a *Leitura Formal*, advém da forma do objecto no seu estado actual, mas não se trata aqui das características geométricas de uma tipologia, esta não é uma investigação técnica mas sim poética, ou seja, analisamos as experiências

que são únicas na arquitectura: só através do *sentido* a arquitectura em questão é assimilável pelo sujeito, e só assim participa e opera no *eu* que nela habita, tornando-se necessária à vida humana se esse sentido for positivo; procuramos, enfim, o seu significado último e a razão da sua existência. Não nos apercebendo do *sentido* desta arquitectura específica, ele permanecerá desconhecida, desconhecemos o seu valor operativo (e não apenas valores estéticos, históricos ou técnicos) e esta é, para nós, desnecessária.

Dividido em quatro partes, começamos com uma tentativa de análise do lugar sem ter em conta o conjunto edificado, para assim se compreender as características essenciais do espaço no seu estado intocado, ou seja, o seu *genius loci*; seguidamente, tiramos conclusões intermédias sobre de que maneira a arquitectura deverá ser edificada para melhor responder a essa essência; depois, fazemos o mesmo estudo inicial mas agora tendo em conta o objecto em estudo; por último, avançamos com uma interpretação possível do seu *sentido*, da sua essência. Conseguimos assim, com todos estes passos, ilustrar o valor imaterial inerente ao lugar. Este capítulo é o que mais directamente lida com a experiência actual do homem no lugar, e portanto é desta que se retiram as principais conclusões sobre uma acção arquitectónica a ocorrer no santuário nos dias de hoje.

Com estas acções teremos encontrado a essência do Santuário de Nossa Senhora do Cabo, não só do conjunto construído como da sua relação com o lugar, e assim teremos o corpo de critérios para qualquer intervenção sobre este. O próximo passo é sistematizar esse conhecimento e aplicá-lo aos principais elementos da arquitectura, ou seja, aqueles que veiculam o seu sentido, com o objectivo de orientar uma acção conscienciosa sobre a pré-existência que deve revelar e conservar estes elementos. Estes critérios serão aplicados a vários níveis, incluindo o programa funcional que deverá operar neste local. De notar que, ao denominarmos o capítulo de *Orientações para um Restauro*, não estamos com isto a definir *à priori* a acção arquitectónica que deve ser praticada neste caso específico; essa determinação surgirá, como só pode ser, depois da leitura

da obra. Com esta denominação conotamos toda e qualquer intervenção arquitectónica sobre uma pré-existência.

Os problemas na disciplina do Restauro⁶ são hoje muitos e de resolução delicada. Na tese de Pedro Marques de Abreu⁷ estão expostas algumas das questões mais pertinentes sobre o tema, e que, não sendo respondidas, levam a intervenções regidas por razões erradas e perniciosas para a obra em questão. Não responder a estas questões significa dar ao acto de restauro um rumo que não corresponde à obra em si, mas a factores económicos, técnicos ou, muitas vezes, ao gosto pessoal, por oposição a valores intersubjectivos que uma intervenção deste tipo obriga.

I.II. ESTADO DA ARTE

I.II.I. DA METODOLOGIA

Quanto ao Processo de Leitura da pré-existência que propomos utilizar, os aspectos da Tese de Doutoramento de Pedro Marques de Abreu – *Palácios da Memória II: a Revelação da Arquitectura* – que aqui foram descritos serão os essenciais para o nosso estudo, e é neste texto que melhor se encontram expressos e definidos. Contudo, o próprio autor refere o *Processo di Lettura Storico-Critico*, de Sandro Benedetti, como um antecedente ao seu estudo.

Deste Processo de Leitura, destacamos os seguintes pontos essenciais: a verdadeira interpretação da obra só pode ser gerada a partir da própria obra, de modo a que seja a própria obra a apontar o que dela devemos saber; a re-execução da obra, o percorrer do seu processo formativo, como modo de

⁶ De notar que, ao denominarmos o capítulo de *Orientações para um Restauro*, não estamos com isto a definir *à priori* a acção arquitectónica que deve ser praticada neste caso específico. Com esta denominação conotamos toda e qualquer intervenção sobre uma pré-existência arquitectónica.

⁷ Pedro Marques de Abreu, *Palácios da Memória II*, op. cit. p. 31 e seguintes.

aceder à sua ontologia, sem a distorcer com interpretações forçadas; a estrutura do seu Processo de Leitura é constituída por três níveis: *Filológico-Descritivo*, que indica os vários âmbitos dos quais devem ser apreendidos dados palpáveis que poderão descrever a obra (investigação de arquivo, análise arquitectónica, aspecto temático, etc.), *Valorativo*, cujo objectivo é retirar a Leitura de uma mera descrição, trazendo à luz os aspectos determinantes da obra, e comparando-os com outros de obras semelhantes, e *Revelativo*, onde se procura saber que mensagem a obra transporta, o que é, e qual o seu contributo para a cultura e humanidade.

Ainda sobre a temática do Restauro e da metodologia a ser usada, importa referir Cesare Brandi, sobretudo nas determinações sobre a obra de arte que faz na sua *Teoria do Restauro*, que em parte respondem à necessidade de manter viva esta obra arquitectónica enquanto arte: ao reconhecermos a obra de arte como tal, a sua operatividade em mim far-me-á ter a consciência do seu valor, seguindo-se uma vontade de protecção e salvaguarda sobre essa mesma obra que advém da importância que ela tem para mim enquanto ser humano. Ainda em relação a este tema, o autor refere que para qualquer acção relativa à obra de arte, é necessário o seu entendimento como tal – a necessidade da Leitura. Esse reconhecimento estabelecerá as premissas para o acto de restauro, confirmando que tal acção parte da leitura da obra – é a obra que nos mostra a sua identidade e como agir em conformidade com ela. As premissas para a acção do restauro, determinadas por Brandi na sua *Teoria do Restauro* serão levadas em conta na nossa investigação.

I.II.II. DO SANTUÁRIO

Numa missão de estudo com vista à recuperação do Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel⁸, subsidiada pela Fundação Calouste Gulbenkian, Francisco Keil do Amaral, António Pinto de Freitas, Francisco da Silva Dias,

⁸ Francisco Keil do Amaral, et al – *O Santuário da Nossa Senhora do Cabo Espichel*, op. cit. p. 6.

Carlos Worm, Salustiano dos Santos, Helder Pereira de Almeida e Diogo Lino Pimentel escrevem as seguintes palavras: *“Não existem, neste país, muitos conjuntos arquitectónicos tão acentuadamente de cá, em que a marca de uma região se imponha com aquela sóbria e sabida evidência. Há em Portugal, é claro, edificações de outro vulto, de outra riqueza, de outra erudição estilística. Mas não são tão nossas, tão enraizadas nas realidades físicas e espirituais inerentes a uma região, à gente que nela vive e que no seu contacto diário se afeiçoou, dando-lhe feição”*. Este aspecto, o de esta obra estar tão profundamente enraizada na cultura portuguesa, marcará o nosso estudo. Este texto apresenta ainda algumas leituras interessantes sobre o local, o Santuário e a sua utilização.

Em relação ao restauro do Santuário, em 1995, Victor Mestre apresenta um projecto de intervenção arquitectónica sobre o local⁹, destinando-se à recuperação das alas sul e norte das hospedarias e do teatro barroco (para ser usado como auditório) e à ampliação da ala norte para uma pousada da Enatur. Da leitura feita à pré-existência e ao local, destacamos aquilo a que Victor Mestre apelidou de uma *“forte presença do “monumento natural” e a adição do conjunto arquitectónico, que, na sua expressão plástica e disposição volumétrica, confere à plataforma uma beleza ímpar”*. O autor refere que existe no local uma *“harmonia da Natureza com o que o Homem tem de mais arreigado e puro – um profundo sentido religioso de cariz pagão”*. Quanto à ética, Mestre menciona que a intervenção se apoia em conceitos de restauro existentes em cartas de património, resultando numa tentativa de respeitar a pré-existência nos aspectos construtivos e volumétricos e evitar falsos regionalismos historicistas e mimetismos. Procurou usar-se técnicas e pensamentos estéticos contemporâneos, mas utilizando materiais locais, já utilizados no edifício pré-existente, tais como a pedra de Sesimbra; dar continuidade volumétrica e rítmica em relação ao existente e às adições e alterações; responder às necessidades ao nível do conforto da sua utilização, sem nunca adulterar a identidade do local; manter a vegetação do

⁹ PEREIRA, Nuno Teotónio – *Reabilitação: ala sul para a confraria e adaptação da ala norte do Santuário e restauro da I.N.S. do Cabo Espichel* in *Arquitectura e Vida* Jun. 2001, nº 17, pp. 16-21. Ver o capítulo *Anexos*.

perímetro do Santuário intocada, respeitando a acção da Natureza sem acção humana. Nuno Teotónio Pereira, num comentário a este texto, refere algumas atitudes positivas, tais como a recusa de uma vista panorâmica sobre o mar; a demarcação clara entre a obra nova e a pré-existência; a adição de um muro a norte da adição da pousada, destinado a abrigar a zona exterior de serviço e estacionamento; e o carácter rítmico das novas fachadas, prolongando sem copiar a cadência existente.

Quanto à história do culto de Nossa Senhora do Cabo, duas obras principais foram tidas em conta, bem como as referências a que estas aludem: *O paraíso no «fim do mundo»: O culto de Nossa Senhora do Cabo*, de Luís Marques¹⁰, e *Nossa Senhora do Cabo: Um Culto nas Terras do Fim*, de Heitor Baptista Pato¹¹. É destas duas obras, e sobretudo da segunda, que retiramos grande parte do conhecimento sobre este culto em todas as suas vertentes. Estes não só se referem à sua história, como também ao seu estado actual, apresentando todos os factores do culto com grande detalhe. Através destas obras conseguimos ter uma visão transversal da existência do culto, desde a sua fundação (que, apesar de tudo, se encontra ainda imprecisa), os seus períodos áureos e a sua recente declinação; e das figuras individuais e populações que a este se dedicaram. A obra de Baptista Pato apresenta ainda uma vasta investigação da história do Cabo Espichel antes do actual culto, que tivemos em grande conta.

I.II.III. DO LUGAR

Quanto ao lugar do Cabo Espichel, tivemos em conta dois factores: primeiro, a sua história e depois a sua caracterização morfológica e o seu significado, ou seja, na sua relação com o ser humano, que experiência proporciona. Quanto à história, para além da já referida obra de Baptista Pato,

¹⁰ MARQUES, Luís – *O paraíso no «fim do mundo»: O culto de Nossa Senhora do Cabo*. Lisboa: Sextante Editora, 2007.

¹¹ Heitor Baptista Pato – *Nossa Senhora do Cabo: um culto nas terras do fim*, op. cit., p. 115.

de grande importância foi *O tempo do Risco: Carta Arqueológica de Sesimbra*¹², com textos de Manuel Calado, Luís Gonçalves, Rui Francisco, Pedro Alvim, Leonor Rocha e Rosário Fernandes, bem com intervenções de muitos outros autores, que é, tanto quanto sabemos, o estudo de arqueologia mais aprofundado sobre o Cabo. Através destas duas obras conseguimos estabelecer um padrão de ocupações para o lugar desde a Pré-História até aos dias de hoje, que desvela um pouco do seu significado. Em relação ao segundo ponto, a obra fundamental foi o *Genius Loci*, de Christian Norberg Schulz¹³; através de vários exemplos explanados nesta obra, conseguimos clarificar a visão global sobre o lugar e sobre a arquitectura em si, a ligação entre ambos e as razões que levaram o homem à sua ocupação e modos de edificação.

¹² CALADO, Manuel, et al – *O tempo do Risco: Carta Arqueológica de Sesimbra*. Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra, 2009.

¹³ NORBERG-SCHULZ, Christian – *Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture*. New York: Rizzoli, 1980.

CAPÍTULO II

LEITURA HISTÓRICA

II. LEITURA HISTÓRICA

Neste capítulo debruçamo-nos sobre o passado do Cabo Espichel, antes e depois da implantação do actual culto. No estudo histórico dedicamo-nos sobretudo à história do lugar e do conjunto construído, bem como das suas condicionantes e factores preponderantes para a sua evolução. Dividindo a análise em duas partes, estabelecemos uma barreira temporal no início do culto actual no local; a primeira parte dar-nos-á um melhor entendimento da essência do lugar, a segunda do conjunto construído. Quanto à história do culto mariano, que extravasa os limites do nosso estudo, os *círios*, duas obras fundamentais retratam-no inteiramente: *O paraíso no «fim do mundo»: O culto de Nossa Senhora do Cabo*, de Luís Marques¹⁴, e *Nossa Senhora do Cabo: um culto nas terras do fim*, de Heitor Baptista Pato¹⁵. Das várias obras que dissertam sobre ou que aludem ao Cabo Espichel, destacamos duas: esta última, *Nossa Senhora do Cabo*, onde encontramos uma das mais intensivas e extensivas pesquisas e teorias sobre a história do lugar, e das mais hábeis; e a mais recente carta arqueológica da região, *O tempo do Risco: Carta arqueológica de Sesimbra*, de Manuel Calado, Luís Gonçalves, Rui Francisco, Pedro Alvim, Leonor Rocha e Rosário Fernandes¹⁶. É destas duas obras que retiramos a grande maioria das informações aqui presentes.

¹⁴ Luís Marques – *O paraíso no «fim do mundo»: O culto de Nossa Senhora do Cabo*, op. cit.

¹⁵ Heitor Baptista Pato – *Nossa Senhora do Cabo – Um Culto nas Terras do Fim*, op. cit.

¹⁶ Manuel Calado, et al – *O tempo do Risco: Carta Arqueológica de Sesimbra*, op. cit.

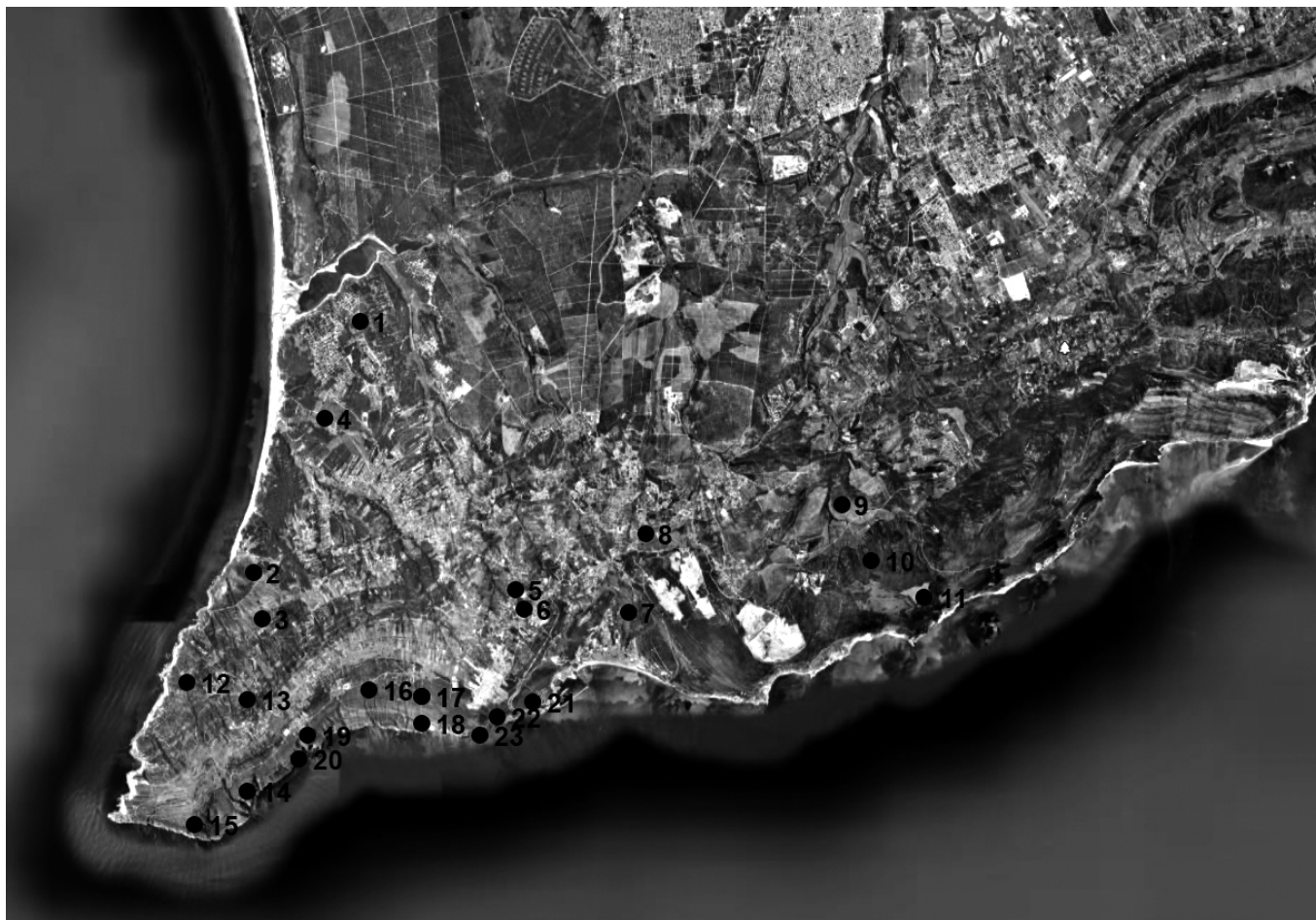


Figura 1. Mapa de localização dos principais achados arqueológicos na região de Sesimbra e do Cabo Espichel.

Legenda:

- 1 - Ribeira da Sachiola (Pré-História)
- 1 - Arneiro das Bicas (Pré-História)
- 3 - Ribeira das Vinhas Velhas (Pré-História)
- 4 - Amieira A (Pré-História)
- 5 - Zambujal (Pré-História)
- 6 - Castro de Sesimbra/Outeiro Redondo (Pré-História)
- 7 - Castelo de Sesimbra (Pré-História, Proto-História, Época Romana, Idade Média)
- 8 - Sampaio (Pré-História)
- 9 - Vale da Palha (Proto-História, Época Romana)
- 10 - Roça do Casal do Meio (Pré-História, Proto-História)
- 11 - Casal do Risco (Proto-História)
- 12 - Baía das Aguncheiras (Pré-História)
- 13 - Azóia (Pré-História, Idade Média)
- 14 - Rechã da Baleeira (Época Romana)
- 15 - Cara do Cabo (Proto-História)
- 16 - Pinheirinhos (Pré-História)
- 17 - Lapa do Sono (Pré-História)
- 18 - Lapa do Fumo (Pré-História, Proto-História, Época Romana, Idade Média)
- 19 - Lapa do Bugio (Pré-História)
- 20 - Lapa 4 de Maio (Idade Média)
- 21 - Lapa do Forte do Cavalo (Proto-História, Época Romana, Idade Média)
- 22 - Ribeira do Cavalo (Pré-História)
- 23 - Lapa do Coelho (Idade Média)

II.I. DA OCUPAÇÃO DO CABO ESPICHEL

II.I.I. PRÉ-HISTÓRIA

O estudo arqueológico tem conhecido, na região de Sesimbra e particularmente no Cabo Espichel, grandes desenvolvimentos nos últimos anos. A *Carta Arqueológica do Concelho de Sesimbra* de 1994, por Eduardo da Cunha Serrão, identificava seis estações na zona do Cabo; na mais recente *Carta Arqueológica de Sesimbra*, datando de 2009, identificam-se 53 estações no sector deste (sector 14). Os autores desta referem mesmo as grandes lacunas na investigação arqueológica da zona; o principal problema, dizem, passa pela focagem das investigações anteriores exclusivamente no período Paleolítico: até 1958 não eram conhecidas estações pós-paleolíticas no concelho. Conduzidos por Eduardo Serrão e Vítor Jorge, um grupo de investigadores tentou, a partir da segunda metade dos anos 60, inverter esta situação, afastando-se do Paleolítico e favorecendo períodos mais recentes. Um novo estudo liderado por Silvério Figueiredo, datando de 2007, veio trazer renovados resultados identificando, no Cabo Espichel, estações deste o Paleolítico Inferior ao Neolítico. É sobretudo devido a estes esforços que sabemos hoje mais sobre a história arqueológica de Sesimbra e do Cabo. No entanto, e como os próprios autores indicam, ainda há muito por fazer e investigar – note-se, por exemplo, a ausência anormal de vestígios do Paleolítico superior (que, no entanto, podem existir por entre as estações de outros períodos ou de períodos não identificados).

A lacuna maior que encontrámos durante o nosso estudo, em relação aos conteúdos que nos interessavam especificamente, é a falta de interpretações sobre o sentido das ocupações e dos achados; sabemos que, muitas vezes, são de carácter religioso, mas não a que devoção específica correspondem; o mesmo se passa em relação aos achados, em que raramente se encontram interpretações

sobre os seus significados e onde é dada mais importância à sua datação e contexto.

Esta zona terá sido habitada desde há cerca de 1 milhão e 200 mil anos atrás, quando os primeiros hominídeos, vindos de África, se fixaram na região de Setúbal e da Arrábida em pleno Paleolítico. Na região, a maior parte dos vestígios destas comunidades localizam-se no litoral imediatamente a Este e Norte do Cabo Espichel, sendo muito escassas no interior, e tratam-se sobretudo de indústrias líticas de ocupação sazonal. As exceções encontradas são ossadas (juntamente com um seixo de talhe bifacial, com função desconhecida) na Gruta da Ribeira do Cavalo, a 9 km a Este do Cabo, uma ponta musteriense, provavelmente para a caça, na Baía das Aguncheiras, 4 km a Norte do Espichel, e alguns artefactos de função desconhecida. Também os vestígios do Mesolítico se encontram nas zonas litorais, o que está conforme o padrão de litoralização dos povoamentos ao longo da costa Atlântica da Europa. Quanto a isto, os autores de *O Tempo do Risco* adiantam a possibilidade de os povoadores desta região manterem relações a vários níveis com os habitantes das zonas do Tejo e Sado:

“Na verdade, se tivermos em conta critérios de organização territorial e a própria estrutura paisagística, a Península de Setúbal aparece umbilicalmente ligada aos famosos concheiros do Tejo e Sado.”¹⁷

A Amieira, 10 km a Nordeste do Cabo Espichel, é o local onde se encontram os vestígios mais fortes de povoamento Mesolítico. Ligada sobretudo a práticas quotidianas (caça, pesca e recolção, ou até oficina de talhe de sílex), a sua função diverge das estações dos concheiros do Tejo e Sado, que estavam ligadas a práticas funerárias. A relação de complementaridade entre os lugares referidos é revelada, em *O Tempo do Risco*, como hipoteticamente válida.

¹⁷ Manuel Calado, et al – *O tempo do Risco: Carta Arqueológica de Sesimbra*, op. cit., p. 19.

Quando entramos no período Neolítico (cerca de 18.000 a.C.), uma diferença fundamental é imediatamente notória: *“No que diz respeito às primeiras evidências neolíticas, dispomos, actualmente, de um pequeno conjunto, relativamente disperso mas com uma implantação muito distinta da dos sítios mesolíticos: de facto, os núcleos melhor caracterizados (Fonte de Sesimbra e Roça do Casal do Meio 6) parecem estar ostensivamente de costas para o mar e nas proximidades de boas condições agro-pecuárias.”*¹⁸

O Neolítico traz, de facto, alterações ao nível estrutural para os povoados, que agora se viram para os recursos terrestres, por si só suficiente para decifrar esta preferência de orientação; no entanto, os autores não deixam de referir uma certa dimensão simbólica: a segregação espacial entre o espaço dos vivos e dos mortos. Neste período encontramos enterramentos sobretudo nas cavidades cársicas¹⁹, sempre descendentes e facilmente ocultáveis, grutas que foram depois reutilizadas com fins, presumivelmente, rituais ao longo do Neolítico, Calcolítico, Idade do Bronze e inícios da Idade do Ferro (cerca de 1.000 a.C.). Apesar de ainda estarem presentes povoamentos no litoral, os vestígios costeiros mais importantes são funerários, com destaque para as Lapas do Sono (vestígios osteológicos e cerâmicas decoradas), do Fumo²⁰ (vestígios osteológicos, cerâmicas decoradas, instrumentos de sílex, contas de colar, pedras polidas, e objectos em osso, sendo que referimos apenas os vestígios

¹⁸ Manuel Calado, et al – *O tempo do Risco: Carta Arqueológica de Sesimbra*, op. cit., p. 23.

¹⁹ *Cavidade cársica*: cavidade natural resultante de fenómenos de dissolução da rocha pela água da chuva ou dos rios, nomeadamente grutas e algares.

²⁰ *“A Lapa do Fumo encontra-se a meia encosta das escarpas entre Sesimbra e o cabo Espichel, formada nos calcários do jurássico, a cerca de 217 m de altitude. Possui cerca de 70 m de comprimento e foi sucessivamente apropriada desde a Pré-História até ao período muçulmano. O espólio que entregou é significativo desta sucessão de ocupações e de usos sagrados e rituais, com destaque para o Neolítico (Médio e Final) e para o Eneolítico. Do período mais antigo foram encontradas inumações acompanhadas por vasos ditos «de saco» incisos; do Neolítico Final, na chamada «camada vermelha» da gruta (certamente purificada por polvilhamento de ocre), verifica-se a identidade entre o espólio da gruta e o espólio dos megálitos alentejanos, com placas de xisto, ídolos antropomórficos e zoomórficos (os conhecidos roedores ou «coelhos»). Encontra-se documentada ocupação ritual da Idade do Bronze com vasos com decoração brunida. Entre os factos mais curiosos assinala-se que se encontraram cerca de 80 moedas (quirates) árabes (datadas do século XII), que resultaram, por certo, de deposições votivas, semelhantes às que ainda hoje se realizam no próprio cabo Espichel na Ermida da Memória, para dentro da qual, a partir do portão gradeado que se encontra fechado, se atiram moedas, esperando que uma delas, pelo menos, fique sobre o altar, fazendo-se então um voto propiciatório.”* PEREIRA, Paulo – *Enigmas: Lugares Mágicos de Portugal*, Volume V. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2005, p. 116.

Neolíticos) e do Bugio (sepulturas estruturadas; vários objectos em osso, de onde se destacam dois ídolos do tipo Almeriense e uma escultura de adorno representando um par de coelhos; artefactos em sílex; ídolos placa²¹; um ídolo-pinha²², um ídolo cilíndrico e um ídolo-alcachofra, todos em calcário; vários outros objectos de culto em materiais não existentes na zona; e cerâmicas semelhantes às da Lapa do Fumo).

*“Formados por materiais pétreos e osteológicos de várias formas e decoração antropomórfica e zoomórfica, integravam, muito provavelmente, funções ritualistas, religiosas ou mágico-simbólicas. Dada a dimensão e configuração de alguns dos objectos encontrados nas Lapas do Bugio e do Fumo, claramente despojados de fins utilitários, sem correspondência com qualquer tipo de necessidades primárias, todos remetem para práticas identitárias e religiosas, cujo simbolismo e valor imaterial suplanta, categoricamente, um eventual remotíssimo uso básico de subsistência. (...)”*²³

Ainda assim, supõe-se a existência e consequente desaparecimento de estruturas megalíticas funerárias, presentes em outros povoados circundantes do mesmo período temporal; temos apenas conhecimento de dois, as antas da

²¹ MONTEIRO, Rafael; ZBYSZEWSKI, Georges, co-autor; FERREIRA, O. Da Veiga, co-autor – *Uma notável placa de xisto encontrada na Lapa do Bugio (Azóia)*, Separata da *Revista de Guimarães*, 1967, Vol. LXXVII. Este artigo centra-se numa placa de xisto particular, encontrada na Lapa do Bugio. Ocupando grande parte da placa de xisto argiloso amarelado, está o contorno típico de um ídolo-placa da Cultura dolménica portuguesa. No espaço vazio central foi gravado um segundo ídolo, mas este apresenta uma configuração antropomórfica típica da Cultura de Almeria. O número de ídolos de tipo almeriense encontrados em Portugal é bastante pequeno, mas evidenciam o elo de ligação entre a Cultura do Alto Alentejo e essa zona de Espanha. Mais ainda, os ídolos almerienses apresentam afinidades com os orientais, mostrando correlações entre a Península Ibérica e o Mediterrâneo Oriental, marítima e, provavelmente, terrestre, talvez através de povos interessados na exploração das nossas riquezas minerais. De notar ainda proximidades com povos do Vale do Nilo, com a presença dos ídolos “*tipo garrafa*”, frequentes na Lapa do Bugio. As ideias religiosas expressas por estas figuras antropomórficas eram estranhas às culturas dolménicas dos primeiros povos agricultores, tendo sido a evolução da cultura feita com a introdução de novos conceitos do ídolo de Almeria, devida a povos pesquisadores de cobre.

²² “Considerando que a forma destes «ídolos-pinha» não corresponde à do fruto do pinheiro (...) nem, com exactidão, à de qualquer outro objecto hoje conhecido, achamos que poderá tratar-se de uma emanção espiritual, de Ex-Votos, ou mais seguramente, de um símbolo de poder religioso.” MARQUES, Luís. *O paraíso no «fim do mundo»: O culto de Nossa Senhora do Cabo*. Lisboa: Sextante Editora, 2007, p. 19.

²³ Luís Marques – *O paraíso no «fim do mundo»: O culto de Nossa Senhora do Cabo*, op. cit., pp. 18-19.

Azóia e de Sampaio. É de realçar a proximidades de todas as estações neolíticas referidas com o Cabo Espichel: à excepção da anta de Sampaio, a 13 km a Este do cabo, a mais longe destas – a Lapa do Bugio – situa-se a cerca de 3 km a Este do cabo. Não há qualquer registo significativo de monumentos funerários fora desta zona.

Também os povoamentos parecem situar-se nas proximidades do Cabo Espichel. Para além dos costeiros, temos conhecimento de outros localizados na Amieira, Mata do Rei, Fonte de Sesimbra, Zambujal, Moinhos, Fonte do Rio do Olho e Fonte do Carvalho, todos eles nos sectores 11 e 12 da Carta Arqueológica de Sesimbra (sendo que o Cabo pertence ao sector 14, imediatamente a Sudoeste destes); apenas a Roça do Casal do Meio está mais longe, a 17 km a Este.

As povoações parecem não aumentar durante o Neolítico, e assiste-se mesmo a uma certa retracção durante o Calcolítico; deste período, apenas o povoado, ou, mais correctamente, casal fortificado do Outeiro Redondo parece ter perdurado. Assim, Sesimbra terá sempre sido um território periférico de pouca relevância e dimensão ao longo do III milénio a.C.

II.I.II. PROTO-HISTÓRIA

A Idade do Bronze, antigo e médio, foi sempre uma época marcada pela ausência quase total de vestígios, não só na região Sesimbrense mas em todo o Sudoeste peninsular. No Alentejo Central têm sido encontrados vestígios que colmatam alguns lapsos temporais, mas sempre funerários e nunca de povoamentos ou marcas de outras ocupações. No entanto, no Bronze final estamos perante um cenário completamente diferente, paradoxal até. Este é, na área de Sesimbra, um dos períodos arqueológicos mais férteis, com destaque a nível nacional e europeu para a Lapa do Fumo e Roça do Casal do Meio (respectivamente 8 e 17 km a Este do Cabo Espichel), sobretudo a última.

Segundo a hipótese actualmente aceite, este monumento funerário é um *tholos*²⁴ calcolítico reutilizado 2.000 anos depois pelas populações do Bronze final; foram aqui sepultados um homem e uma mulher acompanhados de artefactos reveladores de riqueza, sendo que se tratariam provavelmente de entidades superiores naturais da região.

Durante as investigações para a revisão da Carta Arqueológica de Sesimbra, os autores de *O Tempo do Risco* encontraram nas proximidades da Roça do Casal do Meio um povoado, designado do Risco, abrangendo cerca de 100 ha. Não dispondo de quaisquer sistemas defensivos (naturais ou manufacturados) e, apesar da sua grande dimensão, com baixa densidade, os autores indicam duas hipóteses quanto à sua natureza: a de se tratar de um povoamento de curta duração e dependente dos povoamentos de altura (referindo o do Castelo dos Mouros, visível desde esta zona, ou o recentemente descoberto Portinho); ou, mais provável, um lugar central aos povoamentos da zona, onde habitariam apenas as elites. Tendo em conta a localização estratégica da Arrábida, presume-se que este povoamento estaria ligado ao comércio de minerais, comum fonte de poder das elites da época.

Do início da Idade do Ferro apenas nos chegou uma ocupação bastante menos imponente. A curta duração do povoado do Risco deve-se, provavelmente, ao fracasso do modelo, cujo ofício era agora alvo de concorrência por parte do comércio fenício. Todo o território vizinho parece ter sido afectado pela chegada deste povo, levando à fragmentação dos castros e povoamentos em pequenas unidades dispersas, sem condições naturais ou artificiais de defesa; inseridas no padrão ocupacional da região, apresentam arquitecturas ortogonais e aptidão para a agricultura. Com o aproximar da época romana, os indícios são cada vez mais escassos, possivelmente fruto de uma crise, ainda inexplicável, ocorrida no Ocidente peninsular.

²⁴ *Tholos*, do grego, que significa túmulo colectivo de câmara circular e cobertura abobadada.



Figura 2. Ídolo-alcachofra e ídolo-pinha do Neolítico encontrados na Lapa do Bugio. Fotografias de Rui João Rodrigues, CM Sesimbra.

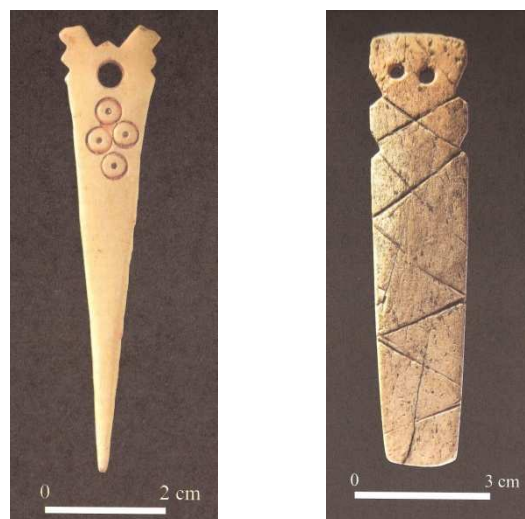


Figura 3. Artefactos em osso do Neolítico encontrados na Lapa do Fumo. Fotografias de Ricardo Soares, *O Tempo do Risco*.

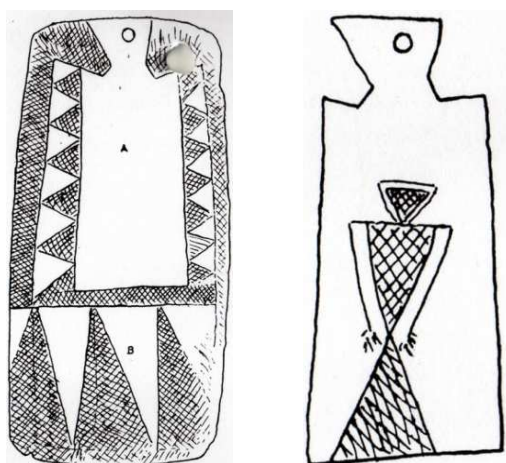


Figura 4. Ídolo do tipo almeriense encontrado na lapa do bugio e patente no artigo acima descrito de Rafael Monteiro e Georges Zbyszewski.



Figura 5. Coelho em osso do Neolítico. Fotografia de Ricardo Soares, *O tempo do Risco*.



Figura 6. Urna da Idade do Ferro. Fotografia de José Arsénio, *O tempo do Risco*.



Figura 7. Roça do Casal do Meio (reconstrução hipotética). Desenho de Mariana Croft, *O tempo do Risco*.

II.I.III. ÉPOCA ROMANA

Através de Rufio Festo Avieno, no seu poema titulado “*Orla Marítima*” do século IV d. C., chega-nos a primeira referência escrita do Cabo Espichel. Na verdade, esta referência é uma recuperação de um texto datado do século VI a.C., que descrevia uma viagem grega em torno da Península Ibérica. Neste texto, o Cabo Espichel é denominado de *Cêmpsico*, nome que deriva do nome do povo que, presumivelmente, habitava na zona na Idade do Ferro. Todo este período é, como foi dito, escasso em vestígios arqueológicos.

*“Talvez uma explicação para o afastamento, por parte dos romanos, deste território, esteja na sua crença de que os deuses pernoitavam nos promontórios, como acontecia no Hierón Akrotérion [Cabo de S. Vicente], segundo Estrabão.”*²⁵

Sabe-se que apenas em 138-137 a.C. o território Sesimbrense foi integrado no Império Romano, ao que se supõe sem oposição, pois o relato de Estrabão indica uma entrada pacífica na região de Lisboa; este mesmo autor faz, em *Geografia*, a segunda alusão escrita ao Cabo de que temos conhecimento, denominando-o de *Ákra Barbarion*. Os vestígios romanos até agora encontrados mostram uma ocupação pouco intensiva do território e apenas desde o período imperial (a partir de 27 a.C.). De notar também a ocupação de grutas; a sua funcionalidade é desconhecida, mas encontramos dois tipos de ocupação: esporádica na Lapa do Fumo, que apresenta vestígios datando desde o V milénio a.C., e que seria ocupada até ao século XII d. C.; e assídua na Lapa do Forte do Cavalo, 9 km a Este do Cabo (provavelmente para guardar gado, visto que era bastante acessível e desafogada). Já os vestígios subaquáticos revelam uma exploração marítima intensa, devido ao grande número de cepos em chumbo encontrados em frente à Rechã da Baleeira, antes da dobragem do Cabo Espichel: 55,1% dos cepos de âncora em chumbo descobertos na costa portuguesa provêm da zona do Cabo Espichel, o que pode indicar que esta se trataria de uma zona de ancoradouro bastante frequentada. Percebemos, então, a grande importância que tinha a vida marítima para as populações da época.

²⁵ Manuel Calado, et al – *O tempo do Risco: Carta Arqueológica de Sesimbra*, op. cit., pp. 35-36.

Apesar do leque reduzido de documentação arqueológica deste período na zona do Cabo, tal não significa necessariamente que este lugar fosse descurado, o que seria, aliás, muito contrastante com as regiões vizinhas de Lisboa e Alcácer do Sal. As recentes descobertas de cerâmicas tardo-romanas, concentrada na costa Sul do Cabo, entre o Espichel e Sesimbra, podem ser um princípio para outros achados que venham refutar a ideia de que esta zona não era habitada. Face às descobertas feitas e ao conhecimento que se tem da população da época, os autores de *O Tempo do Risco* avançam com uma hipótese para a funcionalidade deste lugar, aliás inserido na sua história: o sagrado.

“Se analisarmos o local como um todo, a sua geologia cársica que entra no oceano, com grutas e abrigos e o facto de o sol no inverno mergulhar no oceano em frente ao Santuário actual, temos condições para admitir uma veneração cristã primitiva neste local, desde a Antiguidade Tardia.”²⁶

As condições naturais terão, então, sido a origem da atracção dos homens desta época, bem como de outras eras, pelo lugar; de importância essencial é a existência de grutas, vistas pelo homem primordial como o símbolo do útero da Mãe Terra²⁷, e que aparece muitas vezes associada ao nascimento de Cristo. Este tipo de paisagem natural é, aliás, favorável ao aparecimento de cultos ascéticos (como aconteceu noutros pontos da Península Ibérica) por duas razões: primeiro, porque se encontra longe das povoações e em locais de difícil acesso, algo que privilegia a meditação e o recolhimento (não podemos, no entanto, esquecer-nos de que os eremitas sobreviviam, muitas vezes, com o óbolo oferecido pelos passantes, o que indica que este poderia ser um percurso percorrido periodicamente); segundo, pela presença do vasto oceano, atractivo por simbolizar um lugar inabitado e inalcançável, onde vivem monstros marinhos, tão presentes no imaginário comum. A presença de divindades em topografias elevadas e nos cabos marítimos é, aliás, uma constante desde os primórdios da civilização, que olhavam para estes como centros cosmogónicos.

²⁶ Manuel Calado, et al – *O tempo do Risco: Carta Arqueológica de Sesimbra*, op. cit., p. 174.

²⁷ GÓMEZ, José A. Molina – *La Cueva y su Interpretación en el Cristianismo Primitivo in Espacio y tiempo en la percepción de la Antigüedad Tardía*. Antig. crist. (Murcia) XXIII, 2006, pp. 861-880.

A falta de marcas toponímicas alusivas ao período, bem como de confirmação hagiográfica, permitem supor que não terá existido nenhum convento na região, o que confirma a teoria de o culto se ter feito através de anacoretas e eremitas. É ainda referida, em *O Tempo do Risco*, a possibilidade de se tratar de um culto mariano, não havendo, no entanto, documentação que prove este entendimento.

O argumento do Padre Francisco Mendes, actual responsável pelas celebrações eucarísticas no Santuário do Cabo Espichel, durante a Conferência *O Culto Religioso e o Santuário de Nossa Senhora do Cabo*, em Abril de 2010, é de que na época visigótica quase todos os promontórios da Península Ibérica tinham cultos marianos, sendo possível que o mesmo acontecesse no Cabo Espichel. Assim, não seria de estranhar a existência deste mesmo culto mariano, o que marcaria a continuidade até à Idade Média e à fundação do culto que hoje conhecemos.

II.IV. IDADE MÉDIA

Também da Alta Idade Média, aquando do domínio Visigótico, os vestígios são poucos. Ainda assim, é de notar uma continuidade no tipo de ocupação da Serra da Arrábida e zona do Cabo Espichel, por parte de monges eremitas, que desempenha um papel fundamental na história da função do lugar. Na Lapa do Forte do Cavalo e na Lapa do Coelho (próxima da primeira) foram encontradas cerâmicas manuais datando dos séculos VI, VII e VIII, indicando a possibilidade de estes monges as terem usado como refúgio e habitação. Esta presença poderá estar relacionada com o já referido culto mariano.

A função religiosa do lugar não cessou sob o domínio muçulmano e, entre os séculos VIII e X, às grutas acima referidas juntam-se as Lapas 4 de Maio, Janelas e S. Jerónimo (todas a menos de 3 km a Este do Cabo) como lugares ocupados por eremitas para a sua prática religiosa.

“Julgamos que uma das grandes novidades prende-se com a especificidade deste território nesses séculos obscuros, em que se parece delinear uma sequência contínua de presença humana, ancorado na especificidade sagrada de uma região, alicerçado em grutas, rodeado pelo oceano e por um horizonte sem fim, onde terminava ou começava o “mundo conhecido. (...) Os novos elementos trazidos pela Carta Arqueológica de Sesimbra (...) documentam para o final do Período Visigótico e o início do Emirato [entre a vila de Sesimbra e o Cabo Espichel], uma presença humana de baixa densidade, de carácter bastante precário, que segundo a nossa leitura, não buscava o “bem-estar”, mas sim conforto espiritual, num compromisso com Deus, para “salvar a humanidade”. ”²⁸

Mas, para o homem muçulmano, a localização do Cabo Espichel ganha uma nova monta: o seu dever de peregrinação a Meca, a sua ligação ao seu centro religioso, pode ser feita apenas por mar. O oceano é, para as povoações locais, o elo entre si e a sua origem espiritual; Sesimbra, funcionalmente, e o Cabo Espichel, simbolicamente, tornam-se nos sítios que iniciam essa ligação, o princípio para esse caminho que têm de percorrer, o começo da viagem que os unirá plenamente ao restante mundo islâmico. Assim, não é de estranhar a presença de topónimos de origem religiosa islâmica, a saber, Arrábia (*ribatat*, ou *al-râbita*, *convento fortificado para guardar fronteira*²⁹), Almoínha (13 km a Nordeste do Cabo), Azóia (*az-zawiya*, cujo topónimo se referia a locais isolados e propícios à meditação, tornando-se sinónimo de *ribat*, i.e., uma comunidade organizada em função de um túmulo de um homem santo³⁰) e uma outra, mais improvável, mas que António Rafael Carvalho defende, no seu texto *A antiguidade tardia e a islamização na costa sesimbrense*³¹, como plausível: Risco, *rizq* em árabe. Segundo a tradição islâmica, crendo em Deus o homem verá as suas

²⁸ Manuel Calado, et al – *O tempo do Risco: Carta Arqueológica de Sesimbra*, op. cit., p. 177.

²⁹ Existe outra origem etimológica possível para Arrábida, indicada pelo Padre Luiz Cardoso, no seu *Diccionario Geográfico de 1747*, Tomo I, folio 584: “O nome de Arrábida, (...) querem alguns que seja derivado do nome Latino Ravidus, alludindo à braveza, ou raiva com que por toda a costa desta serra costumão quebrar as ondas do Oceano.”

³⁰ A palavra *az-zauîâ* pode significar, também, *canto*.

³¹ CARVALHO, António Rafael - *A antiguidade tardia e a islamização na costa sesimbrense* in *O Tempo do Risco: Carta Arqueológica de Sesimbra*. Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra, 2009, pp. 172 – 191.

carências satisfeitas e será defendido durante as viagens, sobretudo as feitas por mar. *Rizq* é um dom dado por Deus ao homem e aparece associado, entre outras coisas, às viagens por terra e mar. Segundo o autor, este topónimo, datando dos tempos de domínio islâmico, estaria directamente ligado aos perigos que as viagens marítimas, passando em Sesimbra, apresentavam (bem como, adiantamos nós, à protecção dada por Deus para as mesmas).

É possível, então, estabelecer um fio condutor da ocupação deste lugar desde o fim do período Romano (e até anteriormente), com os primeiros cristãos, à época muçulmana, ocupação essa sempre associada às devoções. Esta situação não é incomum, pois os cultos em locais elevados e cabos marítimos que datam da pré-história foram muitas vezes assimilados pelas culturas posteriores, levando a que haja uma sobreposição espacial de edifícios e devoções, demonstrando uma constância temporal do simbolismos destes lugares – algo que se verifica no Cabo Espichel. Corroborando a continuidade da residência de povos no território sesimbrense, entre o VII e o VIII séculos, temos testemunhos cerâmicos desse período, encontrados nas estruturas de salga de peixe romanas (tratando-se, provavelmente, de um reaproveitamento da construção); os poucos sinais arqueológicos de que temos conhecimento denotam, inclusivamente, contactos precoces entre populações autóctones e muçulmanos. Os vestígios materiais da ocupação muçulmana não são muitos, no entanto, as marcas da sua passagem são evidentes. O Castelo de Sesimbra é o sítio mais marcante dessa ocupação, datando dos séculos X e XI. Apesar de não existirem vestígios de povoamentos rurais, ainda hoje os nomes nos reportam a esse período com a subsistência de topónimos como Azóia e Risco (já mencionados), Zambujal e Alfarim, todos na parte ocidental do território, perto da costa e bastante próximos do Cabo Espichel (a Azóia é o povoado vizinho, a 3,5 km, enquanto os outros dois se situam a cerca de 10 km). Sesimbra seria, à época, um território periférico a um dos poderes centrais³²,

³² “Dada a natureza periférica de Sesimbra na conjuntura política do al-Andalus, é natural o silêncio das fontes medievais. De facto a ausência de conflitos directos com o poder central islâmico traduz sempre um silêncio documental!” Manuel Calado, et al., *O Tempo do Risco*, op. cit., p. 178.

Alcácer, ou *al-Qasr*, vivendo a sua comunidade da pesca, comércio e agricultura, e onde habitariam também soldados vindos de Alcácer que ajudavam à protecção militar da costa.

Nos séculos IX e X, ainda durante a ocupação muçulmana, registaram-se ataques de piratas do Norte, levando à formação de cenóbios-fortaleza (os ditos *ribatat*), ocupados por homens santos guerreiros, os *sufis*. Os edifícios das arrábidas eram, geralmente, de pequenas dimensões onde vivia um morábito³³, e de forma cúbica coberta com meia esfera, designadas cubas em Portugal, o que pode significar que a Ermida da Memória seja uma reinterpretação cristã de um destes edifícios. Era comum, também, que estes cenóbios se implantassem em grutas costeiras, como foi o caso da Lapa do Fumo. Heitor Baptista Pato menciona ainda a existência significativa do povoamento da Azóia; esta presença pode indicar a existência de procissões até este extremo, e que a Senhora do Cabo seja uma reactualização cristã deste culto. A existência de itinerários que ligam esta zona à margem Norte do Tejo (reproduzindo os existentes na era romana), ou seja, com o território saloio³⁴, permite que se considere a hipótese de o actual círio saloio ter existido antes sobre uma outra forma, também ela de peregrinação.

“Teriam as duas margens do Tejo constituído, sob o domínio islamita, uma mesma unidade cultural? É muito possível que sim, tanto mais quanto os esteiros, recortes, canais e braços do rio chegavam nessa época a penetrar profundamente na charneca interior da grande península entre Tejo e Sado e a ligar directamente os respectivos estuários. (...) Teria deste modo havido uma Estremadura cistagana a par de uma Estremadura transtagana, unidas pelo rio Tejo e constituindo uma identidade cultural comum que remontaria aos tempos pré-históricos, bem evidenciada pela clara

³³ «Morábito» era um mestre religioso. A palavra vem do árabe, *murâbit*, ou seja, eremita.

³⁴ Segundo Heitor Baptista Pato, «saloio» deriva da palavra árabe *çahrauî* ou *çahroi*, ou seja, homens do campo ou do deserto.

continuidade que se observa entre as culturas megalíticas das penínsulas de Lisboa e de Setúbal, entre os meados do IV milénio e os meados do III milénio a.C.”³⁵

O autor suporta o pensamento na existência de semelhanças entre a arquitectura habitacional rural sesimbrense e saloia (consistindo no conjunto da *casa de fora*, cozinha e quartos, uma chaminé destacada, cobertura de duas ou quatro águas em telha mourisca e terminando em beirais suavemente encurvados). Vemos, noutras obras, opiniões favoráveis a esta tese. António Borges Coelho³⁶ define este território como abrangendo a Península de Setúbal, Almada, Palmela, Alcácer, Lisboa, Sintra e Santarém. Jorge Gaspar fala deste lugar como portador de um espírito forte, onde “*Arrábida e Sintra, que são dois gigantes que “defendem” as portas das terras do Tejo*”³⁷; a união deste território assenta na religião, e sobretudo nas peregrinações, existentes desde antes do período romano, atravessando-o, passando-as aos cristãos, aos mouros e novamente aos cristãos. Também José Manuel Fernandes e Maria de Lurdes Janeiro referem a importância das peregrinações para a delimitação de um território:

“Outro dado interessante para a compreensão geográfica da área saloia é o dos locais de peregrinação ou de romaria, de que os dois mais importantes parecem como que delimitar na sua maior extensão o espaço do povoamento saloio antes referidos como possível [à área saloia comumente conhecida, de Cascais, Sintra e Mafra, juntam-lhe os concelhos de Almada, Palmela, Barreiro, Montijo, Seixal, Moita, Alcochete, Sesimbra e Setúbal]: desde o círio de Nossa Senhora da Nazaré ao da Senhora do Cabo (Espichel) – exactamente desde a ponta norte ao extremo sul da antiga Estremadura. Sabendo como os “cabos do mundo” são fundamentais referências religiosas das comunidades e demarcam o espaço sagrado (interior) do profano (exterior), o espaço dominado do espaço desconhecido, assim se poderá dar todo o

³⁵ Heitor Baptista Pato – *Nossa Senhora do Cabo: Um Culto nas Terras do Fim*. Lisboa, op. cit., pp. 54-55.

³⁶ COELHO, António Borges – *O Domínio Germânico e Muçulmano*, in *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Lisboa 94, 1994.

³⁷ GASPAR, Jorge – *Território dos Saloios*, in *Etnografia da região saloia – A Terra e o Homem*, vol. I. Sintra: Instituto de Sintra, 1993, p. 3.

*significado de instauração de uma fronteira protectora, ou de delimitação dos limites da "sua terra", a estes dois pontos"*³⁸.

Outra hipótese para a origem das peregrinações, não discordante, foi avançada pelo Padre Francisco Mendes, na Conferência já mencionada: durante a ocupação muçulmana, os cultos cristãos eram permitidos mas submetidos a regras estritas, de entre as quais o policiamento dos espaços de culto e a obrigação de cada Santuário se situar fora da cidade e ser ladeado por uma mesquita, com o intuito de se promover a conversão ao islamismo. A perseguição aos moçárabes dentro das cidades torna a peregrinação até aos Santuários na única expressão comunitária cristã possível, bem como aumenta o número de eremitas. Sincreticamente, estes lugares passam também a ser destino de peregrinações muçulmanas. Segundo Francisco Mendes, existiria no Cabo Espichel um culto cristão submetido a estas condições. Também Vítor Manuel Adrião é desta opinião, afirmando que *"(...) com a maior das possibilidades, tal círio votivo ou giro seria já cardápio do cultuismo do saloio moçárabe ao tempo da ocupação árabe, cuja lei era permissiva e não repressiva da fé cristã submetida, desde que a mesma não se convertesse em política anti-estatal subversiva."*³⁹ Esta citação revela-nos ainda outro factor importante: que a população saloia seria composta, como se crê, por moçárabes expulsos de Lisboa, passando a ocupar os terrenos a Norte e Sul da cidade. Desta maneira, o culto praticado no Cabo Espichel nesta altura seria cristão e marcaria já o início do *círio saloio*, que terá depois o seu início oficial com a criação da Confraria em 1410. Todas as leituras apontam, portanto, para a existência, à altura da ocupação muçulmana, de um culto cristão associado a uma peregrinação com termo na zona do Cabo Espichel.

Pouco depois da conquista portuguesa de Lisboa, em 1147, a região terá sido abandonada pela população islâmica que procurou refúgio em Alcácer.

³⁸ FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes – *Arquitectura Vernácula da região saloia: Enquadramento na área atlântica*. Lisboa: Instituto da Cultura e Língua Portuguesa, 1991, p. 19.

³⁹ Esta frase foi proferida pelo autor durante uma conferência pública na Cidadela Militar de Cascais, a 10 de Junho de 2003.

Até 1191 o território sesimbrense parece ser dominado por Portugal, ano em que os Almóadas o reconquistam e sobem a linha da fronteira até ao Tejo. A descoberta de vestígios deste período (dos quais assinalamos dois *dirhan* almóadas) enterrados em grutas revela não só a presença deste povo em Sesimbra, como a sua evasão apressada e consequente ocultação de alguns tesouros. Recentemente, outro achado veio comprovar esta teoria de fuga precipitada; é necessária, contudo, alguma prudência, pois a descoberta recente deste artefacto revela ainda grandes lacunas àcerca da sua interpretação, inclusivamente do seu enquadramento cronológico.

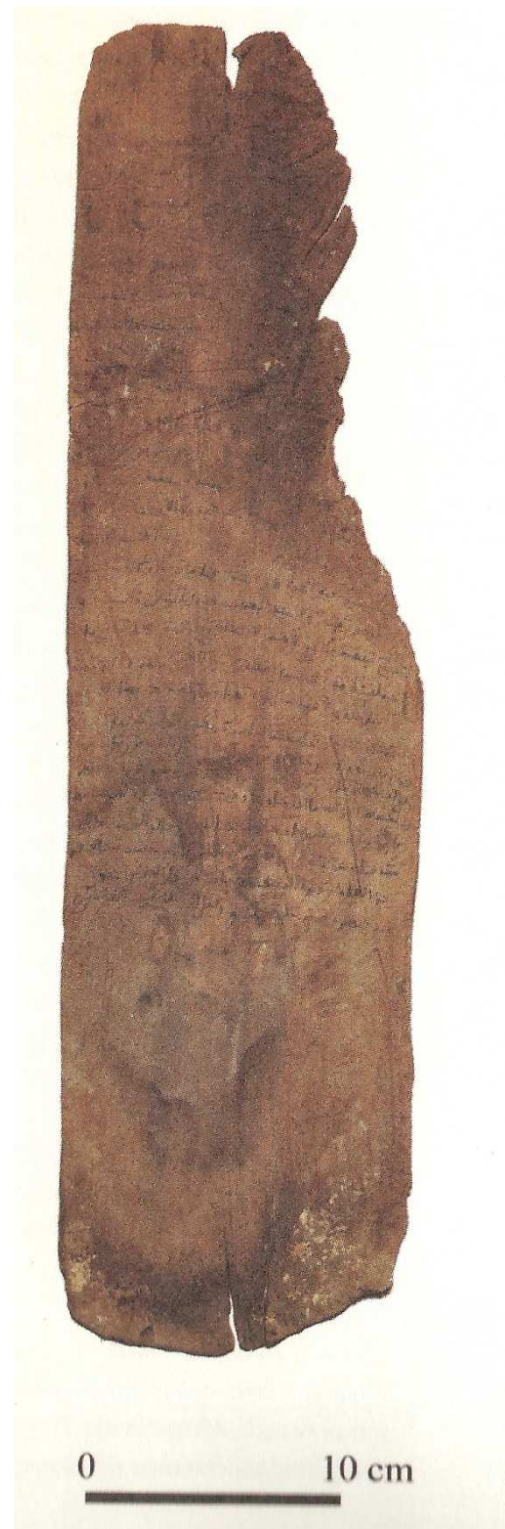
No dia 21 de Julho de 2009 foi encontrada, na Gruta 4 de Maio, 3 km a Este do Cabo Espichel e muito perto da Lapa do Bugio (entre outras estações), uma placa epigráfica árabe. Trata-se de uma placa em madeira, rectangular, com 58 cm de comprimento, 15,5 cm de largura e 1cm de espessura, onde está inscrito um texto em árabe, ainda não traduzido à data de escrita dos documentos consultados. Presume-se que se trate de um texto religioso, uma *sura*, ligado à presença de morabitinos na zona, o que por sua vez pode comprovar a propensão religiosa do local, mesmo neste período de guerra. Caso se trate, de facto, de um texto religioso, da palavra de Deus, esta placa terá sido escondida num local praticamente inacessível para não ser, mais tarde, encontrada por não crentes. O objecto, portador de bênção divina, asseguraria a santidade do local e a ligação simbólica dos islâmicos ao *Dar al-Islam*, mesmo após a sua passagem para o domínio cristão. Somos constrangidos, no entanto, a referir novamente todas as lacunas de interpretação que podem existir neste entendimento pela falta de conhecimento que se tem do próprio texto. Ainda assim, a leitura de significado que aqui referimos não deixa de fazer sentido no contexto global do lugar, não só pela história das ocupações e confrontos entre portugueses e muçulmanos, mas também pela importância sacrossanta que este território parecia desempenhar para a cultura islâmica da região.

O estudo do passado histórico do Cabo Espichel, antes do estabelecimento do culto à Senhora do Cabo na sua forma actual, não tem como objectivo a

determinação da qualidade arquitectónica do Santuário e o seu paralelismo com o passado do lugar (e que é, afinal, o objectivo deste estudo), mas sim o delinear da presença humana neste território. Três pontos fundamentais revelam-se após a sistematização deste estudo. Primeiro, a função: desde as primeiras ocupações do lugar que a ocupação humana da região, com enfoque para o Cabo Espichel, esteve ligada às práticas cultuais, sendo assim perceptível que este aspecto estará na essência do lugar. O passado uniforme e linear (relembramos que um culto mariano ter-se-á estabelecido no local nos tempos visigóticos e perdurado até depois da ocupação muçulmana) destas ocupações constantemente ligadas à religião revela a importância que tem a função para a existência do Cabo, ou seja, que esta experiência humana encontra aqui um lugar propício para a sua acção. Segundo, que as populações que habitam o território localizam-se preponderantemente nos locais vizinhos ao extremo do Cabo, revelando que este se tornou numa espécie de centro para os autóctones. Terceiro: desde a pré-história que o Cabo Espichel e o território envolvente mantêm uma ligação próxima com as áreas imediatamente a Norte do Rio Tejo. No capítulo *Leitura do Sentido* teremos estes três aspectos em consideração, e verificaremos a veracidade e preponderância dos mesmo para a vida actual do Santuário e do próprio Cabo.



Figuras 8 e 9. Lapa do Sono e Gruta do Forte do Cavalo. Duas grutas típicas ocupadas ao longo da história da região. Note-se, na primeira imagem, a relação com a paisagem marítima. Fonte: Blog Sesimbra Arqueológica.



Figuras 10 e 11. Placa epigráfica árabe, encontrada na Gruta 4 de Maio. Fotografias: Blog Sesimbra Arqueológica, à esquerda; Ricardo Soares, em cima.

II.I.V. MITOS E LENDAS

Os mitos que envolvem o Cabo Espichel não têm, até hoje, um significado perceptível que ajude a compreender a especificidade do lugar. No entanto, eles podem conter pistas importantes para este entendimento e não poderíamos deixar de os mencionar neste estudo.

É no livro de Heitor Baptista Pato, *Nossa Senhora do Cabo: Um Culto nas Terras do Fim*, que encontramos uma investigação extensa e coerente sobre os mitos que fazem parte da história do Cabo Espichel. É dessa obra que retiramos as notas que compõem este subcapítulo. Os mitos referentes ao Cabo Espichel e à região envolvente podem ajudar a compreender a especificidade do lugar, ao representarem a mentalidade popular em relativamente a este.

As lendas mais antigas alusivas ao Cabo dizem respeito aos sinais do nascimento de Cristo. Existem duas versões da mesma lenda sobre este dia marcante para a civilização ocidental: uma que ilustra o nascimento de três sóis que progressivamente se unem num só, e outra a aparição de uma nuvem tão clara quanto o sol. A primeira menção à lenda é feita por Plínio, o Velho, associando-a à morte de Júlio César (e na forma de um eclipse solar de longa duração, sobre a cidade de Roma); Eusébio, bispo de Cesareia e primeiro historiador do Cristianismo, diz na sua *Crónica* que, aquando do funeral de Júlio César, haviam sido vistos em Roma, entre outros fenómenos espalhados pelo mundo, “três sóis que se ergueram em simultâneo, tendo-se gradualmente reunido num único”. No IV ou V século, Paulo Osório refere estes fenómenos como sinais que anunciavam a vinda de um novo tempo, “*germinatia tempora christiana*”.

É S. Tomás de Aquino que, em meados do século XIII, populariza o tema dos três sóis no Ocidente, mas localizando-o na Hispânia e não em Roma e reforçando a sua ligação ao nascimento de Cristo, ao início do tempo cristão, e não à morte do imperador Romano. Na sua *Summa Theologiæ* escreve “No entanto, deve acreditar-se que alguns sinais do nascimento de Cristo apareceram

também noutras partes do mundo (...) e na Hispânia foram vistos três sóis, que gradualmente se converteram num único". No século XIV a mesma lenda é apropriada pelo autor da *Primeira Crónica Geral de Espanha*, mandada redigir por Afonso X, onde se lê: "*En aquel anno [início de Octávio] otrossi aparecieron a los romanos tres soles a parte de oriente, et fueronse allegando poc a poco hasta que se ayuntaron et se fizieron un curpo et un sol (...) avie a nacer Ihesu Cristo en tiempo deste emperador Octaviano, et que se mostrarie en el mundo la Trinidad manifestamiente en una substancia et en un Dios*"; é referida ainda, no documento mais antigo de que temos conhecimento, dos que aludem a este novo mito, "*las estorias que a aquella ora que Ihesu Cristo nascio, seyendo media noche, apparescio una nuve sobre Espanna que dio tamanna claridat et tan grand resplandor et tamanna calentura cuemo el sol en medio dia quando va mas apoderado sobre la tierra*".

A tradição deste mito nas suas duas vertentes ao longo da Idade Média, até que, no final do século XVI e inícios de XVII, reaparece, e desta vez associado ao Cabo Espichel. Primeiro é Frei Bernardo de Brito, que na sua obra *Monarquia Lusitana de 1597*, começa por reproduzir Afonso X de Castela, mencionando a lenda da nuvem sobre Espanha, citando depois Laymundo Ortega, de quem teria recuperado no Arquivo do Real Convento de Alcobaça a obra *De Antiquitatibus Lusitaniae*, escrita em 878. Diz ele que "*na parte Occidental da Lusytania, junto ao Promontorio Barbarico, que he agora a Serra de Arrabida, se vio por este tempo hua luz tão clara, como se o proprio Sol estivera naquelle posto. Forão todos esses sinaes aos vinte e cinco de Dezebroy do anno tres mil e novecentos e sessenta e dous da criação do mundo*".

Depois, Duarte Nunes de Leão, para além de citar S. Tomás de Aquino e a lenda dos três sóis, escreve, em *Descrição do Reino de Portugal de 1610*, "*(...) e assi como no Oriete hua estrella annunciou seu felice nacimiento, no Occidente deu delle noticia à gentilidade hua nuvem tam clara, e resplandecente, que alumando como Sol tornava a noite em claro dia. Assi o affirmão o Bispo Dom Lucas, Morales, Padilha, Tamaio, e Matute alegando a Chronica general de Hespanha; (...) concordão nossos Autores, que na parte mais occidental della se vio esta luz com maior claridade banhar os Horizontes*".

Mais dois autores referem o mito, o primeiro é Luís Marinho de Azevedo, em 1652, na obra *Primeira parte da Fundação, Antiguidades e Grandezas da mui insigne Cidade de Lisboa*, que reproduz, quase copiando, Duarte Nunes de Leão; o segundo, Manuel Faria de Sousa, na sua obra *Europa Portuguesa* de 1678, começa por situar cronologicamente o nascimento de Cristo, de acordo com vários calendários, e, depois de recordar o aparecimento dos anjos aos pastores, a estrela que guiou os Reis Magos e a lenda da nuvem clara, passa depois a referir Portugal, atribuindo-lhe dois fenómenos: no templo dedicado a Endovélico em Terena (Alandroal), afirma que “*cayó desde sus Aras al suelo la imagen de la Deidad alli gentilicamente venerada*”, e referindo-se especificamente ao Cabo Espichel, assevera que “*sobre el Promontorio Barbarico (oy sierra de Arrabida) se vió patente otra Luz extravagante, parecida en mucho a essotra que fue comum a toda España*”.

Deste mito e da sua evolução, importa reter a importância que o Cabo Espichel parece ter para o mundo cristão. Mais significativa ainda é a sua relação com o nascimento de Cristo, ou seja, com o simbolismo que este acontecimento acarreta como evento cosmogónico, de criação do mundo, e portanto indicando o favorecimento do lugar para a relação com o divino. Deste modo, é fácil entender que o culto que se estabeleceu no Cabo ser dedicado a Nossa Senhora. Mas, porquê o Cabo Espichel? A resposta está nos cultos primordiais na região: o nascimento de Cristo está intrinsecamente ligado às cavernas (onde, nesta região, os rituais tinham lugar).

*“Pero lo cierto es que la cueva se ha considerado tradicionalmente como el lugar del nacimiento de Cristo, cosa que atestigua tanto la tradición literaria como el arte cristiano primitivo. Su importancia fue puesta de relieve en un trabajo fundamental realizado por Ernst Benz. Uno de los testimonios más interesantes lo encontramos en el Protoevangelium Iacobi, un texto apócrifo en donde se menciona expresamente una cueva como lugar del nacimiento de Cristo.”*⁴⁰

⁴⁰ GÓMEZ, José A. Molina. *La Cueva y su interpretación en el Cristianismo Primitivo*, in *Espacio y tiempo en la percepción de la Antigüedad Tardia*. Murcia: Antig. crist. XXIII, 2006, p. 863.

O reconhecimento do Cabo Espichel como lugar onde foi sentido o nascimento de Cristo indica não só a importância que este tem para a religião, como marca uma ruptura no entendimento do lugar: ao ser escolhido pelo divino como lugar privilegiado aquando do acontecimento este não pode mais continuar a ser o mesmo, aquele momento marca uma alteração do seu significado e valia.

Existem ainda outras lendas relacionadas com o Cabo Espichel. Uma delas, de que Manuel Gandra é, actualmente, o principal defensor, atribui a preponderância sagrada e cultural do lugar ao desaparecimento da mítica Atlântida. Platão é a referência mais antiga desta lenda, ao contar a história do desaparecimento de uma ilha de dimensões gigantescas, situada em plena Oceano Atlântico, por volta de 9.600 a.C. No século XIX, pelas palavras de Ignatius Donnelly e Augustus Le Plongeon, a Atlântida é justaposta a referências ao continente *Mu*. Nos anos 20 e 30 do século XX, o tema de *Mu* é popularizado por James Churchward, que afirma a existência de um continente perdido no Oceano Pacífico, baseando-se em *tabuletas de Naacal*, pretensamente escritas numa língua desconhecida e traduzidas por um sacerdote hindu em 1866. Considerando-o como o berço da humanidade, fala também da existência da Atlântida, habitada por descendentes de *Mu*. Manuel Gandra é, como dissemos, o principal tutelar da ligação entre o Cabo Espichel e a desaparecida Atlântida:

“[Desde] um passado remotíssimo, a partir do Mediterrâneo e oriente médio, afluíram à Península Ibérica sucessivas ondas de vida, povos heterogéneos e das mais diversas raças e índoles, almas de eleição atraídas pelos lugares sagrados e centros místéricos, herdeiros da civilização semi-divina de Mu, a Atlântida imortalizada por Platão no Timeu e no Crítias (...) As peregrinações para as finisterrae ocidentais, em direcção ao mar, umas já extintas outras adulteradas, serão, quiçá, uma reminiscência desse continente que, uma vez desaparecido, teve a sua memória perpetuada na

toponímia, nas lendas piedosas e nos ritos praticados no decurso de tais deambulações”⁴¹.

Enumera ainda 18 exemplos de toponímia Mu, alguns deles costeiros, outros mais afastados da orla marítima, e até, como defende Baptista Pato, baseados em similitudes fonéticas, como Mucifal, derivado de *maçfal*, ou *o que está em baixo*; segundo o autor, também no continente sul-americano está presente o topónimo Mu, o que, juntamente com outras semelhanças entre os povos pré-históricos dos dois lados do Atlântico, poderia confirmar a teoria de que ambos viriam desse continente desaparecido. A hipótese de o culto de Nossa Senhora do Cabo estar apostado a memórias relativas a esse continente fabuloso parece-nos demasiado remota e pouco fundamentada; esta teoria foi, aliás, descartada por outros autores, como Paulo Pereira e Heitor Baptista Pato. Ainda assim, teremos de considerar a possibilidade de ter, de facto, existido como parte do imaginário conjunto das populações autóctones.

Referimos, ainda, outros dois mitos, pela possibilidade de nos trazerem pistas úteis sobre o significado do lugar do Cabo Espichel para as populações locais, ou que aqui se dirigiam. Falamos, primeiro, de histórias que relatam avistamentos de sereias e tritões, e que são, comumente, parte de cultos marítimos; segundo, de tradições esotéricas que referem a existência de, no interior da serra da Arrábida, misteriosos túneis, grutas, algares, poços e criptas, e até mesmo luzes estranhas e cidades desconhecidas; da existência de túneis que unem a serra da Arrábida à de Sintra; da presença de um triângulo magnético como o vértice voltado para baixo, justificando o facto de as bússolas das embarcações deixarem de funcionar nesta zona.

⁴¹ GANDRA, Manuel – *Círio de Nossa Senhora do Cabo Espichel: Aspectos mítico-simbólicos*. Sintra: Comissão de Festas de Nossa Senhora do Cabo Espichel da Freguesia de S. Martinho, 2004, p. 5.

II.II. DO CULTO DE NOSSA SENHORA DO CABO

II.II.I. AS LENDAS DE NOSSA SENHORA DO CABO

São duas as principais lendas fundacionais do culto⁴². A primeira (que se subdivide em duas variações), eventualmente histórica, relata o achamento de uma imagem de Nossa Senhora, esquecida no Cabo. Segundo uma primeira variante, escrita por Frei Agostinho de Santa Maria em 1701, "*Os venturosos, e os que primeyro descobrirão este rico thesouro, forão algus homes da Caparica, que hião àquella serra a cortar lenha; e daqui teve principio serem elles os primeiros tambem, que a festejassem.*"⁴³; uma segunda versão, relatada por Frei Cláudio da Conceição em 1817, e aquela que mais firmemente se implantou na tradição, conta o achado de dois idosos, um de Alcabideche e uma da Caparica, que a tinham visto em sonhos. Resumimos o mais importante deste texto:

⁴² 1923 (ou 1928?) – Raposo Botelho publica *Nossa Senhora do Cabo (Resumo Histórico)*. Nele refere um milagre, narrado por Frei Agostinho de Santa Maria, que terá sido o segundo dos fenómenos registados na Serra da Arrábida (depois dos sinais de nascimento de Cristo), associando-o ao Cabo Espichel e ao culto do mesmo. Cerca de 1215, vinha numa nau com destino a Lisboa um eremita da ordem de Santo Agostinho, de nome Haildebrant, e que levava consigo uma imagem de Nossa Senhora, pela qual tinha uma especial devoção. Na iminência de um naufrágio, o frade dirigiu-se ao interior da embarcação, onde estaria a imagem de Nossa Senhora, não a achando no seu local próprio. Começou, então, a rogar aos céus pela salvação, e momentos depois a tormenta torna-se numa tranquila bonança. Entenderam estes sinais como vindos do céu e dirigiram-se, na manhã seguinte, ao local onde apareceu uma luz que os guiara durante o aperto, encontrando nesse local a imagem da Santa desaparecida do interior da nau. Essa descoberta foi vista como um sinal de eleição daquele local pelos céus, lá edificando uma ermida, onde Haildebrant ficou como ermitão, e mais tarde um convento. Baptista Pato interpreta esta lenda como incorrectamente atribuída a Nossa Senhora do Cabo. “ (...) Raposo Botelho publicou o seu opúsculo *Nossa Senhora do Cabo (Resumo Histórico)*, nele referindo erradamente esta lenda de Nossa Senhora da Arrábida como sendo uma primeira versão da de Nossa Senhora do Cabo; e por este motivo fez – também erradamente – recuar os acontecimentos do Espichel a 1215. Para conceder maior verosimilhança à invenção, Botelho não hesitou em descrever a imagem da Senhora da Arrábida interpolando na sua descrição, que copiou de Frei Agostinho, o texto em que o mesmo autor descreve a imagem da Senhora do Cabo... mas “esquecendo-se” de que esta última imagem seria de madeira, enquanto a da Arrábida seria de pedra, o que claramente indica tratar-se de duas Senhoras diferentes. A mistificação é tanto mais incompreensível quanto a tradição afirma que o naufrágio teria estado na iminência de ocorrer frente à praia de Alpertuche, vizinha da do Portinho da Arrábida e, portanto, bastante distante do Cabo Espichel”. Heitor Baptista – *Nossa Senhora do Cabo: Um Culto nas Terras do Fim*, op. cit., p. 62.

⁴³ SANTA MARIA, Fr. Agostinho de – *Santuário Mariano e historia das imagens milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente aparecidas, em graça dos Prégadores e dos devotos da mesma Senhora*. Lisboa: Miscelânea, 1933. p. 475.

" Sonhou hum venturoso homem d'Alquebideche, que naquelle Promontorio de que fallámos [Cabo Espichel], lugar áspero e deserto, apenas allumiado pela luz do Sol, e clarão da Lua, e onde Neptuno quebra todas as forças de suas empoladas ondas, sonhou digo, que via, e admirava huma Luz remota, e que lhe mostrava neste retirado solitario campo a mais bella flor de Jesse, que era ao mesmo tempo do mar brilhante Estrella (...) porêem diz como Moisés (...): he necessario que eu vá reconhecer esta grande maravilha que estou vendo. (...) Sulca os mares, dirige seus passos mais velozes que o pensamento, por lugares desertos, por caminhos não seguidos, por campos nunca dantes semeados, e afadigado da ancia, do excesso, e da calma procura allivio ao cansado corpo; e aqui se diz tivera o encontro com a devota mulher da Caparica, a qual sabendo tambem do maravilhoso caso, com indústria apressará os passos, deixando o Saloio entregue ao somno, e chegando primeiro ao sitio do Cabo, ficará para sempre Caparica com a preferencia nos Cultos. Este acorda, e não achando a mulher que se offerecêra para o acompanhar na jornada, ardendo seu peito na mais viva chamma de amor, apressa os passos para os ultimos fins do Norte, seguindo a Luz do Sonho que tivera. (...) embrenha-se em suas escarpadas róchas, entranha-se nas matas, cruza fragosas veredas como Moysés as do Oreb, e chega à presença de Maria. Que feliz homem! Acabou-se o Sonho, elle o vê verificado (...) vê a Luz mais pura, goza da claridade mais perfeita. Sim, vê a Prodigiosa Imagem da Mãi de Deos, a quem já adorava a venturosa Caparicana. O Saloio se prostra junto a ella e reverente. (...) e conhecendo ser vontade de Deos, que se desse Culto á sua Santissima Mãi naquelle lugar retirado, na solidão do deserto assim o promettem, e se tem praticado até ao presente; e este lugar até então Promontorio Barbarico, sendo consagrado pela presença de Maria, he hum Sacro Promontorio. (...) Divulgado por toda a parte o prodigio, fez-se a Ermida, e nella se colocou a Prodigiosa Imagem, que he lindissima, e tão magestosa, que em todos os que a veem infunde respeito"⁴⁴.

Apesar de não ser referida por Frei Agostinho, esta lenda existiria já no seu tempo, não só pelo que nos diz Frei Cláudio, "outra tradição tambem constante, e de tempo immemorial", mas sobretudo pela alusão desta mesma

⁴⁴ CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio da – *Memoria da prodigiosa imagem da Senhora do Cabo, descripção do triumpho com que os festeiros e mais povo de Benfica a conduziram á sua parochia em 1816, para a festejarem em 1817*. Lisboa: Impressão Régia, 1817. Capítulos IV e V, pp. 10-20.

história nos azulejos da Ermida da Memória: "*Sonham dois venturosos velhos que apparecia a Senhora n'este logar. Põem-se a caminho para se certificarem da verdade, onde se encontram e comunicam entre si os sonhos*" (que datam do terceiro quartel do século XVIII, sendo assim provável que esta fosse já conhecida e usual no início do século). Sobre esta lenda específica do achado da imagem existem alguns pormenores divergentes em outros relatos. O primeiro e mais antigo, aludido nos azulejos da Ermida, refere que ambos os velhos teriam partilhado o sonho. As outras divergências chegam-nos através de um manuscrito⁴⁵ de 1828, publicado em parte por Heitor Baptista Pato, na sua obra *Nossa Senhora do Cabo*. Segundo este mesmo autor, as diferenças são: a visão, e não sonho, de uma luz sobre o Espichel; o sonho como explicação do significado da luz misteriosa, ou seja, uso do sonho como oráculo; a aparição da Senhora nos sonhos, tanto do velho de Alcabideche como da caparicana; início do percurso a um Sábado; e, por último, a construção de uma ermida, no mesmo dia do achado da imagem, de uma ermida feita de ramos de alecrim.

Da segunda tradição fundacional do culto de Nossa Senhora do Cabo, claramente lendária, o testemunho mais antigo que temos é, também, da obra *Santuario Mariano* de Frei Agostinho de Santa Maria. "*Outros affirmarão que a Senhora apparecêra na praya que lhe fica em baixo da mesma penha, aonde se aedificou a Ermidinha, e que apparecêra sobre hum jumentinha, e que esta subira pela rocha assima, e que ao subir hia firmando as mãos, e os pés na mesma rocha, deixando impressos nella os vestígios das mãos, e pés; e que de ser isto assim o affirmava a tradição dos que virão estes mesmos sinaes, que já hoje tem gastado, e consumido o tempo. E como a Deos lhe não he impossivel obrar mayores maravilhas, bem podemos crer obraria esta, para que assim fosse por ella buscada, e venerada aquella Santissima Imagem. Aquella Ermidinha que se fundou no lugar aonde a Senhora parou, naquella liteirinha vivente que a levava, desfez muytas vezes o tempo; mas a devoçam dos que a*

⁴⁵ *Memórias sobre a antiguidade das Romarias, e da Romaria ao sítio de Nossa Senhora do Cabo, etc.* Anónimo, ms. 98 col. Pombalina (Biblioteca Nacional de Lisboa), 1854/1857. Este manuscrito reproduz um outro manuscrito de 1828, e é publicado em parte por Heitor Baptista Pato em *Nossa Senhora do Cabo: Um Culto nas Terras do Fim*, op. cit., Anexo III, pp. 321-327.

servem, a reformou outras tantas vezes, a pesar dos seus rigores."⁴⁶

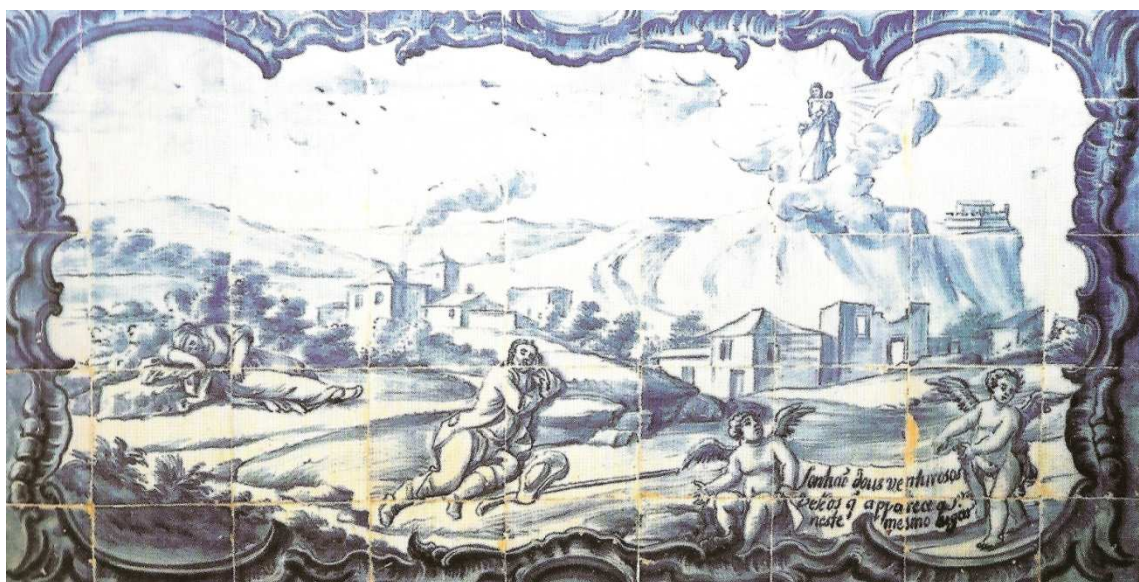
Geralmente, a lenda da subida da Virgem pela escarpa é tida como original, e portanto a lenda fundacional do culto presente. Heitor Baptista Pato é de opinião contrária. Segundo este, a presença de semelhantes vestígios terá sempre sido notada e permanecido misteriosa; a partir do momento em que, precisamente no topo da arriba para onde as pegadas se parecem dirigir, é encontrada uma imagem de Nossa Senhora, a explicação de tais marcas torna-se possível para a população como vestígios da passagem da Virgem (que, como descrito em outros episódios, se desloca num luar). Dos documentos mais antigos referentes ao culto mariano, de 1366, 1414 e 1428, apenas o terceiro se refere a Nossa Senhora da Pedra de Mua, os outros dois a Santa Maria do Cabo. Para além disso, as referências ao culto como de Nossa Senhora da Pedra de Mua são escassas e temporalmente delimitadas (com algum uso, também, a partir do século XIX e em textos eruditos, provavelmente por reminiscência romântica literária do período, e não por preponderância histórica), tratando-se portanto de um fenómeno localizado e que não teria a força necessária para ser fundação cultural. Assim, a lenda do luar será etiológica, ou seja, é um mito sagrado criado com o objectivo de explicar um certo acontecimento inexplicável ou cosmogónico.

A Ermida da Memória apresenta uma junção entre as duas tradições nos seus painéis de azulejo, numa tentativa de harmonizar e consolidar a fundação cultural. Ao longo destes lêem-se, como legenda a quatro imagens, as frases "*Sonham dois venturosos velhos que aparecia a Senhora neste lugar*"; "*Põem-se a caminho para se certificarem da verdade, onde se encontram, e comunicam entre si os sonhos*"; "*Chegando a este sítio, vêem com admiração subir a Senhora pela rocha*"; "*Publicada por ellas a maravilha, vem outras em sua companhia para admirarem o prodigio*". No entanto, esta visão unitária das lendas fundacionais do culto nunca foi adoptada pelos crentes. "*Na verdade, e talvez porque em pleno séc. XVIII a visão*

⁴⁶ SANTA MARIA, Fr. Agostinho de – *Santuario Mariano e historia das imagens milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente aparecidas, em graça dos Prégadores e dos devotos da mesma Senhora*, op. cit., p. 474.

*da Virgem subindo a escarpa montada num muar e trazendo o Menino ao colo era já demasiadamente medieval e mítica para ser facilmente aceitável, mesmo pelo mais crédulo dos crentes, a versão que irá assumir o estatuto de mais conhecida, divulgada no século seguinte por Frei Cláudio da Conceição, não integra nenhuma mula."*⁴⁷

⁴⁷ Heitor Baptista Pato – *Nossa Senhora do Cabo: Um Culto nas Terras do Fim*, op. cit., p. 85.



*Figuras 12 e 13. Dois dos painéis de azulejos da Ermida da Memória. O primeiro retrata os dois velhos a sonharem com a Senhora (na legenda: “Sonham dois venturosos velhos que apparecia a Senhora n’este logar”); o segundo ilustra a lenda da mula (na legenda: “Chegando a este sitio, vêem com admiração subir a Senhora pela rocha”). Fonte: Luís Marques, *O paraíso no «fim do mundo»*.*



Figura 14. Data desconhecida. Desenho retratando o homem de Alcabideche e a mulher da Caparica a sonhar com a Virgem no Cabo Espichel. Fonte: Luís Marques, *O paraíso no «fim do mundo»*.

II.II.II. O INÍCIO

A data do começo do culto no Cabo Espichel é totalmente incerta, remetendo-nos, como vimos, para a Pré-História. O culto mariano nesta finisterra é mais facilmente enquadrável, datando provavelmente do período visigótico. Mas quando terá começado o culto a Nossa Senhora do Cabo, como o conhecemos hoje e à data da construção do seu edificado nuclear, de extrema relevância neste estudo que se propõe a conhecer o âmago do Santuário que o alberga?

Contrariamente ao natural, no Espichel o culto é, provavelmente, anterior à época a que a tradição o atribui. Correntemente, tem-se situado o início da devoção actual aos princípios do século XV, data provável da construção da Ermida da Memória, o primeiro testemunho construído da veneração. Frei Agostinho de Santa Maria diz que o início do culto *“foy no reinado delRey Dom João o Primeiro⁴⁸ (...) e como no anno de 1428. se fez doação desta Casa à Ordem de São Domingos, já deviam ser passados muytos annos do seu apparecimento; porque já lhe offerecião o sitio com Casa, em que se pudesse louvar a nosso Senhor”*. Esta não era, aliás, a primeira doação da Ermida do Espichel feita por Diogo Mendes de Vasconcelos, seu proprietário à altura. De 1414 data uma *“carta de consentimento e autoridade”⁴⁹*, onde se lê que Diogo Mendes, comendador de Sesimbra, desejava doar a Ermida de Santa Maria do Cabo, local de romagem e grande devoção, ao Mosteiro de Santa Maria do Carmo de Lisboa. O documento mostra claramente que a Ermida teria sido construída há já bastante tempo, e que o culto tinha já grande adesão.

Em ambos os casos, primeiro pelos carmelitas e depois pelos dominicanos, a doação foi aceite para ser mais tarde recusada, apesar do apoio dado pelos moradores de Sesimbra, justificando a sua decisão na inabitabilidade do lugar. Assim o expressaram os frades dominicanos: *“como o sitio he muyto aspero, &*

⁴⁸ Rei entre 1385 e 1433.

⁴⁹ Heitor Baptista Pato – *Nossa Senhora do Cabo: Um Culto nas Terras do Fim*, op. cit., pp. 329-330.

*deserto, o largariaõ os Religiosos*⁵⁰. O lugar passou para a alçada da Câmara de Sesimbra, que lá mantinha um ermitão, altura em que se iniciou o Círio⁵¹ do Termo de Lisboa, ou seja, o círio saloio, a principal forma de devoção no Santuário – decorria então o ano de 1430. Baptista Pato refere que as *Memórias*⁵² expõem que, no ano de 1431, eram decorridos 21 anos “sobre o aparecimento da milagrosa Imagem de N. Senhora do Cabo, segundo a melhor tradição, e da edificação da primeira Ermida no Sítio do Cabo Espichel”; depois refere-se a 1511 como a data o centenário do achado. 1410 é também a data do I Compromisso da Confraria, que marca o início das peregrinações organizadas ao Cabo. No entanto, e na reprodução já mencionada do livro de 1828, presente nestas *Memórias*, é apontada a data de 1385. “Não é pois somente que este milagre [de Aljubarrota] faz célebre o princípio do feliz reinado de D. João I, que data de 6 de Abril de 1385, mas também o prodigioso aparecimento da Milagrosa Imagem de N. Senhora do Cabo, acontecido por este tempo.”; o autor do manuscrito de 1854, M. F. dos Santos, mais à frente refere a mesma data: “Sucedeu, pois, o aparecimento da Imagem de N. Senhora do Cabo no princípio do Reinado de D. João i^o”. Estas são comumente aceites como os testemunhos mais antigos das construções e culto mariano no Cabo Espichel, as datas prováveis para a sua fundação eram tidas como 1385 e 1410.

No entanto, como nota Heitor Baptista Pato, numa carta régia de 1366 onde se referem as razões da preferência de Azeitão sobre Sesimbra para a colocação de um juiz de comarca, lê-se a seguinte frase, ao referir que Sesimbra era menos povoada: “porque jazem em huu dos cabos do mundo e fora de todo o caminho salvo os que vão em Romeria a sancta maria do cabo”. A alusão à romaria

⁵⁰ Luís Marques – *O paraíso no «fim do mundo»: O culto de Nossa Senhora do Cabo*, op. cit., p. 23.

⁵¹ “Círio é, pois, a deslocação dos devotos a um santuário particular em cumprimento de uma promessa colectiva, numa romagem ou périplo cíclico de longo curso, podendo revestir de duas formas: ou as freguesias veneram individualmente a entidade ou se organizam colectivamente entre si em giro anual e itinerante, indo cada uma delas, alternadamente, à vez e em anos sucessivos, prestar a sua devoção.” Heitor Baptista Pato – *Nossa Senhora do Cabo – Um Culto nas Terras do Fim*, op. cit., p. 110.

⁵² *Memórias sobre a antiguidade das Romarias, e da Romaria ao sítio de Nossa Senhora do Cabo*, etc. Anónimo, ms. 98 col. Pombalina (Biblioteca Nacional de Lisboa), 1854/1857.

sobre a qual nos debruçamos leva-nos a entender que, não só esta existia à data, como estaria já instituída na região.

“Saliente-se o modo quase displicente como o documento de 1366 alude às peregrinações que se dirigiam a Santa Maria do Cabo. Esta simples alusão de passagem, em que não existe a necessidade de se complementar a informação, porque todos sabem do que o Rei está a falar, implica forçosamente que as romarias se encontravam já então amplamente divulgadas entre as populações, possivelmente desde há várias gerações (...) A rota do Espichel poderá, deste modo, ter constituído um dos grandes itinerários internos de peregrinação no Portugal medievo”⁵³.

Também o Padre Francisco Mendes refere que a data fundacional do culto é bastante anterior, e que este tem sido reinterpretado sistematicamente ao longo do tempo. Como vimos, o culto mariano no Cabo Espichel poderá datar dos tempos visigóticos, atravessando todo o período muçulmano, durante o qual poderão ter começado as peregrinações ao Cabo.

Sabemos que o início do culto do Cabo se deve ao achado de uma imagem de Nossa Senhora nas terras do Cabo Espichel. Esta razão é, aliás, comum a várias devoções, não apenas em Portugal, e tem algumas explicações possíveis. As invasões muçulmanas terão levado a que os cristãos enterrassem as suas imagens para que estas não fossem descobertas e profanadas (algo que já tinha, aliás, ocorrido no século V, supostamente por ordem do arcebispo de Braga). Estas seriam, mais tarde, encontradas, o que era interpretado como um sinal divino e assim se começava o culto naquele lugar favorito por Deus. Uma outra hipótese é a de que, como o Espichel se trata de um sítio que sempre agradou aos eremitas, a morte de um destes tenha levado a que a sua imagem santa, que habitualmente mostravam aos passantes para que lhes dessem o óbulo, ali tenha ficado deposta. O Padre Francisco Mendes é a favor de uma terceira hipótese: durante as ocupações islâmicas não era permitida a posse de imagens religiosas fora das Igrejas ou mosteiros; como tal, a imagem encontrada deve ter sido escondida pelos moçárabes de um santuário aquando da vaga de ortodoxia

⁵³ Heitor Baptista Pato – *Nossa Senhora do Cabo: Um Culto nas Terras do Fim*, op. cit., p. 96.

muçulmana que destruiu várias Igrejas, santuários e comunidades cristãos. Todas as conjecturas indicam, portanto, que uma imagem de Nossa Senhora terá estado enterrada alguns anos, décadas ou séculos, para vir a ser mais tarde encontrada. O achado das imagens seria accidental, ou, mais comumente, provocado pela própria divindade, habitualmente através de sonhos; este é o caso do culto de Nossa Senhora do Cabo. Aquando do achado da imagem, segundo o Padre Francisco Mendes, existiria ainda memória do culto anterior, daí a sua rápida propagação. Como consequência, a construção da primordial Ermida e o retomar das peregrinações até ao lugar, datando de antes de 1366. Então porquê o estabelecimento do final do século XIV e início do século XV para a fundação do culto?

Mais uma vez Baptista Pato encontra uma explicação para este facto. Dois autores, Frei Cláudio da Conceição⁵⁴ e Diogo da Piedade e Costa⁵⁵, relacionam o culto a Nossa Senhora do Cabo com os surtos epidémicos que assolaram a região de Lisboa. Várias loas em honra da Senhor do Cabo referem a Senhora do Cabo como protectora face às pestes, e esta associação parece ter perdurado na memória popular. Na *Crónica de D. João I*, Fernão Lopes narra a invasão castelhana a Lisboa; ao chegarem aos arredores da cidade, “começou de se atear a pestelença tão bravamente em eles, assim por mar como por terra, que dia havia em que morriam cento, e cento e cinquenta, e duzentos”, acabando por levar ao abandono da contenda por parte de D. João de Castela. Rodrigo de Lisboa, franciscano, atribuiu à intervenção divina o castigo aos castelhanos e a salvação da cidade. A

⁵⁴ “Esta função [culto a Nossa Senhora do Cabo] é muito antiga, data do tempo do Senhor Rei D. João I. Deu motivo a ela o flagelo da peste, que por várias vezes tem assolado este Reino (...) Entre estes se distinguem os devotos Saloios, indo amiudadas vezes, e em grande número, ao Sítio do Cabo Espichel visitar a Milagrosa Imagem, que aí se tinha manifestado”. CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio da – *Gabinete Historico, que a Sua Majestade Fidelissima o Senhor Rei D. João VI, em o dia de seus felicíssimos annos, 13 de Maio de 1818, offerece Fr. Claudio da Conceição Ex-Defiador, Examinador Sinodal do Patriarcado de Lisboa, Pregador Regio, e Padre da Provincia de Santa Maria d'Arrabida*. Lisboa: Impressão Régia, 1831, p. 361.

⁵⁵ “Mas haveria alguma outra causa, além da apontada, para se unirem em uma tão grande Confraria os povos de tantas freguezias e dirigirem unisonos os seus brados á Nossa Senhora do Cabo? – Parece que sim. Parece que os povos do termo de Lisboa viviam sob o terror assustado de alguma peste contagiosa, e a fama dos prodigios que a Senhora do Cabo operava, excitou o proverbial sentimento de devoção do povo portuguez á Virgem Santissima, e levou-o a dar este passo”. COSTA, Diogo Francisco da Piedade e – *A Luz de Portugal: Historia da Nossa Senhora do Cabo*. Lisboa: Typ. da Comp. Nac. Ed., 1899, p. 27.

epidemia fustigou toda a zona de Lisboa e arredores, incluindo Sintra, Alenquer e Torres Vedras, salvando-se a região saloia. Também a zona do Cabo Espichel permaneceu intocada, e a população rapidamente atribui à Senhora daquele lugar a protecção divina dada a esta região.

“Mas é legítimo supor que o antigo culto, talvez efectivamente iniciado na segunda metade do séc. XIII e já amplamente implantado antes do reinado de D. Pedro I, tenha conhecido um renovado e fortíssimo incremento junto das populações durante o reinado de D. João I, certamente como protecção de um surto de peste (...); e que este incremento tenha sido de tal ordem que, na memória popular, passou a ser identificado com o próprio momento do achamento da imagem e como data fundacional do culto. Talvez nessa altura se houvesse erigido uma nova ermida reconstruindo o templo anterior (...) É esta hipótese de as romarias se terem intensificado durante o reinado de D. João I que permite, aliás, explicar um dos mais estranhos “mistérios” que rodeiam o culto à Senhora do Cabo: o que terá originado, sobretudo na região saloia a Norte do Tejo, tão forte crença e suscitado tão grande devoção?”⁵⁶

Com um aumento da adesão ao culto, já antes de 1414, data da primeira doação do lugar, teria sido edificada (ou reedificada) a Ermida da Memória, para a qual se dirigem grandes peregrinações populares cíclicas, integradas inicialmente por 30 freguesias da zona saloia a Norte do Tejo, e que podem constituir o primeiro culto itinerante à Virgem no nosso país. As tradições que regulavam os vários passos da romaria mantiveram-se inalteradas, mesmo após a saída da confraria de 4 freguesias. Para além destas 30, existem ainda outras 16 romarias, e julga-se que o número total possa ter sido perto da meia centena. Ou seja, para além do círculo das freguesias da região saloia, o de maiores dimensões e o mais importante para a história deste Santuário, encontramos ainda hoje outras festas em honra a Nossa Senhora do Cabo, como os círculos da Caparica (interrompido em 1950) e dos pescadores de Sesimbra, que ainda hoje pernoitam no cabo em tendas; e as festas da Azóia e de Palmela

⁵⁶ Heitor Baptista Pato – *Nossa Senhora do Cabo: Um Culto nas Terras do Fim*, op. cit., p. 97.

II.II.III. EXPANSÃO

A afluência de romeiros cresceu de tal modo, que em 1495 iniciou-se a construção da primeira Igreja de Nossa Senhora do Cabo (que não a actual), pois a Ermida da Memória era já demasiado pequena para a quantidade de romeiros, e afastada desta, pois “*era costume, quando entravam os Círios, rodear o templo três vezes antes de entrar*”⁵⁷. Desta igreja nada resta, exceptuando duas tábuas de retábulos que ornavam a construção e uma descrição do Infante D. Jorge de Lencastre, Mestre da Ordem de Santiago, a *Visitacam da Irmyda de nosa Snra do cabo* de 1516, actualmente na Torre do Tombo, do qual Baptista Pato cita excertos⁵⁸. Percebemos que se tratava de uma igreja com alguma riqueza ornamental. Em torno desta existiam hospedarias construídas de maneira espontânea, sem obedeceram a qualquer planeamento, pelos próprios romeiros e confrarias, como acontecia em muitos outros lugares de peregrinação. Cerca de 1600 estariam dispostos em forma circular quase fechada. Estas foram totalmente destruídas aquando da construção da nova igreja; no entanto foi reaproveitado grande parte do material de construção, como se nota por algumas inscrições nas pedras da actual igreja.

Apesar da sua origem despretensiosa e compartilhada por poucas dezenas de pessoas da romagem, ou *círio*, até ao Cabo, a sua importância e tamanho foram aumentando, culminando no século XVII com a atenção especial da Família Real portuguesa e que, segundo a tradição, envolviam cerca de 30.000 pessoas. Para além da ordem de construção do Santuário, por D. Pedro II, e do financiamento da mesma pela Casa do Infantado, também o filho deste, D. João V, encarregou Lourenço da Cunha, afamado pintor português, de pintar o tecto da Igreja, bem como ofereceu uma berlinda para o transporte da imagem da senhora. Também o Rei D. José I e as Rainhas D. Maria I, D. Carlota Joaquina, D. Maria II e D. Maria Pia engrandeceram o Santuário com as suas ofertas. A ligação da Família Real à Senhora do Cabo Espichel manteve-se até ao fim da Monarquia, mas nunca atingindo a opulência das festividades do século XVII.

⁵⁷ Heitor Baptista Pato – *Nossa Senhora do Cabo: Um Culto nas Terras do Fim*, op. cit., p.159.

⁵⁸ Heitor Baptista Pato – *Nossa Senhora do Cabo: Um Culto nas Terras do Fim*, op. cit., p. 254.

Podemos ler relatos das festas de 1701, 1770, 1784, 1816 e 1894, bem como excertos das de outros anos, na obra *Nossa Senhora do Cabo*, de Baptista Pato, capítulo *O Esplendor de Setecentos*.

Esta sumptuosidade das festividades não era de estranhar, à época, pois viria na sequência do que acontecera em épocas anteriores, pelo menos desde o fim do século XV e sobretudo do século XVI. “*As cidades transformavam-se nestes momentos especiais em elementos de pura cenografia de artifício, a que as arquitecturas efémeras davam o devido enquadramento espectacular ao criarem uma outra cidade recheada de sentidos alegóricos, numa tendência que se perpetuará ao longo da segunda metade do séc. XVII e de todo o séc. XVIII*”⁵⁹. Todo este aparato de glorificação Real, descendente das *entradas reais* da Idade Média, assinalava os momentos principais da política interna e externa e da vida religiosa. Nestas festas religiosas, de que as da Senhora do Cabo são um exemplo, toda a sociedade era representada num mesmo evento cultural, facto praticamente único nos povos da altura. Heitor Baptista Pato representa fielmente esta imagem:

“*Até aos tempos modernos, a festa religiosa – desde sempre momento por excelência de celebração e de sociabilização, de articulação representativa do Rei, da Corte, da Igreja e dos Povos – unia os espaços sagrados e profano, os sinos da igreja vibrando lado a lado com as gaitas de fole, a coreografia sacerdotal evolucionando no altar de par com as danças populares que se desenvolviam no adro ou no terreiro. Eram momentos em que o rito religioso alternava e convivía, em clima de maior ou menor naturalidade, com as práticas lúdicas e para os quais propositadamente se construía uma arquitectura de cenário, momentânea e espaventosa, à maneira dos protótipos barrocos da Corte (...) – todos esses programas marcavam a especificidade do lugar e do tempo festivos, diferentes do lugar e do tempo do comum quotidiano.*”⁶⁰

Assim, em 1662, sob a alçada do quarto Duque de Aveiro, D. Raimundo de Lencastre, surge de novo a necessidade de construir um templo de maiores dimensões; por ter passado para o serviço de Espanha, foi condenado à morte,

⁵⁹ Heitor Baptista Pato – *Nossa Senhora do Cabo: Um Culto nas Terras do Fim*, op. cit., p. 175.

⁶⁰ Heitor Baptista Pato – *Nossa Senhora do Cabo: Um Culto nas Terras do Fim*, op. cit., p. 176.

tendo vindo a falecer em 1663. A actual Igreja, que viria a ser realizada de 1701 e até 1707⁶¹. Existem ainda algumas dúvidas quanto à autoria da obra; esta é atribuída geralmente ao arquitecto João Antunes que, como arquitecto da Casa do Infantado, promotora da obra, e arquitecto régio seria o responsável pelo risco da Igreja e conjunto (incluindo o traçado regularizador das hospedarias). No próximo subcapítulo aprofundaremos um pouco mais este tema, focando os pontos essenciais para o nosso estudo. Em 1708 restaura-se o forte de Nossa Senhora do Cabo, construído em 1672, e de que hoje apenas um pequeno muro resta, em que nada lembra um forte. As hospedarias actuais começam a ser construídas em 1715, substituindo as anteriores que se espalhavam numa ocupação desregrada; são ampliadas entre 1745 e 1760, sob o mestre-pedreiro João Jorge, e o prolongamento definitivo da ala norte data de 1794. Em 1720 é construída a estrada da Apostiça para uso dos círios⁶²; por causa da peregrinação pavimentaram-se outras estradas, e assistimos também à abertura de fontes ao longo do percurso. Lourenço da Cunha pinta o tecto da Igreja em 1740. A Ermida é restaurada em 1758, data provável da colocação dos azulejos que a decoram. A Casa da Água é mandada edificar em 1770, tal como todo o recinto em volta, o *cercado*; mais uma vez temos uma imagem bastante vigorosa deste espaço, narrada por Baptista Pato:

“Tratava-se, pois, de uma horta-jardim que à sua escala procurava imitar os programas eruditos palacianos, articulando e disciplinando – num terreno de difícil topografia, em plano excessivamente inclinado – espaços diferentes, mas habilmente complementares, com os seus recantos de prazer e as zonas de utilidade, o seu hortus e os seus canteiros de arbustos aromáticos, a casa da água azulejada para descanso e refrescamento de lazer e os tanques de abastecimento, e em cuja cerca se abriram

⁶¹ Data em que para lá foi trasladada a imagem que até então estava na Ermida da Memória. Os altares laterais e a pintura do tecto são posteriores.

⁶² Sabemos, através do Padre Francisco Mendes, que a primeira estrada pavimentada fora das grandes cidades, pelo menos na região de Lisboa e talvez no país, foi feita aqui e para servir as peregrinações (não sabemos, contudo, se foi esta estrada da Apostiça).

*inclusivamente janelas [a Norte, voltadas para o mar e Lisboa] e se instalaram bancos para assim se apreciar o panorama que a Natureza ali oferecia.”*⁶³

Os produtos da horta, assegurada financeiramente por um criado de D. José I, Maurício Ferreira, e depois pelo próprio Rei D. Pedro III, eram distribuídos gratuitamente pelos romeiros e, no resto do ano, pelos moradores do Cabo (aliás, toda a região estava bastante dependente, em termos económicos, da afluência ao Santuário). Também em 1770 são refeitos e normalizados os altares laterais da igreja, visto que os originais eram dissemelhantes entre si porque tinham sido mandados construir pelos círios e segundo as suas posses; também a Casa da Ópera é construída durante este século; em 1790 é construído o farol, a cerca de 600 m a Sul do Santuário, um dos mais antigos do país. Alguns autores referem que o tecto da Igreja terá ruído como terramoto de 1755, mas essa hipótese parece muito improvável visto que os círios continuaram a realizar-se sem qualquer interrupção. Cirilo Wolkmar Machado e Frei Cláudio da Conceição⁶⁴ referem apenas danos e não ruína, algo que pode ser confirmado pela repintura do tecto da Igreja por volta de 1770 por José António Narciso. Esta é a única obra do pintor Lourenço da Cunha que sobreviveu, quase intacta, ao sismo. Não há relatos de outros danos que o Santuário possa ter sofrido com a acção do terramoto.

II.II.IV. A CONSTRUÇÃO DO SANTUÁRIO E OS SEUS INTERVENIENTES

O século XVI foi um século complexo e prolífico na arquitectura nacional. De um período eclético marcado pela influência dos novos mundos revelados durante os Descobrimentos, entramos num período fortemente influenciado pelo gosto pelo antigo. Introduzida a tipologia hospitalar na Península Ibérica nesta altura, foi a base perfeita para a aplicação de um novo estilo, e assim em 1492, com a construção do Hospital de Todos os Santos, inicia-se o primeiro

⁶³ Heitor Baptista Pato – *Nossa Senhora do Cabo: Um Culto nas Terras do Fim*, op. cit., p. 273.

⁶⁴ CONCEIÇÃO, Frei Cláudio, cit. in Heitor Baptista Pato – *Nossa Senhora do Cabo – Um Culto nas Terras do Fim*, op. cit., p. 260.

edifício Renascentista em Portugal. D. João II, fortemente marcado pela influência italiana, será porventura o principal responsável pela introdução e estabelecimento do estilo no país; foi ele, aliás, a fomentar a obtenção de livros e artistas florentinos que renovassem o cenário artístico. De importância fundamental foram a vinda de Cataldo Parísio Sículo, preceptor do filho de D. João II, a chegada do primeiro exemplar do livro de Vitrúvio a Portugal (em 1488) e Andrea Sansovino, que residiu no país durante vários anos. Logo no início do século XVI vários documentos se referem às obras *ao romano*, precedida pelo seu uso oral por uma década. Aparece aplicada à arquitectura em 1529 com o contrato de D. Luís da Silveira com Diogo de Castilho e Diogo de Torralva para a construção do Palácio em Góis.

O estilo ganha bastante influência nos anos 30 desse século, estando totalmente implantado pouco depois. É durante estes anos 30 que aparece uma nova tipologia, as Igrejas Paroquiais, *Igrejas de tipo português do Primeiro Renascimento*, com planta de três naves e cinco tramos, capela-mor com abóbada de nervuras e pouca variante espacial e decorativa. Descendem das típicas Igrejas nacionais do gótico mendicante, mas apenas como modelo onde aplicar o novo estilo renascentista. Iniciam-se também alguns estudos sobre a arquitectura militar.

Em 1541 dá-se um surto editorial de contornos únicos no país, que põe Portugal em igualdade com outros países da Europa em termos da tratadística da arquitectura; o objectivo era a elevação cultural dos mestres-de-obras, numa altura da história em que o ofício ganhava uma nova imagem e monta, passando os seus profissionais definitivamente para arquitectos. Para além do já conhecido livro de Vitrúvio, foram também empregues textos de Alberti, Albrecht Dürer (edição latina do seu tratado de fortificação em 1535), Juan de Arfe y Villafañe e Vignola. Um outro tratadista, de importância fundamental para o presente estudo, ficou também conhecido em Portugal na altura.

“A formação tratadística da nova linguagem clássica encontra o seu livro de cabeceira na obra de Sebastiano Serlio, um discípulo de Peruzzi que publicou, a partir de

1537, um influentíssimo manual, cujos dois primeiros volumes (na realidade os livros IV, de 1537, e III, de 1540) já em 1552 eram traduzidos para espanhol.”⁶⁵

Os livros I e II foram publicados em 1545, o livro V em 1547, o livro VI em 1600 (se bem que figurava já, como parte de um outro livro em 1548) e o livro VII em 1575; existem ainda manuscritos de um livro VIII⁶⁶. Tanto quanto sabemos, apenas os livros III e IV, traduzidos em espanhol, eram conhecidos pelos arquitectos portugueses, e amplamente divulgados na Aula de Architectura Civil do Paço da Ribeira. Serlio explorava até aos limites a linguagem clássica, manipulando-a a seu gosto; paradoxalmente é precisamente este estilo pessoal tido, em Portugal, como o paradigma do classicismo *à antiga*, e amplamente aplicado na construção nacional.

Também a célebre sessão XXV do Concílio de Trento, em Dezembro de 1563, teve bastantes implicações na arquitectura portuguesa, sobretudo através das *Instruções* de S. Carlos Borromeu, que defendia a eliminação das plantas centralizadas, como a de cruz grega, e a reprovação de símbolos da perfeição humanista (círculo e quadrado). Mais importante, a Igreja é definida enquanto Casa de Deus: destinada à glorificação deste, cabia ao arquitecto apenas dar-lhe a forma conveniente, ou seja, uma escala grandiosa, a escolha de locais elevados, acentuação do altar-mor antecedido por degraus, ligação entre a sacristia e o templo para o trajecto processional, e sobretudo uma diferenciação entre interior e exterior.

*“A Igreja-Casa de Deus é no século XVII um objecto arquitectónico de aparência paradoxal, opondo a singeleza exterior à máxima riqueza interna, numa metáfora à dialéctica corpo/alma que é também a dualidade entre o temporal e o eterno, entre o que se degrada e o que desafia a caducidade das coisas e da matéria.”*⁶⁷ Sobre este tema,

⁶⁵ PEREIRA, Paulo, dir – *História da Arte Portuguesa*, Volume II. Lisboa: Círculo de Leitores e Autores, 1995, p. 351.

⁶⁶ SERLIO, Sebastiano – *Todas las obras de arquitectura y perspectiva de Sebastian Serlio de Bolonia*. Introdução de Carlos Sambrico, tradução de Fausto Diaz Padilla. Oviedo: Colegio Oficial de Aparejadores y Arquitectos Tecnicos de Asturias, 1986 [1600].

⁶⁷ Paulo Pereira – *História da Arte Portuguesa*, vol. II, op. cit., p. 36.

também Pietro Cattaneo expõe o seu ponto de vista coincidente, ainda que anterior, na sua obra *I Quattri Primi Libri di Architettura* (1554).

De 1576 data o tratado de António Rodrigues sobre a Architectura Militar, que tem como influência Vitruvius, Serlio e Cataneo. Marca da pluralidade de percursos seguidos no intelectualismo, marcado no país por Torralva, o arquitecto-mor é um dos principais fundadores do Estilo Chão. Miguel de Arruda terá sido o primeiro impulsionador deste estilo de contra-reforma ao classicismo.

“É evidente o prazer de Miguel em lidar com as grandes massas de pedraria e criar espaços modernos despojados, a que estava habituado nas construções abaluartadas, relegando a decoração à talha dourada dos altares encaixados em nichos laterais, esposando as suas formas a ponto de fazer surgir um tipo novo de retábulo com ático semi-circular (...) Estamos nos antípodas do classicismo maníaco (...) É, antes, uma arte nua e avessa a experiências vanguardistas, em clara reacção contra as modas estrangeiras: um estilo que se pretende inserido numa tradição nacional em vez de ruptura com ela (...), embora não hesitasse em se apropriar quanto queria das soluções clássicas. Não surpreende, assim, a descoberta recente de que a fachada de Portalegre deriva duma gravura de Igreja com torres do tratado de Serlio.”⁶⁸

O Estilo Chão atravessa os séculos XVI e XVII, denominando uma expressão marcada pela sobriedade, herdada directamente da arquitectura militar, e pelos condicionalismos impostos pela conjuntura religiosa. Também com algumas marcas na arquitectura de final de século, bem como do primeiro quartel do século XVII, temos o aparecimento de centros arquitectónicos regionais, dirigidos pelos artífices locais, reunidas em torno dos estaleiros da zona ou por programas mecénicos. São obras rudes e grosseiras, mas geralmente com maior riqueza decorativa interior do que nas grandes cidades. Do século XVII são conhecidos alguns tratados portugueses: o *Tratado de Architectura*, 1631, de Mateus do Couto, uma compilação das suas Aulas do Paço da Ribeira e dedicado à arquitectura militar, conservado por Pedro Nunes

⁶⁸ Paulo Pereira – *História da Arte Portuguesa*, vol. II, op. cit., pp. 358-359.

Tinoco; *Tratado de Architectura Política e Militar*, de Pêro Araújo, seis livros em grande parte decalcados do tratado de Serlio; e as *Taboadas Gerais*, 1660, de João Nunes Tinoco, mostra da transmissão oral de conhecimento prático, comum à altura. Praticamente todos os grandes construtores dos séculos XVI, XVII e XVIII foram também construtores militares, e parte da sua formação se fez sobre esta temática.

No século XVII desponta o Barroco em Portugal, cujo principal mecenas foi D. João V, aproveitando o período de paz e de próspera situação financeira, após as Guerras da Restauração do século XVII, para assim reestruturar a arte portuguesa, igualando-a em métodos e obras às de outros países europeus. “[Do] extenso rol de obras associadas ao rei estão sempre presentes os objectivos de engrandecimento pessoal e da Fé, de acordo aliás com a teoria política do absolutismo: o poder do rei vem directamente de Deus que o deve exercer sobre a população não de um modo despótico mas temperado pelas virtudes essenciais do Catolicismo”⁶⁹.

João Antunes (1643-1712), presumível autor do Santuário de Nossa Senhora do Cabo, é uma figura maior deste período. “Nessa viragem temporal e estética, João Antunes surge como o principal inventor da arquitectura barroca em Portugal, como o mostram as suas mais importantes obras.”⁷⁰ Iniciou a sua carreira como mestre-pedreiro, cargo que já exercia em 1681, mas em que teria principiado cerca de 1669, trabalhando sobretudo com João Nunes Tinoco; em 1683 era aprendiz de arquitectura civil na Aula do Paço; arquitecto das Ordens Militares de Cristo, S. Tiago e S. Bento de Avis em 1697; arquitecto régio em 1699; e ainda arquitecto da Casa do Infantado e arquitecto da rainha Catarina de Bragança.

Durante muito tempo a obra deste arquitecto foi descurada, tendo sido Ayres de Carvalho quem primeiro publicou documentos essenciais sobre a sua vida e obra, depois de algumas referências de Sousa Viterbo e Reynaldo Teles,

⁶⁹ PEREIRA, Paulo; dir. *História da Arte Portuguesa*, Volume III. Lisboa: Círculo de Leitores e Autores, 1995, p. 51.

⁷⁰ PEREIRA, José Fernandes, dir; PEREIRA, Paulo, coord. *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 33.

ambos admitindo a autoria de Santa Engrácia, vulgo Panteão Nacional, como sendo de Antunes; a partir daí, vários edifícios lhe foram atribuídos, uns com mais certezas que outros. Hoje, a sua importância é inegável, como o demonstra a sua vasta obra patente no livro escrito sobre a coordenação de Manuela Birg, *João Antunes: Arquitecto – 1643-1712*⁷¹. É neste mesmo livro que se avança com uma hipótese para os primeiros passos de Antunes na arquitectura, o qual pode ter acompanhado a reconstrução da Igreja da sua paróquia, do Loreto em Almada, beneficiando da proximidade dos mestre Gregório Luís e Marcos de Magalhães; nesta obra assistimos à introdução das colunas torsas em mármore colorido, elemento amplamente reproduzido por Antunes no seu ofício. A referência mais antiga que temos de trabalhos feitos pelo arquitecto é de Francisco Domingues, que em 1704 refere que Antunes trabalhara “há trinta e sete anos” (1667) como pedreiro no convento do Grilo, uma obra de patronato real. Muito pouco se sabe do seu ofício entre esta e a sua primeira grande obra, Santa Engrácia (exceptuando a sua entrada na irmandade de S. José dos Carpinteiros e Pedreiros, e lá ter chegado a Secretário), em que, face a vários arquitectos de renome como João Nunes Tinoco, Manuel do Couto, Mateus do Couto e Francisco Tinoco da Silva (que viria a ser seu mestre), conseguiu a encomenda para uma obra de grande monta. Para mais, no ano seguinte é-lhe concedido o lugar de Aprendiz de Arquitectura na Aula do Paço da Ribeira, pelo próprio Rei D. Pedro II, lugar de maneira nenhuma dado a profissionais inexperientes.

Duas hipóteses possíveis permitem explicar a sua surpreendente nomeação para estes lugares. Primeiro, João Antunes foi muitas vezes apelidado de *pedreiro* e mais tarde *mestre-pedreiro*. Como vimos, já no ano de 1669 (com 26 anos) Antunes trabalhava com João Nunes Tinoco como executante dos seus traçados, ou *riscos* (segundo as palavras de Ayres de

⁷¹ BIRG, Manuela, coord. – *João Antunes: Arquitecto: 1643-1712*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, 1988.

Carvalho em *As Obras de Santa Engrácia e os seus Artistas*), e de quem terá recebido grande parte da sua educação, e com o qual pode ter desenvolvido grande parte da sua prática e crescimento profissional. De importância fundamental pode ter sido a sua participação na construção do Convento dos Cardaes, obra de Nunes Tinoco. À data do início, em 1677, Antunes seria demasiado inexperiente para ser o arquitecto responsável pela obra (apesar de alguns autores lhe terem feito essa atribuição), e apenas sabemos que o trabalho de pedraria no altar-mor, de 1693, lhe foi encomendado. Mas a sua ligação a João Nunes Tinoco pode ter dado azo a que a sua intervenção nesta obra tenha sido maior, e basilar para a sua aprendizagem, daí a semelhança notória entre esta obra e outras da autoria de Antunes. Se tal facto se tiver verificado, pode ter sido o primeiro contacto efectivo de Antunes com os tratados de Serlio e de Vignola, cujas influências estão patentes na obra.⁷²

Após a morte de João Nunes Tinoco em 1689, não se sabe que outras atribuições pode João Antunes ter tido nesta obra, sendo que era já à altura um arquitecto afamado. No entanto, e como se pode ler na obra de Ana Maria Vieira, é na capela-mor, onde Antunes executou o trabalho em pedra, que se encontra “a mais eloquente citação de arquitectura serliana de toda a Igreja e do Convento.”⁷³ Notamos ainda outras características que vieram, mais tarde, a estar presentes na obra de Antunes, como o uso de pontos cromáticos no interior da Igreja, contrastando com a parede branca; o interior rico que se opõe a um exterior despido; o estilo chão que marca todo o conjunto; e dois pontos, que apesar de não serem com toda a certeza de Antunes, são reproduzidas com grande semelhança no Santuário do Cabo Espichel: um claustro, o mais pequeno dos dois do Convento, de feição ingénua, de pequena escala, com vãos irregulares e desprovido de sinais arquitectónicos eruditos (pilastras, capitéis ou cornijas), à excepção dos arcos de volta perfeita e de um pequeno friso; e o uso de uma malha geométrica de quadrados para o desenho dos espaços do

⁷²VIEIRA, Ana Maria et al. *O Convento dos Cardaes: Veios da Memória*. Lisboa: Quetzal Editores, 2003.

⁷³ Ana Maria Vieira, et. al. – *O Convento dos Cardaes: Veios da Memória*, op. cit., p. 87.

Convento (o que era, não o negamos, comum à época, não só pela influência da arquitectura militar nas outras formas de arquitectura, como dos textos de Serlio), com 13 palmos de lado e que se adapta ao terreno. Entendemos que estas semelhanças entre esta obra e a do Santuário do Cabo poderão ser circunstanciais; no entanto, pelos factos que apresentamos, poderão ser pistas importantes para determinar com maior certeza a autoria do conjunto.

A segunda hipótese para a sua rápida ascensão no ofício é a forte ligação com D. Pedro II. Aquando da nomeação de Antunes para a Aula do Paço, o Rei, intitulado-o de *pedreiro*, justifica a sua nomeação “*pela boa conta que sempre deu de tudo o que lhe foi encarregado de meu serviço real*”, referindo-se claramente a outros trabalhos de que João Antunes teria sido incumbido sob patronato real. Confirmando esta hipótese, de 1705 à data da sua morte a sua obra é muito escassa; segundo Maia Ataíde⁷⁴, este hiato explica-se pela mudança no trono. Não esqueçamos que terá sido a Casa do Infantado, de que era senhor o Infante D. Francisco de Bragança, filho de D. Pedro II, a financiar a construção do Santuário do Cabo Espichel, e que terá sido o próprio rei a deliberar a sua edificação.

Para a sua eleição como arquitecto das obras de Santa Engrácia, Ayres de Carvalho adianta ainda uma outra hipótese: a de que, visto ser bastante inexperiente para o traçado de uma obra de tão grande monta como esta, o Padre Francisco Tinoco da Silva, que como vimos seria mais tarde seu Mestre na Aula do Paço, ter-lhe-ia dado apoio para o risco. “*Hoje, como dissemos, e apesar de termos encontrado o documento verídico que dá ao mestre pedreiro João Antunes a autoria da planta de Santa Engrácia, continuamos a ter em consideração a figura notável do seu Mestre em Architectura na Aula dos Paços da Ribeira, o célebre Padre Tinoco. Nem um nem outro ficam diminuídos, antes se completam, mestre e discípulo,*

⁷⁴ BIRG, Manuela, coord. *João Antunes: Arquitecto - 1643-1712*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, 1988, p. 8.

pois um e outro beberam desde sempre na mesma fonte, o Tratado de Architectura de Sebastião Serlio."⁷⁵

Em 1700, pouco antes do início da construção do actual Santuário de Nossa Senhora do Cabo, Antunes é responsável pela reconstrução da Igreja de Santiago em Alcácer do Sal. *"Obra de fachada robusta, está muito presa à tradição do século XVII, bem como à arquitectura alentejana, e o seu significado aponta para uma resistência à estética barroca, facto surpreendente nesta época, tendo em consideração a evolução da sua obra. Mas a surpresa será apenas aparente, pois no processo criativo haverá que ter em conta os objectivos do encomendador. Esta fachada, na sua severidade e compartimentação, continua uma tradição e aparenta-se, por exemplo, com Santo Antão de Évora ou Santa Maria de Setúbal."*⁷⁶

No ano de 1701 João Antunes encontrava em mãos vários outros trabalhos. Em Barcelos, a Igreja do Bom Jesus, maciça mas não sem elegância, apesar das suas pequenas dimensões; a planta da sacristia da Sé de Braga; o retábulo da Igreja matriz de Colares; o claustro do Mosteiro de Santa Marta de Lisboa; e, mais importante e implicando mais envolvimento por parte do arquitecto, visto que, para além da execução do traçado, acompanhou as obras, o Palácio da Bemposta para a Rainha D. Catarina de Bragança.

Como arquitecto da Casa do Infantado, João Antunes teria sido incumbido da construção do Santuário iniciado nesse mesmo ano, provavelmente por D. Francisco, irmão de D. João V, provedor da Irmandade de Nossa Senhora do Cabo. Tal como no caso da Igreja de Santiago, em Alcácer do Sal, este complexo pode parecer um pouco fora da evolução do trabalho de Antunes, devido à grande notoriedade dada à Igreja de Santa Engrácia, obra excepcional não só no seu percurso como no de todo o barroco nacional. Na verdade, desde o final do século que o seu traço se caracteriza por fachadas estáticas, escala mediana e uma grande riqueza interior que se contrapõe à simplicidade exterior, ainda

⁷⁵ CARVALHO, Ayres de. *As Obras de Santa Engrácia e os seus Artistas*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1971, p. 67.

⁷⁶ PEREIRA, José Fernandes, dir; PEREIRA, Paulo, coord. *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 36.

que esta última possa ser pontuada por motivos clássicos ou barrocos; algo a que a Igreja do Cabo Espichel não foge. Ainda assim, as hospedarias do Santuário parecem mais despojadas do que seria habitual numa obra deste arquitecto. Não podemos, contudo, esquecer as influências e condicionantes a que Antunes estava conciliado, e que são, em todas as suas obras, de importância fundamental. Para além do seu estilo e gosto pessoal, a que os traçados e feições do Santuário não fogem, contamos ainda com a preponderância dos tratados internacionais, nomeadamente o de Serlio, e da Aula do Paço da Ribeira e do seu Mestre, o Padre Francisco Tinoco da Silva.

Perante isto, poderíamos argumentar que apenas a Igreja faz parte do seu risco, e não o plano das hospedarias, uma hipótese que não pode ser descartada mas com a qual não concordamos. Primeiro, um conjunto tão coeso em termos de forma e expressão dificilmente poderia vir do génio de várias pessoas totalmente dissociadas; a construção da Casa da Água pode, no entanto, contestar esta argumentação. Mas como veremos no capítulo seguinte, *Leitura Formal*, encontramos na forma e no traçado do Santuário razões que demonstram a ligação entre as obras iniciais do conjunto e as finais. Assim, a explicação para a diferença estilística entre estas e a obra de Antunes poderá passar pelo distanciamento a que foi obrigado, devido às outras obras que teria de acompanhar, bem como ao desejo da própria Confraria e executantes da obra, cuja importância não deve ser descurada. Como veremos, todo o complexo segue a tradição da construção local e dos seus ocupantes. Confirmando a nossa opinião, no manuscrito *Memórias*⁷⁷, segundo Baptista Pato, podemos ler que “*se fizerão sobrados e loges, segundo o risco*”.

II.II.V. A QUEDA

Com a ida da corte e nobreza para o Brasil, o culto e as festas sofreram um grave e inevitável decréscimo. Ainda assim, em 1810 foi juiz do cício D. Miguel,

⁷⁷ *Memórias sobre a antiguidade das Romarias, e da Romaria ao sítio de Nossa Senhora do Cabo, etc.* Anónimo, ms. 98 col. Pombalina (Biblioteca Nacional de Lisboa), 1854/1857.

representado pelo visconde de Santarém, e uma nova berlinda foi oferecida à Senhora. Dos relatos que nos chegam dos círios de 1816 e 1894, percebemos que muito poucas mudanças se deram na festa em si, apesar de terem havido alguns problemas antes do início deste último, devido sobretudo à *“indiferença e a tibieza da fé”* de várias pessoas ligadas ao culto, uma mudança de atitude que se deve às transformações sociais do decorrer do século. De 1789 data a Revolução Francesa, que marca o início dos choques ideológicos entre liberais e absolutistas; em 1820 dá-se início ao movimento liberal em Portugal, resultando no exílio de D. Carlota Joaquina, em Sintra, que se opunha a este movimento, e depois do seu filho D. Miguel, em 1824; o mesmo regressa em 1828, proclamando-se rei, e iniciam-se os confrontos. De referir que o movimento liberal decretava o fim da ligação entre estado e religião, e assim não é de estranhar que os romeiros de Nossa Senhora do Cabo, tal como muitos outros santuários nacionais, se tenham aliado a D. Miguel e aos absolutistas; este facto está presente em várias loas recitadas nas festas. Para mais, D. Miguel era senhor da Casa do Infantado (Casa que se extingue com D. Miguel), estreitamente ligada ao culto; após a queda do miguelismo este entra em declínio.

Já em 1842, um relato de Felix Lichnowsky, nobre polaco, relatando a sua visita ao cabo, refere que a igreja *“tem junto um vasto edifício destinado para hospedagem dos romeiros que vinham antigamente, aos milhares, visitar aquela milagrosa imagem”*; por aqui se percebe que o culto não tinha já a mesma extensão. No entanto, a família real não deixou de estar ligada ao culto, com as ajudas de D. Maria em 1848 e 49, a presença de D. Pedro V, os reparos ordenados pelos Duques de Palmela, as ofertas à freguesia de Belas de D. Maria Pia em 1888, e a visita de D. Carlos I e de D. Amélia. Ainda no panorama político, o aparecimento dos partidos políticos nos anos 70 e 80 do século XIX espalharam a sua propaganda anticlerical, o que origina um movimento de oposição que renova as peregrinações a santuários nacionais por parte das populações e da própria Monarquia, que reafirma a sua ligação e protecção a santuários nas décadas que antecedem a implantação da República. Assim se

explica a constância das festas de 1816 e 1894. Para além das alterações políticas, o próprio mundo religioso nacional sofria transformações durante este século.

“[As] aparições marianas registadas em França ao longo do séc. XIX (...) suscitarão por esta altura a atenção das elites católicas portuguesas. As peregrinações “tipo Lourdes”, marcadamente penitenciais e rigidamente organizadas pelas autoridades eclesiásticas em cerimónias pouco emotivas, em que se procurava controlar as eventuais manifestações espontâneas dos fiéis e se corrigiam ou controlavam as exuberâncias da religião popular, distanciavam-se fortemente das alegres romarias portuguesas, com o seu cortejo de arraiais populares e fogos de artifício, de iluminações e de bailes desabridos, de tasquinhas e de touradas”⁷⁸

Esta modificação do ambiente e semblante das festas religiosas peregrinas, e sobretudo no caso de Nossa Senhora do Cabo, podem ter implicações das quais hoje não compreendemos a profundidade. As repercussões a nível social não são menos importantes que as dadas no meio religioso, e resultam na já falada perda de interesse por assuntos religiosos entre as classes eruditas, que se vira agora para outro tipo de eventos, alvos de destaque por parte das teorias evolucionistas e positivistas da época. Marca desta modificação é um texto de Ramalho Ortigão e Eça de Queirós, de Janeiro de 1878, em *As Farpas*, e do qual encontramos um excerto na obra de Baptista Pato:

“He bens poucos annos ainda só o fanatismo religioso tinha o poder de determinar as grandes romagens a S. Thiago de Compostella, a S. Torquato de Guimarães, à Senhora da Nazareth, a senhora do Cabo (...) Esta romagem de novo genero exprime uma mentalidade nova; mostra que, se o nosso aparelho social mantem ainda por um lado os mesmos aspectos exteriores da sua velha structura, por outro lado elle annuncia já uma funcionalidade diversa. Um poder absolutamente novo, que não é o poder religioso nem o poder politico, com quando não affirmando ainda nas instituições, revela-se já por este facto na comprehensão dos espiritos.”⁷⁹ Eis que evento relatavam

⁷⁸ Heitor Baptista Pato – *Nossa Senhora do Cabo: Um Culto nas Terras do Fim*, op. cit., p. 232.

⁷⁹ Heitor Baptista Pato – *Nossa Senhora do Cabo: Um Culto nas Terras do Fim*, op. cit., p. 233.

os autores: a inauguração da ponte D. Maria Pia no Porto, a 4 de Novembro de 1877, onde o Rei D. Luís I e a própria D. Maria Pia estiveram presentes.

Em 1887 a Imagem Peregrina deixa de ir ao Cabo Espichel, quando a freguesia de Belas entregou a imagem directamente à freguesia seguinte, sem que esta fosse ao Santuário. Só por duas vezes a imagem lá voltou, em 1891 e 1976. De 1910 a 1925 a imagem não chegou mesmo a mudar de freguesia, mantendo-se sempre em Alcabideche ao longo desses anos. Recordamos a lei de 20 de Abril de 1911 que decretava a separação entre Igreja e Estado. Não foi só a peregrinação de Nossa Senhora do Cabo que foi afectada: muitas outras o foram, incluindo a da Senhora da Nazaré, recomeçada também na mesma altura que a do Espichel. Esta tensão entre ambas instituições tem implicações ao nível das práticas religiosas, e só a ditadura militar de 1926 são reinstituídas as condições para que as peregrinações aconteçam. No recomeço das romarias, o seu apoio antiliberal é reforçado. O *giro* da imagem entre as freguesias, ao longo de 26 anos, tem acontecido quase sem interrupções desde esta data, mas no fim do século passado a tradição da ida ao Espichel parecia irremediavelmente perdida. Ainda assim, e mais recentemente, algumas freguesias do *círio saloio* têm regressado ao cabo em peregrinação⁸⁰, não como momento obrigatório da passagem da imagem à próxima freguesia, mas como viagem organizada pela comissão de festas. A Imagem Peregrina continua a passar de mãos entre as 26 freguesias que constituem o *círio saloio*, exceptuando um ou outro caso pontual, devido a algumas recusas de certas paróquias, alegando falta de motivos para a continuação da celebração.

⁸⁰ No dia 11 de Setembro de 2010, depois da data em que escrevemos, haverá uma viagem até ao Cabo Espichel que reunirá, provavelmente, cerca de 3.000 pessoas nesta festa. Muitas ligações a este Santuário têm sido reatadas; prova disso é o reforçado interesse da Câmara Municipal por este lugar, que apesar de não ter a tutela global do conjunto edificado, fez algumas obras de restauro e assinou, durante este ano, um contrato de recuperação do órgão da igreja.

CAPÍTULO III

LEITURA FORMAL

III. LEITURA FORMAL

Neste capítulo trataremos daquilo que à forma diz respeito, primeiro relativamente ao sítio e depois ao edificado em si. Como conclusão, tentaremos compreender de que maneira esta se repercute em nós e quais os seus elementos fundamentais. A interpretação dos conhecimentos aqui adquiridos será feita no capítulo seguinte, *Leitura do Sentido*.

III.I. DO SÍTIO

O planalto onde se situa o Santuário é uma de três línguas de terra que compõem o Cabo Espichel, com uma mais a Norte e outra mais a Sul. A extensa plataforma localiza-se hoje a cerca de 100m de altitude e apresenta uma superfície aplanada formada pela abrasão marinha na altura em que o nível as águas do mar se encontrava por essa altitude. O actual nível do mar só muito recentemente se fixou na altura actual (3.000 anos antes da era contemporânea), chegando a estar 135m abaixo do que no presente. A costa portuguesa era, então, bastante mais extensa do que hoje, tendo vindo a recuar progressivamente, encontrando-se diferenças desde a Idade Média e consequentes séculos até hoje, como o comprovam mapas da época. Na sua composição, dominam as rochas carbonatadas (calcários, margas e dolomitos), formadas entre o Jurássico Inferior e o Miocénico Superior; notam-se ainda a presença de argilas do Cretácico. Na costa Sul as arribas são de calcários do Jurássico, mais compactas que as arribas a Sul, também de calcário mas do Cretácico.

Na zona mais próxima do Cabo abrem-se reentrâncias e praias cavadas no sopé da arriba (como a praia dos Lagosteiros, a norte do promontório do Santuário), formadas por arenitos do início do Quaternário, e que criam a composição recortada do Cabo. De notar, também, a presença de inúmeras grutas e reentrâncias a várias altitudes nas falésias que, por aí se encontrarem,

são muitas vezes de difícil acesso. Existem também algumas cascalheiras, a Norte, formadas por antigas linhas de água. O vento forte, frio, salino e húmido levou a que a vegetação seja apenas de pequeno e médio porte, e em grande parte do planalto inexistente, dando ao lugar um aspecto desolado e onde a presença dos elementos se sente com bastante impetuosidade. O horizonte é extenso e dominam as presenças das matas da Albufeira (onde são em maior número os zambujeiros e alfarrobeiras, notando-se também sobreiros e pinheiros mansos), do oceano, do areal da Caparica e as figuras longínquas da Serra de Sintra, Arrábida e Lisboa. Apesar da proximidade com a Serra da Arrábida, todo a região é quase plana até aos seus extremos, descendo suavemente para as praias e a Lagoa de Albufeira, ou abruptamente nas falésias do Cabo. De destacar é o desenho dos limites do promontório em estudo, que lhe conferem uma forma quase paralelepípedica, já que a própria escarpa é bastante íngreme e o planalto rectangular em planta; as outras duas saliências do Cabo têm arribas menos íngremes. Para além disso, a mais a Norte é mais baixa e menos imponente, a mais a Sul divide-se em dois planaltos a altitudes diferentes, retirando-lhe assim também parte da sua grandiosidade.



*Figura 15. Fotografia
de Carlos Sargedas*



*Figura 16. Fotografia
de António Quelhas*



*Figura 17. Fotografia
de Carlos Sargedas*

III.II. DO EDIFICADO

Na aproximação ao Santuário, por um percurso sinuoso numa paisagem desabitada, o primeiro marco da ocupação humana é o aqueduto, ora rasteiro ora enterrado, que acompanha o nosso caminho. Ao atingirmos o planalto vemos o conjunto arquitectónico do Santuário de Nossa Senhora do Cabo, composto por vários edifícios de épocas e linguagens diferentes. Por ordem cronológica de construção: Ermida da Memória; Igreja de Nossa Senhora do Cabo; as hospedarias, equipamentos e Casa da Ópera; Casa da Água (e espaço murado adjacente). O conjunto é ortogonal, as hospedarias e igreja formam um conjunto em *U* alinhado na direcção Este-Oeste, e a Casa da Água, apesar de não estar junta a estes corpos, localiza-se ao longo do eixo central destes. Apenas a Ermida da Memória, a Noroeste do conjunto, não é parte desta organização axial. Existe ainda uma última construção, em ruínas, da qual não sabemos data de construção nem função, situada à entrada do complexo, torta em relação ao eixo regulador. A grande maioria da construção é feita em estrutura autoportante, em alvenaria de pedra e tijolo rebocada e caiada, com cantaria de pedra nas molduras e coberturas em telha cerâmica.

O arraial, espaço principal de todo o conjunto, é um rectângulo com 27 m de largura e cerca de 150 m de comprimento. É delimitado a Oeste pela Igreja (que, contrariamente ao normal, tem o altar a Poente); a Norte e a Sul pelas alas das hospedarias, a Norte mais extensa que a Sul, compostas por 40 salas do piso superior – *sobrados* – e 39 no inferior – *lojas* – que serviam para albergar os romeiros (com apenas uma cozinha rudimentar com duas fornalhas, uma mesa, dois bancos corridos e um cabide, sendo tudo o resto necessário levado pelos romeiros) e outros equipamentos; e a Oeste, visualmente, pela Casa da Água e um espaço murado que a envolve. Pela barreira física imposta pelas hospedarias, o arraial é um espaço onde o vento e o som envolventes quase não se fazem sentir.

A Igreja é o elemento mais requintado, de clara concepção erudita mas que ainda assim possui um forte cunho popular. Pelo seu maior porte e posição a

Oeste, encabeçando o arraial, domina toda a composição. A sua ligação às hospedarias é feita por duas construções simétricas, com uma passagem em arco para o exterior do arraial no seu piso térreo e com janelas de sacada rematadas por frontões contracurvados no topo. Quanto às hospedarias, a maioria dos telhados são de duas águas (tendo sido, provavelmente, de quatro). No interior, vãos, pavimentos, chaminés e telhados revelam (segundo os autores de *O Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel*⁸¹) a técnica e o esmero por parte dos seus construtores na execução dos pormenores, apesar do seu aspecto rudimentar. Em termos de programa, para além das habitações, foram acrescentados espaços ligados ao culto (a casa dos festeiros e a casa das pratas, no corpo que faz a ligação entre a igreja e a ala Sul das hospedarias, a habitação do capelão eremita, no corpo que faz a ligação entre a igreja e a ala Norte; e o armazém para a berlinda) e à estadia dos romeiros (as cozinhas, casa das lenhas, cavaliariças, casa do forno, todos eles no topo Oeste da ala Norte, sendo que também nesta zona era o alojamento da Família Real; e Casa da Ópera, cujo acesso se faz por um corredor que liga o arraial ao exterior a Norte, onde existiam uma porta principal para o *foyer* e duas laterais para salas). Destes equipamentos, destaca-se a Casa da Água no culminar do percurso do aqueduto que trazia água desde a Azóia, e a eixo com a Igreja e o cruzeiro. Apresenta um traçado classicista, com planta hexagonal, um lanternim superior que ilumina o espaço, uma fonte com elementos escultóricos, um banco de pedra e aquilo que foram, outrora, grandiosos lambris de azulejo. Em volta permanece ainda um recinto murado, o *cercado*, onde antes existia um jardim frondoso como fontes e poços, constituindo um refúgio fresco no cerne deste lugar.

⁸¹ AMARAL, Francisco Keil do; e tal – *O Santuário da Nossa Senhora do Cabo Espichel*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.



Figura 18. Mapa de Localização

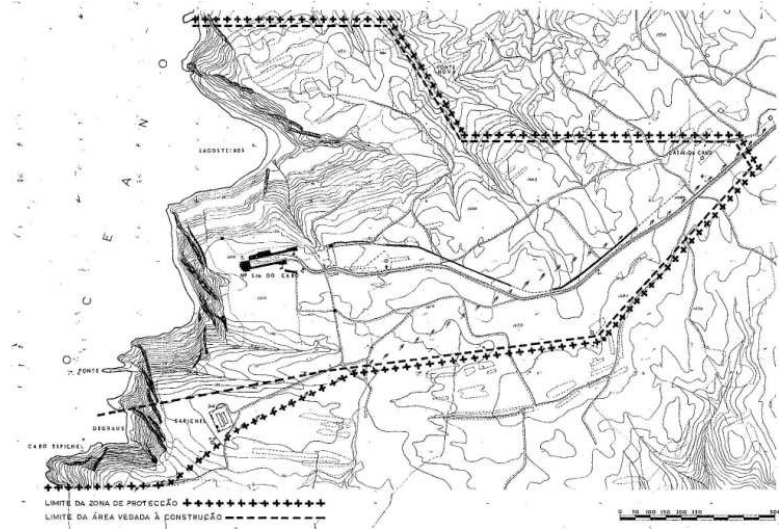


Figura 19. Planta da zona de protecção do Cabo Espichel, onde se notam os outros dois promontórios, um a Norte do santuário e outro a Sul (dividido em duas partes). Fonte: IHRU.

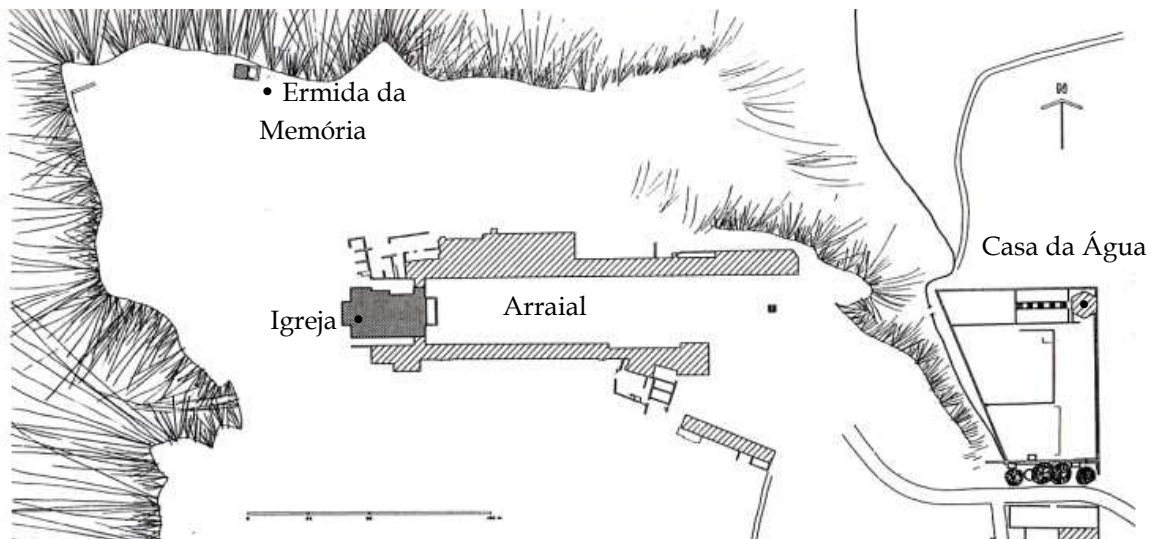


Figura 20. Disposição dos espaços. Fonte: Francisco Keil do Amaral, et al - *Santuário da Senhora do Cabo no Espichel*, 1964.

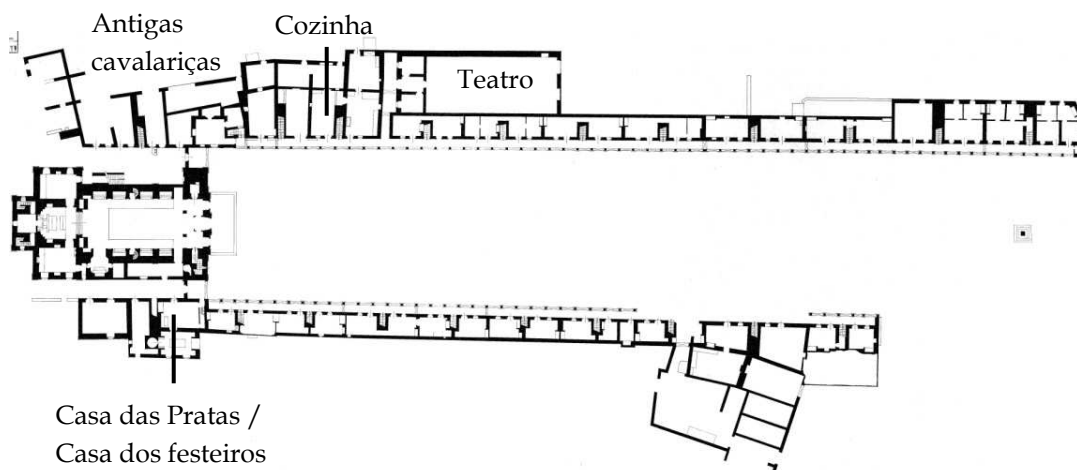


Figura 21. Conjunto das hospedarias e igreja: piso térreo. 1961. Fonte: IHRU.

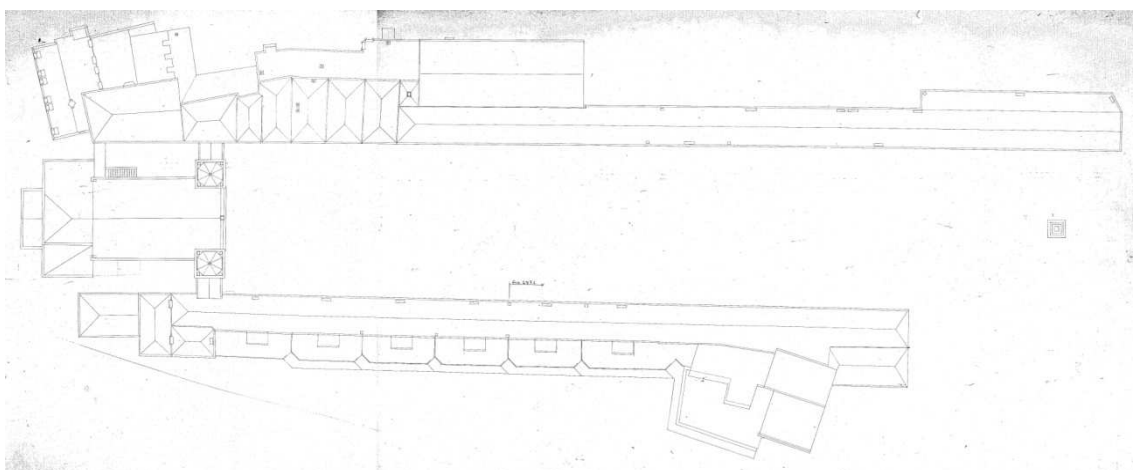


Figura 22. Conjunto das hospedarias e igreja: cobertura. Note-se a presença das coberturas em quatro águas no extremo Oeste da ala Norte. Projecto de recuperação do Santuário de N^a. S^a. do Cabo, 1966. Fonte: IHRU.

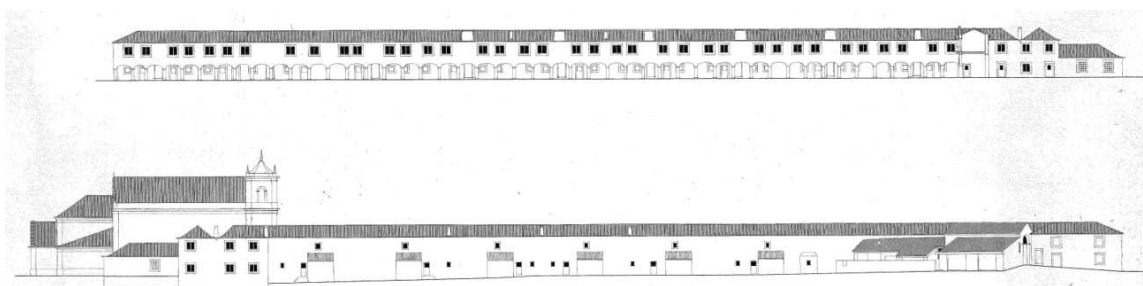


Figura 23. Alçados da ala Sul. Projecto de recuperação do Santuário de N^a. S^a. do Cabo, 1966. Fonte: IHRU.

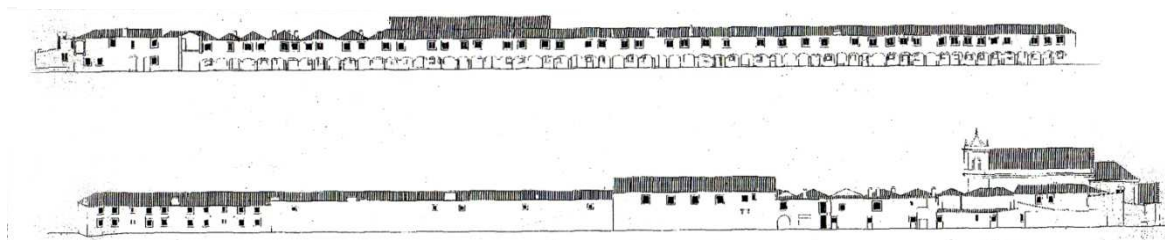
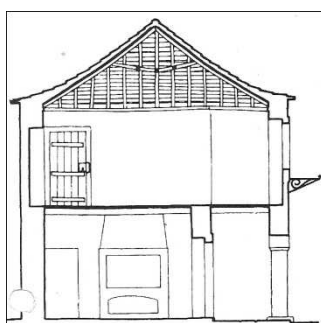
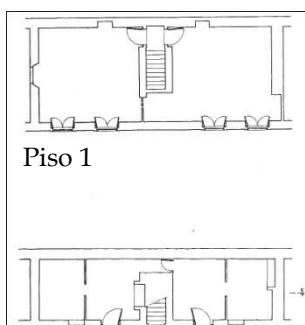


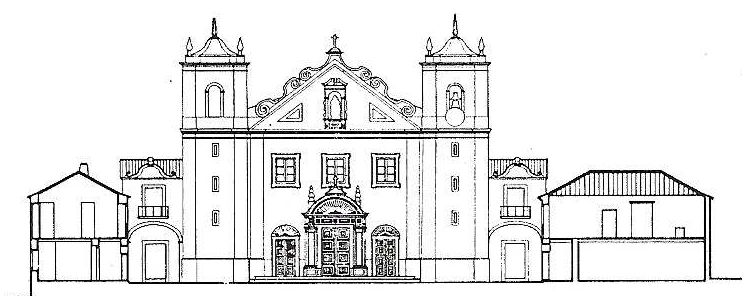
Figura 24. Alçados da ala Norte. Projecto de recuperação do Santuário de N^a. S^a. do Cabo, 1966. Fonte: IHRU.



Piso 1



R/C



Figuras 25 e 26. À esquerda, desenhos das hospedarias (corte e plantas do módulo de lojas e sobrados mais comum); em cima, corte pelas hospedarias mostrando a fachada principal da igreja. Fonte: Francisco Keil do Amaral, et. al. – *Santuário da Senhora do Cabo no Espichel*, 1964.

III.III. EXPERIÊNCIA DA FORMA

Para que melhor se compreenda a forma do conjunto, focaremos os seus pontos principais: o arraial, a composição axial, o espaço exterior e próximo da falésia, a Ermida da Memória, a igreja e a Casa da Água. Aqui, falaremos apenas das determinações formais. No próximo capítulo, *Leitura Temática*, aprofundaremos a acção que estas determinações criam em nós e tiraremos conclusões sobre o seu significado.

III.III.I. ARRAIAL

Assim que contornamos um pequeno morro, situado à nossa direita no percurso até ao Santuário, o caminho abre, libertando o campo visual e descobrindo o arraial. No momento anterior à entrada na praça (que se faz lateralmente, a Sul) existe uma depressão no terreno que, uma vez ultrapassada, nos leva a sentir que já estamos no território do Santuário. Esta sensação é acentuada por uma assimetria entre as duas alas maiores da praça, em que a mais próxima está recolhida e a do lado oposto se prolonga, fechando a nossa visão sobre a falésia. Em simultâneo, a existência da Casa da Água, que encara a praça, devolve a nossa atenção sobre esta e limita visual e fisicamente o terreiro. A praça propriamente dita está delimitada pela repetição dos módulos de hospedarias que formam braços alongados a Norte e Sul. A Oeste ergue-se a igreja, (o que contraria a orientação habitual com o altar a Este), limitando o arraial nesse topo. No lado oposto está um cruzeiro que fecha simbolicamente a praça, mais concretamente rematada pela Casa da Água. Devido à barreira física e sólida existente entre este espaço e o exterior, experimentamos uma eliminação substancial do vento e do som, o que confere ao arraial solenidade e uma aura de espaço interior.

A fachada das hospedarias é composta, no piso térreo, pelo ritmo constante da arcada que suaviza a relação entre a horizontalidade do terreiro e a verticalidade da frontaria. Mediando o arraial e as lojas, a galeria amortece a

ligação entre o espaço privado das hospedarias e a praça pública. Os arcos, com a sua irregularidade, com variações em altura e largura, como se a sua génese tivesse sido biológica, manifestam uma relação imediata com o corpo humano, que é transposta para as galerias; os vãos são proporcionalmente pequenos, em relação ao grande pano das paredes, e de proporção quadrada; os telhados em telha de canudo com o sanqueado português característico que origina um encurvamento suave na terminação ligeiramente saliente; as hospedarias em dois pisos e cada módulo com uma geometria básica; as superfícies rugosas; todas estas qualidades formais e expressivas, usando uma linguagem identificável como *saloia*⁸², conferem a um espaço de dimensão considerável um cunho humano, confortável. No entanto, as arcarias, pela sua direcção e constância, dão a este espaço monumentalidade (surpreendente pela linguagem usada) e a junção entre ambos aspectos define aquilo a que Baptista Pato denomina de “*grandiloquência rural*”⁸³. Esta característica é fundamental para a expressão do conjunto. Divergindo neste aspecto da arquitectura *saloia*, acentuadamente mais individualista, o Santuário anuncia-se como um espaço colectivo, onde a vida comunitária é relevante.

A diferença de tratamento das fachadas entre as que delimitam o arraial e as do exterior denotam a importância do recinto interior em termos de atracção social, não esquecendo contudo que certos aspectos da sua estrutura surgem como uma resposta imediata às condições climáticas (protecção contra o vento pela sua forma, ou contra o sol pela existência de galerias, por exemplo). Com isto, o Santuário gera um recinto que se adequa às necessidades humanas e específicas da devoção aqui presente, tanto individuais como comunitárias, num espaço até então inabitável. A própria presença da igreja, que encara e encabeça a praça, tanto em posição como em hierarquia, reforça a vocação pública e protectora do conjunto; sendo um templo, é por excelência a negação do Caos, vinculando em definitivo a cosmificação da praça.

⁸² Ver a este respeito: FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes – *Arquitectura vernácula da região saloia : enquadramento na Área Atlântica*. Lisboa : Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991

⁸³ Heitor Baptista Pato – *Nossa Senhora do Cabo – Um Culto nas Terras do Fim*, op. cit., p. 269.

Esta configuração, com alojamentos temporários em volta do espaço de culto, não é incomum nos santuários de peregrinação, como por exemplo na Senhora da Atalaia (Montijo), Nossa Senhora da Nazaré, Senhor Jesus do Carvalhal (Bombarral) e muitos outros. Na maior parte dos casos estas construções são feitas pelas próprias confrarias e consoante as condições financeiras, sem obedecerem a qualquer plano prévio e ordem de construção; tal não é, como vimos, o caso do Cabo Espichel. A geometria rígida das hospedarias é, aliás, um caso praticamente único e talvez o primeiro em Portugal.

“Na esplanada do Cabo Espichel dos inícios do séc. XVIII é projectada e construída aquela que será talvez a primeira praça absolutista de Portugal, isto é, um lugar público em que a arquitectura, obedecendo a um programa urbanístico rigorosamente planeado, serve antes do mais de enquadramento para um palco cénico no qual o povo observa, admira, inveja e acata as representações áulicas do poder régio e/ou religioso; já não uma agora em que o povo livremente se manifesta na sua natural exuberância, mas um fórum racionalizado que tenta ordenar a natural desordem da espontaneidade. À sua maneira – descontando o óbvio abuso de comparação – o delineamento programático do Santuário do Cabo Espichel, organizado em função de um terreiro escrupulosamente geométrico, e nessa mesma medida monumentalizante, com a sua repetição métrica de arcadas, constitui um vaticínio do que cinquenta anos depois viria a ser o plano meticuloso da reconstrução pombalina do velho Terreiro do Paço e de toda a zona da baixa de Lisboa após o terramoto, como aliás notaram os autores do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa (1955-60). As hospedarias setecentistas do Espichel – e aqui reside o seu carácter único em Portugal – não constituem um apenso que houvesse sido acrescentado à igreja, antes a integram num conjunto harmonioso e unificado, antecedendo-a, focalizando-a e fazendo-a coroar a praça pública que delimitam.”⁸⁴

Por este excerto percebemos a singularidade deste espaço, e o primeiro do seu género no país, único mesmo em alguns aspectos. De referir, contudo, que

⁸⁴ Heitor Baptista Pato – *Nossa Senhora do Cabo – Um Culto nas Terras do Fim*, op. cit., p. 265.

não concordamos com a denominação deste espaço como “*praça absolutista*”. Não nos parece correcta a acepção de que se destinava a um espaço para o povo observar manifestações de poder por parte da igreja ou do estado; se fosse esse o objectivo dos seus projectistas, julgamos então que terão falhado. A expressão rude e imperfeita do conjunto, a sua interioridade reconfortante e acolhedora geram antes um espaço de livre arbítrio, de liberdade, e onde, de facto, as expressões e festas populares sempre encontraram lugar e permissão. No entanto, é verdade que aqui a igreja ganha posição de destaque, de ponto focal do espaço. Este espaço é, para além de área comunitária de cariz popular, eminentemente religioso, o que se traduz numa aura de solenidade, onde a presença religiosa se sente. O mesmo autor menciona ainda o que nos parece ser um ponto essencial para a singularidade do Santuário de Nossa Senhora do Cabo do ponto de visto da sua arquitectura. Aprofundaremos este mesmo ponto no capítulo da Leitura Temática.

À maneira de um gigantesco nártex colunado, apresentam-na visualmente como ponto de fuga do cenário sagrado, constituindo deste modo um corredor que dirige o olhar para o centro do culto, para o sancto sanctorum. Trata-se, além do mais, de uma solução brilhantemente adaptada ao terreno. Se noutros santuários do País, situados em montes ou cumes, o ponto de fuga visual se concretiza verticalmente, com escadórios ascendentes cujo último patamar se abre para abraçar o terreiro da Igreja, no Espichel tudo é plano... porque plana, ela mesma, é a esplanada do promontório: o olhar do peregrino dirige-se então em frente e não para cima, e a altura desse olhar é traçada precisamente pelo ponto de fuga da longa sucessão das arcadas térreas que enquadram e realçam o templo, antecedendo-o quase a jeito de galilé.”⁸⁵

⁸⁵ Heitor Baptista Pato – *Nossa Senhora do Cabo – Um Culto nas Terras do Fim*, op. cit., p. 265.



Figura 27 . Chegada ao santuário. À esquerda vemos um poço e os restos do portão do acesso ao farol, à direita o cercado da casa da água, e em frente as hospedarias e a igreja. Fotografia de Gonçalo Elias.



Figura 28. O arraial. Fotografia do autor.

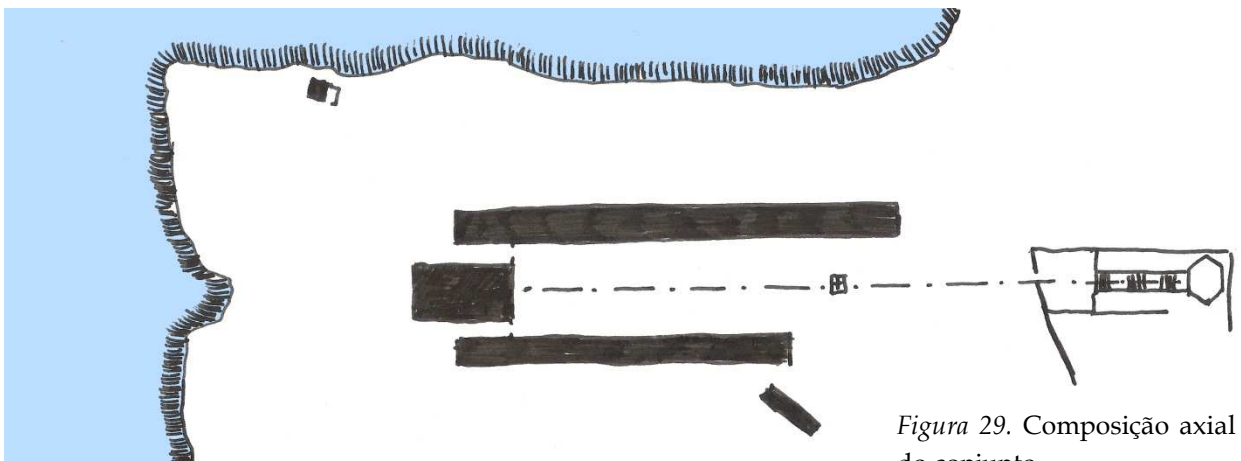


Figura 29. Composição axial do conjunto.

III.III.II. EIXO

Os elementos constituintes do complexo dispõem-se segundo um eixo longitudinal com a direcção Este-Oeste. Esta linha imaginária principia no centro da fonte existente na Casa da Água, atravessa-a cortando-a ao meio e segue descendo os cinco lanços de escadas que terminam num terreno baldio. Atravessa então um muro espesso numa abertura oblíqua relativamente ao eixo, que o intersecta num portal aí rasgado. As ombreiras desse portal não estão cortadas perpendicularmente ao paramento do muro, como seria expectável, mas em vez disso ligeiramente distorcidas, de maneira a que esse corte seja paralelo à linha reguladora do complexo. Esta estende-se até ao cruzeiro, atravessa a praça pelo meio, desemboca exactamente no centro da fachada da igreja e daí alonga-se pela nave até ao altar. Para além da colocação dos vários elementos arquitectónicos centrados em relação a este eixo, também o desenho das hospedarias tem uma importância fundamental pelo ritmo que impõe, ao intensificar o ponto de fuga coincidente com o eixo. A organização longitudinal é facilmente inteligível por quem se acha no recinto, e a existência deste eixo é determinante no movimento horizontal induzido pelo conjunto dos edifícios: desde o momento em que entramos no complexo, o ímpeto do nosso corpo é seguir, não só física, mas também visualmente, na mesma direcção eixo, para Oeste. Esta determinação da arquitectura revela-se no gesto que induz em nós: observando o movimento das pessoas no arraial, notamos que estas quase sempre o percorrem longitudinalmente e pelo meio, e não transversalmente ou pelas galerias⁸⁶. Quando percorremos o arraial no sentido inverso, Oeste-Este, percebemos que o eixo funciona de maneira bivalente: primeiro conduz-nos até à falésia, no extremo Oeste do planalto; depois leva-nos para Este, para a Casa da Água e, sobretudo, para o território interior.

⁸⁶ Este movimento foi observado antes da recente adição de gravilha ao pavimento do arraial. Esta gravilha dificulta o andamento ao longo do espaço, levando a que muitas pessoas se desloquem pelas galerias ou pela lateral do arraial, onde há menos.

III.III.III. EXTERIOR

Depois de percorrermos o arraial ao longo do eixo anteriormente descrito, atravessamos uma de duas passagens profundas e em arco, que ladeiam a igreja. O terreno é aqui mais pedregoso e acidentado; o vento mais forte; o campo visual é mais vasto e estende-se até ao horizonte marítimo e ao Cabo da Roca; não há qualquer entremeio entre nós e a falésia, e as marcas de sedimentação das escarpas estão em evidência; ouve-se o som das ondas a bater contra as rochas. Em suma, entramos num espaço onde domina a Natureza. O nosso movimento para Oeste é contínuo, ou seja, não é interrompido por esta alteração nos nossos sentidos, e é até ajudado por um ligeiro declive descendente nessa direcção. Aqui, focamo-nos nesse horizonte abrangente e para lá nos dirigimos.

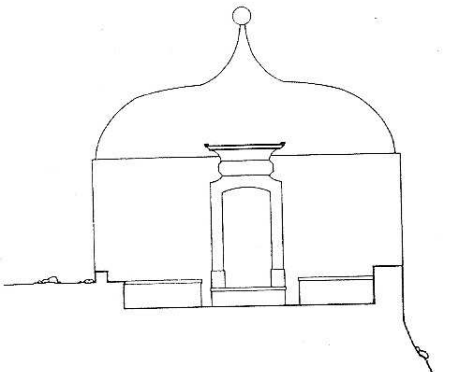
Quando ao edificado, a sua presença aqui, embora quase inexistente, é marcante. A pequena Ermida da Memória, pela maneira como se insere na paisagem, o mais próximo possível da falésia, sublinha a braveza natural que aqui se experimenta, ao sentirmos a sua pequenez perante estas condições; e apesar de não estar isolada, a privacidade desta é total, algo para o qual o voltar de costas do Santuário contribui. O Santuário, apesar de ocupar uma grande parte da nossa envolvência, é quase imperceptível. Para isto é de importância fundamental a diferença de expressão plástica entre as fachadas que circunscrevem o arraial e as deste espaço. A pobreza expressiva e as fachadas pouco cuidadas conflituam com o interior do arraial, que apesar da sua expressão rude, possui monumentalidade no seu traço e esmero no seu desenho; também o reduzido número de janelas, sobretudo no ponto mais Oeste do planalto, acentua a sensação de isolamento e reduz os motivos para observar o edifício. Assim, porque este nos volta as costas e reduz ao mínimo os estímulos e pontos focais, liberta-se da nossa atenção e permite que esta se foque no horizonte.



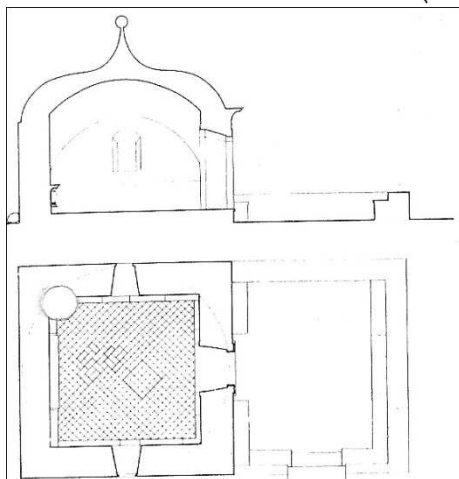
Fotografia de André Picaró.



Fotografia do autor.



Fotografia de Agostinho Russo.



Fonte: Francisco Keil do Amaral, et al
- *O santuário da Senhora do Cabo no Espichel*



Fotografia do autor.

Figuras 30 a 37. Imagens do espaço exterior, a Sul e a Norte; posição da Ermida da Memória no promontório; aspecto exterior das hospedarias e igreja; desenho e fotografia do exterior da Ermida; desenhos e fotografia do interior da Ermida.

III.III.IV. ERMIDA DA MEMÓRIA

A pequena Ermida destaca-se no enorme esporão pela sua volumetria harmoniosa e humilde, que lhe confere uma impressionante monumentalidade, acentuada pela localização no extremo do planalto. É de planta quadrangular com cerca 2,5 m de lado, coroado por uma cúpula contracurvada com um pináculo em bola (que desapareceu no final do século passado). De cariz quase escultórico, planta e alçados possuem medidas idênticas, o que, segundo José Manuel Fernandes, é “*característica típica da arquitectura de geometria simbólica (...) [e] remete para a «caaba», o ‘cubo sagrado’ do Islão*”⁸⁷; como vimos no capítulo histórico, a edificação é provavelmente uma reminiscência da ocupação muçulmana da península. A pequena edificação está dotada de um pátio/varanda exterior, debruçado sobre o declive, e na tradição árabe dá-se importância ao “*pátio como «olhar para o Céu», como articulação Terra/Homem com Céu/Deus*”⁸⁸. No entanto, esse princípio não se aplica aqui: somos atraídos para a Ermida não só pela sua presença mas também pelo som das ondas do mar batendo contra a escarpa e pela própria paisagem natural. Do seu adro desfruta-se de uma visão sobre todos os elementos mais importantes no Cabo: a Praia dos Lagosteiros e a escarpa vertiginosa, o oceano, as praias, o território interior e Lisboa e Sintra, ao fundo. Assim, é para estes elementos que se vira a nossa atenção, e portanto para baixo e para a frente, não para o céu. Primeiro, o olhar foca-se na Praia ao fundo da arriba, de onde vem o som; num segundo momento é no horizonte terreno a Nordeste e para as matas envolventes que nos viramos. Dando continuidade a esse movimento Poente-Norte-Nascente, o olhar vira-se depois para o Santuário, que após um momento de quase invisibilidade, volta assim à nossa atenção.

No interior vários painéis de azulejo cobrem uma parte baixa da parede; estes retratam várias passagens da lenda e do culto a Nossa Senhora do Cabo. Nas legendas das imagens podemos ler: “*Sonham dois venturosos velhos que*

⁸⁷ FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes – *Arquitectura Vernácula da região saloia: Enquadramento na área atlântica*. Lisboa: Instituto da Cultura e Língua Portuguesa, 1991.

⁸⁸ Idem.

apparecia a Senhora n'este logar"; "Põem-se a caminho para se certificarem da verdade, onde se encontram, e communicam entre si os sonhos"; "Chegando a este sitio, vêem com admiração subir a Senhora pela rocha"; "Publicada por ellas a maravilha, vem outras em sua companhia para admirarem o prodigio"; "Edificou-se esta ermida para os primeiros cultos"; "Com a concorrência das gentes se fabrica outra, no logar onde hoje se vê a magestosa egreja"; "Fórma do arrayal d'aquelles primeiros tempos"; "Dá-se o principio à magestosa egreja, em 1707 [na verdade 1701]"; "Faz-se o novo arrayal"; "Entrada de festeiros no novo arrayal". Na ombreira da porta estão ainda duas representações em azulejo de São Francisco e Santo Antão.

III.III.V.IGREJA – TRAÇADO REGULADOR

A igreja actual foi construída entre 1701 e 1707 e é, como dissemos, o elemento mais erudito do complexo, provavelmente da autoria do arquitecto régio João Antunes. É de planta longitudinal, composta pela adição dos espaços da nave, capela-mor, duas sacristias e duas torres sineiras. A fachada é tripartida – corpo central e duas torres sineiras –, simétrica e desenvolve-se em dois pisos mais coroamento. No corpo central, no piso térreo abrem-se três portais com frontão em concha, sendo o central maior e mais decorado, com a data da construção da igreja no seu topo. O segundo é rasgado em três janelões rectangulares ao alto. O coroamento é em frontão decorado com volutas no corpo central, com um nicho enquadrado por pilastras com a Senhora, ao centro. As torres sineiras apresentam três frestas ao longo do seu corpo e ao centro, e na zona superior um vão de volta perfeita para a sineira. O coroamento é e em cornija com pináculos nos cantos e cobertura em coruchéu piramidal nas torres. Toda a fachada tem embasamento e molduras de vãos e panos em cantaria e panos rebocados a branco, que apresenta já algum desgaste. Apesar da erudição do seu desenho ou de alguns apontamentos formais barrocos, não deixa de aparentar um cunho marcadamente popular, que advém do seu enraizamento nas tradições locais e nas dos seus ocupantes, e profundamente ligado à Arquitectura Chã.

A entrada para a nave do templo faz-se através de um guarda-vento de madeira do Brasil⁸⁹, datado de 1777. O coro-alto está assente em pilares e para este dão as três janelas do piso superior. A nave é revestida a mármore branco e vermelho; tem oito altares laterais abertos na espessura da parede e semelhantes nas suas feições; a meio da nave estão dois púlpitos laterais. A cobertura da nave, pintada, é uma obra de Lourenço da Cunha, de 1740, repintada em 1770 e restaurada em 2001, figurando a Assunção da Virgem. Diz Heitor Baptista Pato: *“Mesmo assim, creio ser notória uma clara diferença entre o tratamento plasticamente vigoroso que Lourenço da Cunha deu às figuras femininas das Virtudes – na única zona não repintada em 1770 – e a menor qualidade de representação central da Assunção da Virgem feita por José António Narciso”*⁹⁰

Trata-se de uma cenografia de teatro sacro, uma falsa abóbada de berço suportada por colunas vermelhas, cornija e capitéis dourados e janelões laterais; o olhar do visitante é guiado para cima devido à forte impressão perspética da obra, e este deve posicionar-se num lugar específico do templo (à entrada) predeterminado pelo artista para melhor se aperceber da composição. No interior da igreja encontramos representações escultóricas de vários santos, a saber, do lado esquerdo São Pedro (dedicado ao círio de Palmela), Santa Ana (círio saloio), Nossa Senhora da Conceição (círio de Almada) e Senhor Jesus do Bonfim (círio de Setúbal); do lado direito São Lourenço (círio de Azeitão), São Joaquim (também do círio de Setúbal), São José (círios da Arrentela e do Seixal) e São João (círio da Caparica). Vemos ainda, por cima dos altares laterais, dez telas atribuídas também a Lourenço da Cunha, representando *o Menino entre os Doutores, Fuga para o Egipto, Circuncisão, Nascimento da Virgem, Aparição de Cristo à Virgem, Assunção da Virgem, Coroação, Triunfo, Agonia e Morte da Virgem*. A passagem para a capela-mor faz-se por uma abertura semelhante a uma *serliana* e a cobertura é em abóbada de aresta pintada. Na capela vemos representações da *Adoração dos Magos, Natividade e Apresentação no Templo* e um painel de azulejos com motivos marianos. O retábulo-mor é em volta perfeita, enquadrado por dois arcos de colunas torsas em mármore verde, fechados por

⁸⁹ Na verdade, só antigamente a entrada se fazia por aqui. Hoje a entrada é feita pela porta do lado esquerdo, de vidro.

⁹⁰ Heitor Baptista Pato – *Nossa Senhora do Cabo: Um Culto nas Terras do Fim*, op. cit., p. 260.

um escudo com o brasão das Armas Nacionais. De cada lado uma sacristia, com acesso pela capela-mor, com algumas obras de pintura, onde se incluem duas pinturas quinhentistas pertencentes ao templo anterior da Senhora do Cabo, representando Santo António e São Tiago.

Quanto ao simbolismo dos vários elementos presentes no templo, a obra *Santuário de Nossa Sr^a do Cabo: Cabo Espichel* de Helmer da Cruz Ferreira⁹¹, é de importância maior. Segundo o autor, os temas mais importantes são a vieira (universalidade, prosperidade do nível místico, e que é uma representação natural do peregrino), a palma (símbolo da vitória, ascensão, regeneração e imortalidade) e a oliveira (paz, amor, a árvore central do Paraíso) – ao lado do altar-mor lemos as frase *Quasi Palma* e *Quasi Oliva*. No altar da capela-mor está representada Nossa Senhora do Cabo com a estrela de seis pontas, um símbolo do criador, da perfeição tanto física como espiritual, o que significa a unidade das duas maneiras da existência que o homem conhece.

Como era natural à altura, a composição da igreja não deixa de ter na sua génese um traçado regulador, o qual notámos durante este trabalho⁹², e que tem como base uma malha composta por um conjunto de medidas antigas portuguesas, em uso à data, apresentadas por Miguel da Silva Marques em *Cartografia Antiga*⁹³. Na *figura 38* vemos, a vermelho, as formas que definem as formas básicas da fachada. A forma quase quadrangular (numa proporção de 1 para 1,2) ao centro em baixo define o corpo principal; o dobro da altura deste define a largura máxima da frontaria; o rectângulo que define o perímetro global da forma tem a mesma proporção que o que define o corpo central, e assim se define a altura máxima. As diagonais dos rectângulos centrais definem, em baixo, o ponto para o elemento com mais decoração desse paramento, e em cima o formato do frontão. De notar ainda que as torres

⁹¹ FERREIRA, Helmer da Cruz – *Santuário de Nossa Senhora do Cabo: Cabo Espichel*. Lisboa: Heliópolis, 1995.

⁹² Julgamos não existir, até à data, um estudo sobre a malha reguladora da fachada principal e planta deste edifício, ou sequer uma menção sobre a sua existência, pelo que o que aqui apresentamos é apenas um estudo introdutório que requererá aprofundamento, podendo até levar à confirmação ou refutação da autoria do edificado.

⁹³ MARQUES, Miguel da Silva – *Cartografia Antiga*. Lisboa: Ministério da Cultura, 2001, p. 23.

sineiras são desenhadas numa proporção de 1 para 4. Na *figura 41* vemos a malha reguladora de 82,5 cm⁹⁴ (30 polegadas e 2,5 pés portugueses) que determina as alturas e larguras, posição das aberturas e também de quase todos os elementos da fachada. Na *figura 42* vemos que também na planta existe uma malha ortogonal reguladora, a mesma que está presente na fachada, mas com uma maior importância para a braça (2,20 m, a vermelho na imagem), mas também com o uso da vara (1,10 m, a azul). O templo tem dezasseis braças de comprimento (mais duas braças para os degraus de acesso): duas braças para a entrada, oito para a nave, a capela-mor tem quatro braças (contando com uma braça na transição entre os dois espaços) e mais duas braças para a sacristia. A nave tem quatro braças de largura, a transição entre nave e capela-mor tem duas braças, tal como a entrada principal para a igreja. Por último, olhando para o desenho da porta, notamos grandes semelhanças no desenho da proporção do vão com um desenho e texto presentes no Livro I do tratado de Serlio⁹⁵ (*figuras 39 e 40*).

Também as hospedarias seguem este tipo de traçado com base no quadrado de 30 polegadas de lado e na vara. O seu uso é notório sobretudo nos elementos em contacto com o arraial: os arcos, apesar da sua irregularidade ao longo do Santuário, estão geralmente inscritos no quadrado de duas varas, enquanto os pilares são quadrados em planta, e com 15 polegadas em cada uma das dimensões (*figura 43*); também as janelas têm como base o quadrado de 30 polegadas (*figura 45*); as habitações (*figura 44*) têm 5 varas de altura e, na sua maioria, 6 de profundidade, ou seja, inscrevem-se num rectângulo de 1 x 1,2, tal como alguns elementos da igreja.

⁹⁴ Note-se que a maioria das medidas apresentadas neste livro têm relações entre si. Uma polegada são 2,75 cm, um palmo 22 cm (8 polegadas), um pé 33 cm (12 polegadas), um passo andante 66 cm (24 polegadas), uma vara 110 cm (40 polegadas), um passo geométrico 165 cm (60 polegadas) e uma braça 220 cm (80 polegadas). Como tal, pode ser encontrada uma malha que tenha uma outra destas medidas como base, havendo sempre relações entre elas. O que é indubitável é que é nestas medidas que se fundamenta o desenho do edificado.

⁹⁵ SAMBRICO, Carlos, introd.; PADILLA, Fausto Diaz, trad - *Todas las obras de arquitectura y perspectiva de Sebastian Serlio de Bolonia*. Oviedo: Colegio Oficial de Aparejadores y Arquitectos Tecnicos de Asturias, 1986, folha 16.

De grande importância é o traçado do arraial em si, que como podemos ver na *figura 46*, parece ser regrado pela medida da diagonal do quadrado da largura, multiplicado por três vezes na ala Sul e por quatro na ala Norte. Esta medida está presente no tratado de Serlio⁹⁶, que o denomina de proporção diagonal (*figura 58*). A confirmar-se esta proporção e a intenção de construir usando-a, algo que parece bastante provável, podemos estar perante dois pontos fundamentais: primeiro, que o desenho das hospedarias estaria integrado no *risco* inicial, incluindo o prolongamento da ala Norte⁹⁷; segundo, a confirmação de que o projectista do Santuário teria bastante presente na sua educação os livros de Serlio⁹⁸.

É perceptível que na base do desenho das hospedarias está um traçado regulador, um conjunto de normas a serem aplicadas em todas as construções, a serem empregues sobretudo nos elementos que constituem as fachadas do arraial (uma vez que é grande a irregularidade dos interiores), ou seja, os elementos que formam este espaço agregador de todo o complexo, contribuindo assim para a leitura de todo este conjunto edificado como um só, para a

⁹⁶ SERLIO, Sebastiano – *Todas las obras de arquitectura y perspectiva de Sebastian Serlio de Bolonia, Edicion Facsimilar*. Oviedo: Colegio Oficial de Aparejadores y Arquitectos Tecnicos de Asturias, 1986 [1600], folha 15 (indicada como 19 por um erro na edição original).

⁹⁷ No entanto esta ideia pode ser errada. Pode tratar-se apenas do uso posterior de uma mesma regra, ou seja, que os responsáveis pelas constantes adições ao volume das hospedarias tenham usado uma regra presente no projecto original.

⁹⁸ As comparações com o tratado de Serlio que aqui apresentamos são, apesar de significativas, elementares e as figuras e textos a que se referem fazem parte de um livro que, tanto quanto se sabe, não tinha sido à altura publicado em Portugal (esta hipótese deve ser, no entanto, reconsiderada, mas pode apenas dar-se o caso de, apesar de o livro não existir no país, o seu conteúdo estivesse presente nas Aulas do Paço da Ribeira). Esta ligação entre o projecto do Santuário e os livros de Serlio deve ser aprofundada, por razões que explicaremos melhor no capítulo Restauro. Como última nota, repare-se na imagem do livro VI de Serlio (*figura 49*), cujo conteúdo seria, provavelmente, desconhecido para os arquitectos portugueses à data da fundação do Santuário do Espichel; ainda assim, ele era conhecido para arquitectos como Palladio ou Ledoux, e este livro é tido como muito influente na arquitectura do tempo, sobretudo no que diz respeito às casas em banda. O desenho mostra semelhanças admiráveis com o conjunto do Cabo Espichel devem ser salientadas. Ou esta ilustração tinha, de algum modo, chegado às mãos do arquitecto do Santuário, ou, mais provavelmente, o conjunto de normas prescritas por Serlio estaria tão presente neste que se projectou exactamente a mesma forma. Sobre este tema ver: ROSENFELD, Myra Nan – *Serlio on Domestic Architecture: Sebastiano Serlio*. New York: Dover Publications, inc., 1996 [1978]; e SERLIO, Sebastiano – *Todas las obras de arquitectura y perspectiva de Sebastian Serlio de Bolonia*. Introdução de Carlos Sambrico, tradução de Fausto Diaz Padilla. Oviedo: Colegio Oficial de Aparejadores y Arquitectos Tecnicos de Asturias, 1986 [1600].

homogeneização de várias construções que, devido à sua construção faseada, seriam discordantes uns dos outros – um grande edifício maciço, que está de acordo com as preposições enunciadas no capítulo anterior e, como veremos, no seguinte também.

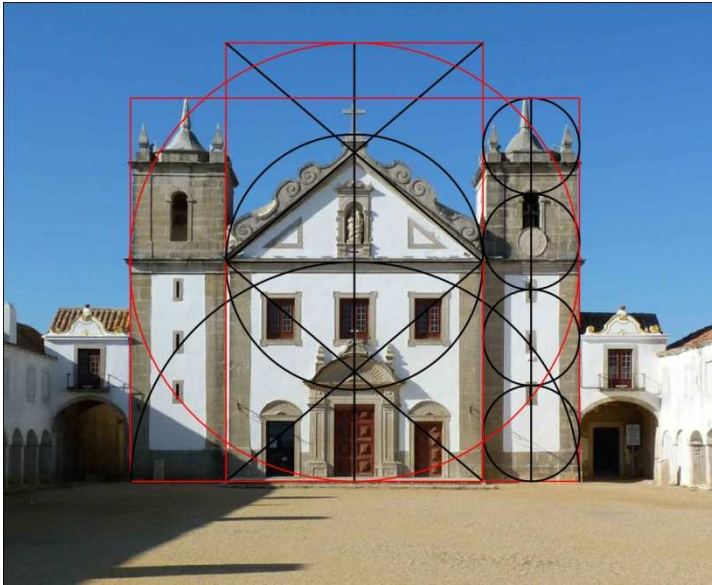
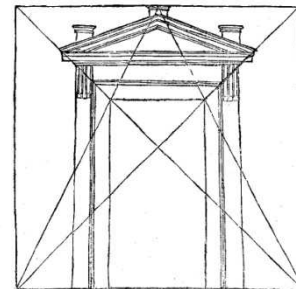
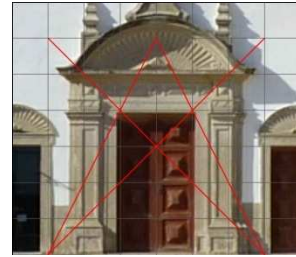


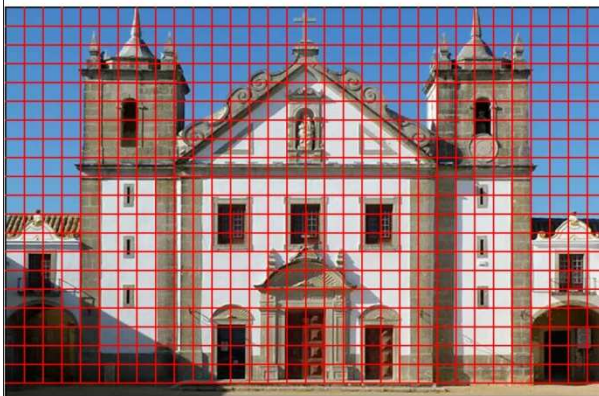
Figura 38.



Figuras 39 e 40.

1 POLEGADA = 2,75 cm

1 VARA = 110 cm

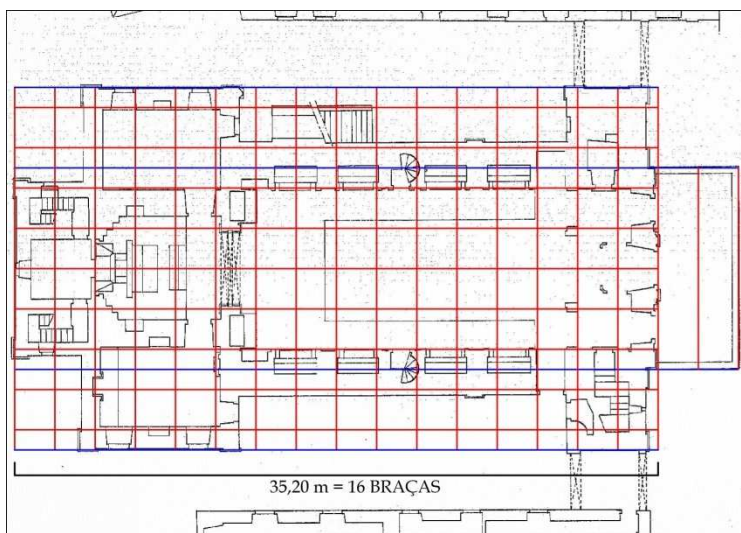


82,5cm = 30 POLEGADAS = 2,5 PÉS

16,5m = 20 x 30 POLEGADAS = 50 PÉS
= 25 PASSOS ANDANTES
= 10 PASSOS GEOMÉTRICOS = 15 VARAS

26,4 m = 32 x 30 POLEGADAS = 40 PASSOS ANDANTES = 80 PÉS = 24 VARAS

Figura 41.



440 cm = 4 VARAS = 2 BRAÇAS

110 cm = 1 VARA = 40 POLEGADAS

880 cm = 4 BRAÇAS

220 cm = 1 BRAÇA = 80 POLEGADAS

35,20 m = 16 BRAÇAS

Figura 42.

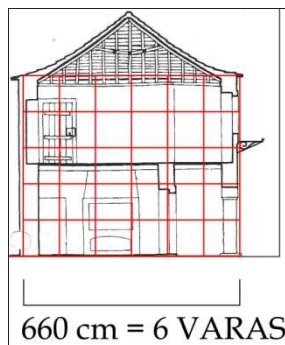
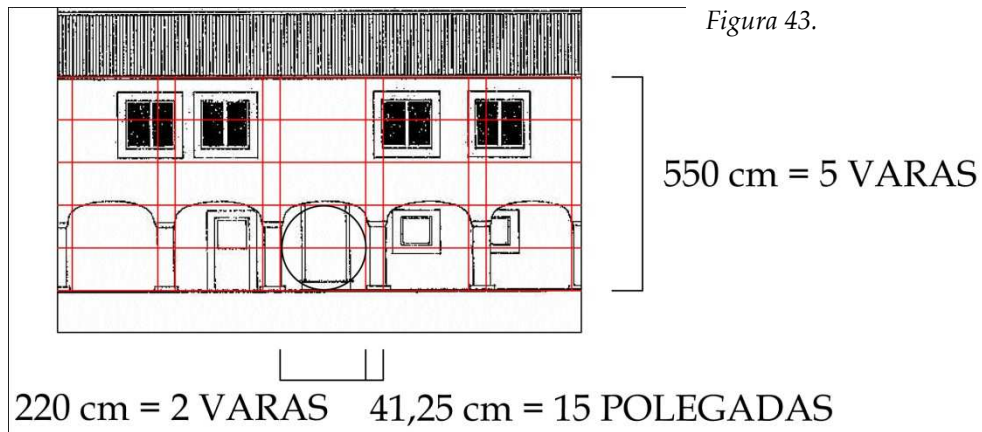


Figura 44.

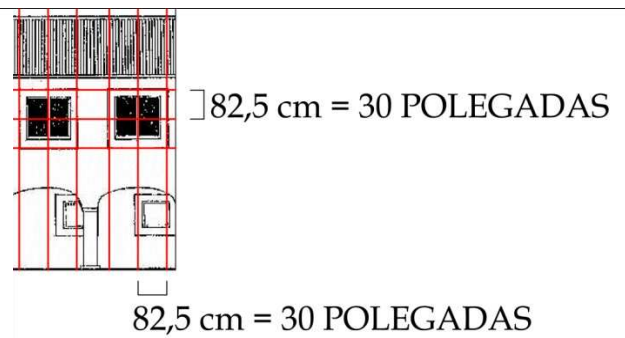


Figura 45.

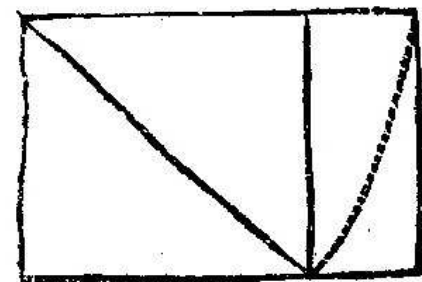
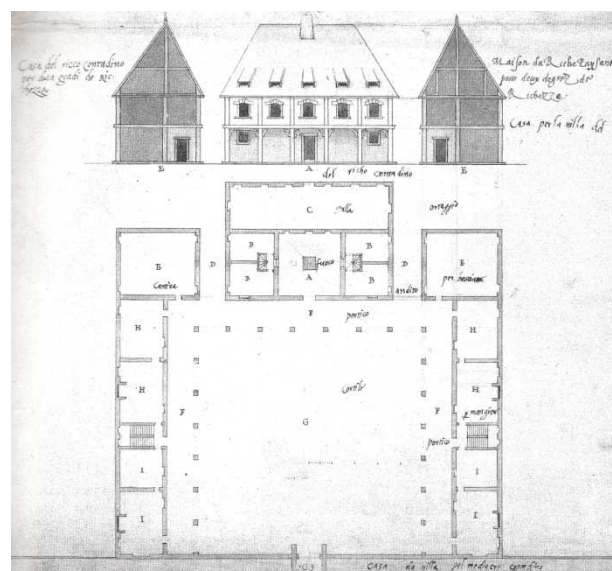
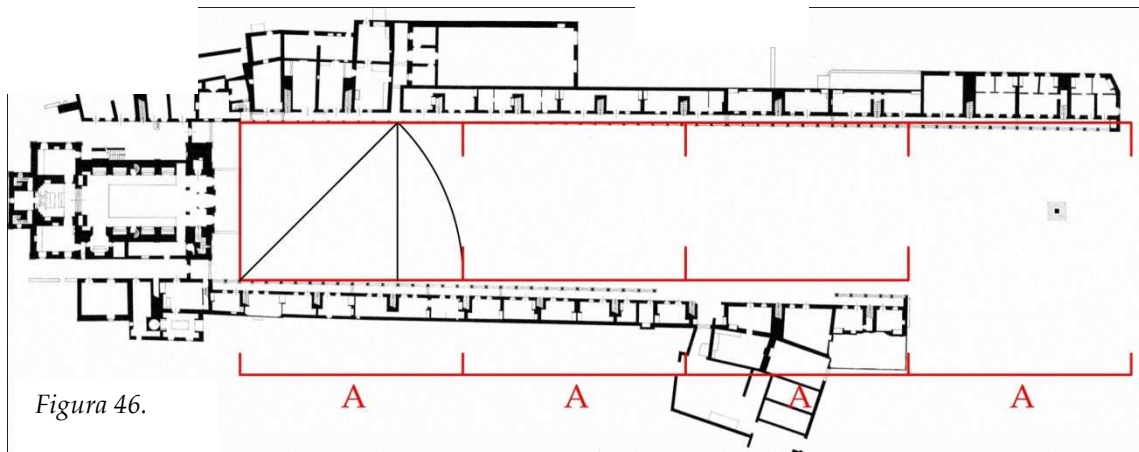


Figura 48. Desenho do tratado de Serlio, demonstrando a proporção diagonal.

III.III.VI. CASA DA ÁGUA

A Casa da Água foi o último dos elementos que compõem o Santuário a ser construído. Para chegarmos até este edifício, desde o arraial, caminhamos ao longo do eixo para Nascente e descemos uma breve encosta, entramos no *cercado* e subimos uma escadaria até atingir a Casa. Nesta Casa culmina o aqueduto que percorre cerca de 2 km desde a Azóia. É de planta hexagonal com uma só porta a Oeste, sem janelas e com um lanternim (hoje quase destruído). A cobertura é feita em cúpula ondeada de seis panos. No interior temos um banco corrido adossado às paredes, painéis de azulejos que decoram a parede, representando cenas das romarias (também eles quase arruinados), um pavimento que reproduz a planta hexagonal na sua estereotomia, e a peça central, um tanque barroco com um chafariz em nicho, emoldurado e coroado por um frontão, onde está a cabeça de um leão de feições humanas, de onde jorrava a água. Em volta temos um espaço livre, o *cercado*, que se divide em duas partes. Uma a Norte, com o portal de transição entre o arraial e este conjunto, em volta perfeita e com o corte das ombreiras a fazer-se, como dissemos, na direcção do eixo do complexo do Santuário e não perpendicularmente ao muro; com duas janelas com bancos laterais para se observar a paisagem natural; e uma escadaria que liga uma zona mais baixa à Casa da Água. Outro mais a Sul, um descampado que foi outrora um jardim, dedicado ao lazer e descanso dos romeiros, bem com ao cultivo e às touradas.

A altura a que está a Casa da Água não é fortuita. Ela alinha-se não só em planta como em altura com a igreja, fechando visualmente o arraial no extremo Nascente, o que leva a crer que a sua inserção paisagística tenha sido inteiramente planeada com rigor. Paulo Pereira entende este traçado como portador de um significado simbólico:

“O alinhamento é procurado não apenas como expressão de uma vontade de representação espacial barroca – a axialização do conjunto, uma perspectiva racional e um ponto de enfoque duplo: o templo e a casa da água, fechando o santuário –, mas também como cedência simbólica à característica mais funda do culto ali prestado: a

*igreja (inabitualmente em terreno livre como este é) encontra-se ocidentada; a casa de água é orientada. É daquele lado que se levanta o Sol equinocial (E-O). Ora, equinocial é este santuário, com os festejos principais na última semana de Setembro. Se quiséssemos levar mais longe a nossa análise simbólica, diríamos que aquela cara de leão não é fruto do acaso, inserindo-a assim no mesmo programa simbólico: o leão era e é, por excelência, símbolo do vigor, o animal solar do zodíaco."*⁹⁹

⁹⁹ PEREIRA, Paulo. *Enigmas – Lugares Mágicos de Portugal*, Volume V. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2005, p. 126.

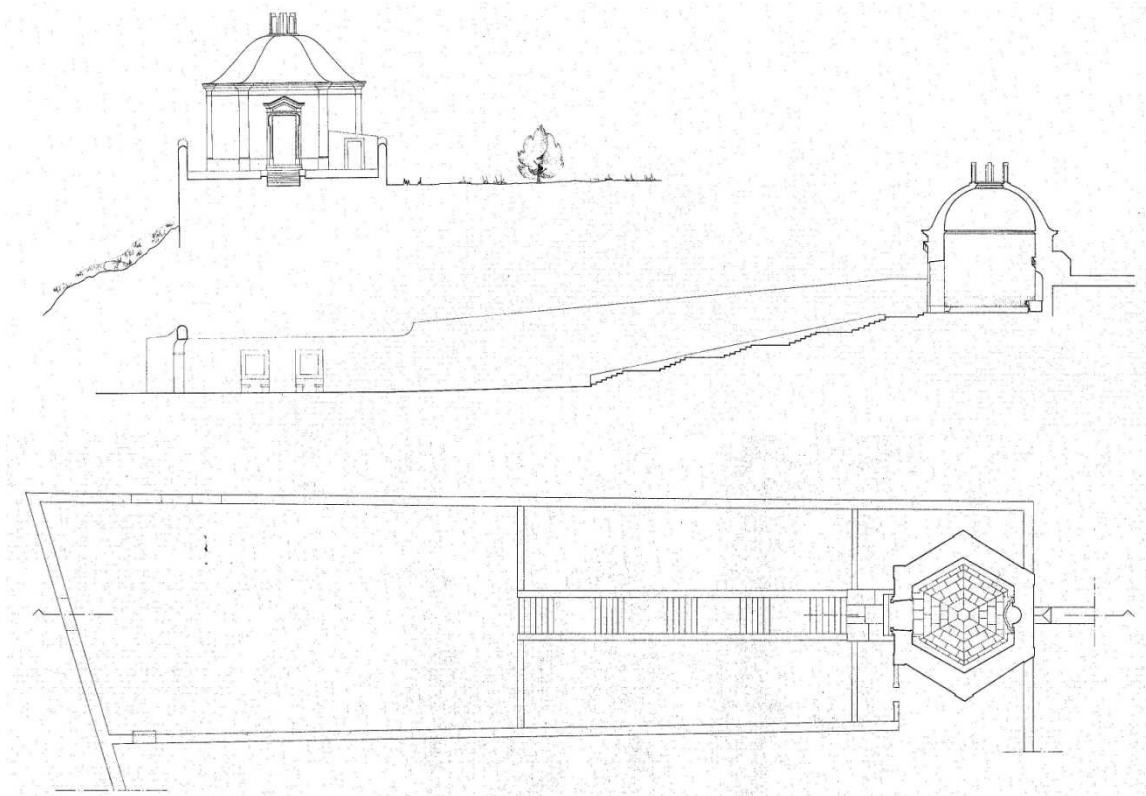


Figura 49. Casa da água (corte transversal pelo acesso, corte longitudinal e planta). Fonte: IHRU



Figura 50. Casa da água e cercado. Fotografia de Luís Marques.



Figura 51. Vista do complexo desde a casa da água. Fotografia do autor.



Figura 52. Interior da casa da água. Fotografia do autor.

CAPÍTULO IV

LEITURA DO SENTIDO

IV. LEITURA DO SENTIDO

O estudo deste ponto específico terá como mote o *sentido* da obra, portanto da operatividade da sua existência, da sua *alma*, no *eu*, para que se identifiquem as suas qualidades essenciais e únicas relativamente ao modo de habitar. Este *sentido* dá-se na relação entre sujeito e objecto e para a sua compreensão é necessário um estudo do *gesto* que nos guia no percurso, uma vez que este é a expressão do que a obra arquitectónica cria em nós; neste estudo, apenas uma leitura directamente da experiência da obra, da coisa em si, pode corresponder à realidade. Aqui, *gesto* corresponde à teoria apresentada por Pedro Marques de Abreu, na sua tese de doutoramento *Palácios da Memória II*:

*“Chamamos gesto ao trajecto ou devir do leitor – simultaneamente movimento e sentimento – a que a arquitectura induz, mediante a orquestração de tom e ritmo plasmados em “melodia”. O gesto é o encadeamento ordenado dos movimentos – do andar e do olhar – e dos sentimentos – que resultam da afecção que nos é comunicada pelo carácter quási-pessoal que, misteriosamente, anima um espaço (carácter leve ou pesado, sombrio ou luminoso, alegre ou triste, ...) – com que a obra, mediante a sua forma, se imprime no sujeito que a experimenta.”*¹⁰⁰

Segundo o autor, as impressões causadas pela obra que dão origem ao *gesto* surgem-nos numa sequência temporal, em que o que está antes e o que vem depois de cada momento importa na assimilação do sentido, algo que define como *melodia*. Se uma obra tem a capacidade de induzir um *gesto* através da *melodia* por si produzida, então a primeira grande vantagem deste aspecto é que se trata de um (e o único que conhecemos) meio que a obra tem de transmitir o seu *sentido*, e portanto o *gesto* torna-se fundamental numa investigação que tem a obra como base para a compreensão da realidade. Para além disso, o *gesto* é mensurável, porque se trata de um movimento observável ou intuível, e intersubjectivo, porque o *gesto* de vários sujeitos, apesar de apresentarem pequenas dissemelhanças, têm por base um mesmo movimento

¹⁰⁰ Pedro Marques de Abreu – *Palácios da Memória II: A Revelação da Arquitectura*, op. cit., p. 227.

essencial, um padrão de acontecimentos. Tentamos reproduzir a importância desta sequência na nossa leitura do sentido do lugar.

Para além da leitura da *forma* e da *história* que fizemos do Santuário, fulcrais para a compreensão do *sentido*, neste capítulo fazemos uma reflexão sobre a experiência (nossa ou através de reflexões e comentários de outras pessoas) do conteúdo imaterial do lugar, que no entanto advém sempre da sua forma. É também importante neste estudo a compreensão do Tema do Cabo Espichel e de que modo a arquitectura a ele corresponde. Por Tema, referimo-nos ao conteúdo da obra arquitectónica enquanto arte, ou àquilo a que Panofsky chama de “*significado intrínseco ou conteúdo*”¹⁰¹, aquilo que existe antes da obra enquanto forma e que a obra revela e que é, ao mesmo tempo, o seu fim a cumprir; na arquitectura, este Tema é sempre o significado da relação entre esta e o Homem que dela faz uso. Para além da relação entre forma e conteúdo da obra, ou seja, a capacidade que a arquitectura tem para transmitir o seu *sentido*, é o cumprimento deste Tema que determina a obra de arquitectura enquanto arte, enquanto elemento significativo e assim indispensável. Importa aqui saber se o Santuário provoca em nós a experiência que corresponde e cumpre o Tema a que se propôs.

IV.I. O ESPÍRITO DO LUGAR

Neste capítulo tentaremos fazer uma descrição do nosso percurso até e no Cabo Espichel, as sensações e forças dominantes e a sua justificação, mas deixando de parte a presença do Santuário. É nosso objectivo apreender as características do lugar antes da intervenção humana, ou seja, o seu carácter essencial. Entendemos que será, hoje, muito difícil fazer uma interpretação totalmente correcta do espírito do lugar antigo, e sobretudo sem a sua vertente construída. No entanto, essa essência traduz-se na experiência humana e esta é imutável ao longo do tempo, uma vez que se dá nas suas ideias, juízos e

¹⁰¹ PANOFSKY, Erwin – *Iconografia e Iconologia: Uma Introdução ao estudo da Arte do Renascimento*, in *O Significado das Artes Visuais*. Lisboa: Presença, 1989.

sentimentos, que são por sua vez invariáveis temporalmente e intersubjectivos. Assim, esta experiência como comunicação do significado essencial do lugar está ainda hoje presente.

IV.I.I. APROXIMAÇÃO AO CABO ESPICHEL

Muito antes de percebermos que nos aproximamos da costa, o isolamento característico das finisterras vai-se fazendo sentir. A primeira impressão com que nos deparamos ao sair das povoações mais próximas do Cabo Espichel é o abrir de horizontes. O caminho perde grande parte das suas barreiras visuais, naturais ou construídas. Saímos, então, do mundo conhecido e de limites próximos para onde começam a rarear a vegetação e as ocupações humanas; o ar torna-se mais húmido. Tal como diz o Padre Francisco Mendes, pároco do Santuário, “O Cabo é sempre referido como fora do mundo, excepto para quem lá vai em romaria.” O silêncio é maior, pautado apenas pelas rajadas de vento que não têm, agora, impedimentos à sua passagem, aumentando de intensidade e frequência. O percurso é quase plano, com excepção de algumas colinas de maior ou menor extensão, mas sempre com pouca altura. É ao ultrapassar um destes outeiros que vemos pela primeira vez o mar, ainda ao longe e com um horizonte pouco extenso. A sua presença a poente, coincidindo com o pôr-do-sol, será, porventura, o primeiro apelo para o local ermo, ainda que não sabendo o que lá se encontra. Descemos agora um pouco, continuando o caminho pouco acidentado e que não oferece grandes dificuldades para além do isolamento e do calor que geralmente aqui se faz sentir. Do nosso lado direito surge um morro baixo, que ainda assim é suficiente para nos tapar a visão para o mar. Quando o contornamos percebemos, de súbito, que estamos já muito próximo do oceano. A presença brusca do promontório é quase uma surpresa, pois nada na paisagem indica uma alteração. Todo o percurso até aqui é, na prática, raso, sem declives íngremes que possam dificultar o caminho (ao contrário do que acontece noutros pontos da costa portuguesa, como é o caso da Nazaré, em que é a praia que tem o acesso privilegiado, sendo necessário subir

até ao Santuário); a vegetação, o vento e a presença das colinas não se alteram antes da entrada no cabo; até o som do mar não se faz sentir antes deste momento.

IV.I.II. A ENTRADA NO CABO

Assim que entramos nos limites do cabo percebemos que estamos numa finisterra, o terreno plano e sem barreiras apresenta-nos um horizonte extenso, os limites precisos entre o chão e o abismo, o barulho do mar e o vento aumentam de intensidade gradualmente, e é quando nos aproximamos do penhasco que a Natureza se revela mais agreste e de grandeza assustadora.

“[L]ocal inóspito, desabrigado, batido incessantemente pelo mar ruidoso e pelos sibilantes ventos inclementes. Mas o lado de Natureza selvagem, de ‘terra livre’, indomada, descontaminada de malefícios sociais, dá-lhe também uma qualidade fascinante que suplanta o seu aspecto tremendo e desolador de ‘cabo do mundo’, levando as populações a frequentá-la e a apreender o que ela tem de mais autêntico, deixando-se contagiar por essa grandeza ‘imutável’ e ‘incorrutível’, e a revigorar-se ciclicamente.”¹⁰²

É na presença do oceano vasto, no abrir do horizonte que se centra a nossa atenção neste promontório, e assim sentimo-nos impelidos na direcção da orla do Cabo. Esta vontade é inerente a todo o ser humano. Mas este movimento não parte apenas de dentro. Na realidade, o estímulo interior encontra eco no lugar, e homem e espaço envolvem-se neste movimento comum. Olhando para poente, na direcção do mar, aquilo que vemos não é um oceano extenso de Norte a Sul; a linha do horizonte está delimitada pela presença, a Norte, do Cabo da Roca e de Lisboa, e a Sul pelo restante corpo do Cabo Espichel e a Serra da Arrábida. As duas barreiras criam um eixo visual Este-Oeste, paralelo ao solo. Para além disso, o próprio Cabo parece entrar pelo mar adentro devido à linha de costa recortada desta zona, a um tempo a continuação natural do

¹⁰² Luís Marques – *O paraíso no «fim do mundo»: O culto de Nossa Senhora do Cabo*, op. cit., pp. 7-8.

percurso e o seu culminar, nascendo uma alteração no significado deste, como se fora uma transição para algo distinto; o promontório recria este gesto, este movimento na direcção do oceano desconhecido e projecta-se sobre ele, levando-nos a percorrer o espaço da mesma maneira. Assim, o próprio lugar determina declaradamente a direcção do nosso olhar e movimento, perpendicular à linha da costa, lançando-nos para o sol poente, para o mar, para o desconhecido, oposto ao continente atrás de nós que representa o espaço humano, tangível. É a sensação particular de sermos lançados para o infinito que nos domina, e que se torna mais clara através das palavras de Gaston Bachelard.

*“Poderíamos dizer que a imensidão é uma categoria filosófica do devaneio. Sem dúvida, o devaneio alimenta-se de espectáculos variados; mas por uma espécie de inclinação inerente, ele contempla a grandeza. E a contemplação da grandeza determina uma atitude tão especial, um estado de alma tão particular que o devaneio coloca o sonhador fora do mundo próximo, diante de um mundo que traz o signo do infinito (...) Por conseguinte, nessa meditação não somos ‘lançados no mundo’, já que de certa forma abrimos o mundo numa superação do mundo visto tal como ele é, tal como ele era antes que sonhássemos. Mesmo se estivermos conscientes de nosso ser mirrado – pela própria ação de uma dialética brutal –, tomamos consciência da grandeza. Somos então entregues a uma atividade natural de nosso ser imensificante.”*¹⁰³

E se é este confronto com o infinito, com o imensamente grande, que nos prende e nos guia no Cabo Espichel, então este tem, como o comprova a sua história, um carácter religioso inerente. *“A experiência religiosa é precisamente a consciência vivida da pequenez do homem e da incomensurabilidade do mistério.”*¹⁰⁴

¹⁰³ BACHELARD, Gaston – *A poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993, pp. 189-190.

¹⁰⁴ GIUSSANI, Luigi – *Na Origem da Pretensão Cristã, segundo volume do PerCurso*. Lisboa: Verbo, 2002, p. 41.

IV.I.III. NO TERMO DO PROMONTÓRIO

É aqui, no limite do Cabo entre o solo e o abismo, numa fronteira de dimensão mínima, que mais se sente o contacto dos elementos naturais entre si, e connosco. E são várias as forças que aqui se fazem mostrar: a escarpa, tão vertical quanto possível e com as linhas de sedimentação perfeitamente definidas, quase artificiais; o vento, já referido, sempre muito forte nas zonas de cabo; o mar que pela costa recortada entra dentro de terra, ou é invadido por esta; e o sol, na maior parte dos dias forte e alto, e movendo-se para Oeste, como que imitando ou guiando o nosso caminho. Estamos perante um ambiente que se experimenta sobretudo neste ponto do Cabo e que se aproxima muito do sentido nas montanhas. Assim, o Cabo Espichel aproxima-se desta, acarretando grande parte do seu simbolismo. Estes lugares, que Christian Norberg-Schulz define como espaços de onde se pode passar de uma zona cósmica para a outra, foram desde sempre considerados *axis mundi*, locais propícios ao contacto com os deuses e que, por isso, ao serem vistos pelas populações como excepções no *caos* reinante, se tornaram centro orientador para a habitação do território envolvente.

*"(...) creation is understood as a 'marriage' of heaven and earth. (...) The sky primarily has 'cosmic' implications, whereas the earth may satisfy man's need for protection and intimacy. (...) The marriage between heaven and earth forms the point of departure for the further differentiation of 'things'. The mountains, thus, belongs to the earth, but it rises towards the sky. It is 'high', it is close to heaven, it is a meeting place where the two basic elements come together. Mountains were therefore considered 'centres' through which the axis mundi goes,... a spot where one can pass from one cosmic zone to another. In other words, mountains are places within the comprehensive landscape, places which make the structure of Being manifest. (...) In general, however, mountains remains 'distant' and somewhat frightening, and do not constitute 'insides' where man can dwell."*¹⁰⁵

¹⁰⁵ NORBERG-SCHULZ, Christian – *Genius Loci: Towards a Phenomenology or Architecture*. New York: Rizzoli, 1980, pp. 149 e 157.

Apesar de Norberg-Schulz relacionar esta significância apenas com a montanha, e de o movimento no Cabo Espichel se dar sempre na horizontal e não na vertical, não podemos deixar de confirmar a presença fortíssima da Natureza, esta ligação entre terra que protege e céu criador, que inculcará no homem o sentimento de estar perante algo maior que si mesmo. Como o autor refere, estes não constituem um lugar habitável, devido à presença opressora dos elementos naturais. Mas é este movimento unicamente horizontal e linear que, raramente relacionado com a paisagem da montanha, confere ao Cabo Espichel um significado particular, onde o homem não sente uma mudança de nível, apesar da presença supra-humana no lugar. Nesta diferença entre a paisagem da montanha e a paisagem do cabo reside a distinção essencial do significado de ambas: enquanto na montanha temos como objectivo o céu e o mistério que tudo abrange, nos cabos essa procura dá-se no plano de existência humano. Apesar de as condições que culminam na experiência metafísica serem externas ao homem, esse conteúdo imaterial existe intimamente. É o mistério interior, a pergunta última dentro de cada um, enfim o destino do ser humano que se manifesta e encontra resposta nestes lugares. Não se trata de um contacto com o Ser divino, mas com o imaterial dentro de cada um de nós. Neste sentido, sobretudo devido ao modo como estabelece o forte ímpeto para poente, o Cabo Espichel é único na maneira como cria as condições para que se dê o confronto entre cada um e as suas necessidades metafísicas, mesmo para o homem ateu. Não se trata, portanto, de uma subida aos céus, e sim de um trazer ao solo desses significados: esta é a primeira e mais importante premissa para a realizável habitabilidade deste lugar, um sinal de que este lugar é cosmificável, humanizável. Ainda assim, e como referimos, o confronto desigual com os elementos torna essa ocupação (no sentido da habitação plena de um lugar), no seu estado intocado, impossível.

“(...) no seu livro O Sagrado, Rudolf Otto dedica-se a expor as características dessa experiência [religiosa] aterrorizante e irracional. Identifica o sentimento de pavor diante do sagrado, diante desse mysterium tremendum, diante dessa majestas que ostenta uma esmagadora superioridade de potência; identifica o temor religioso perante o

mysterium fascinans, onde desabrocha a perfeita plenitude do ser. Otto designa todas essas experiências como numinosas, porque são provocadas pela revelação de um aspecto do poder divino: o numinoso singulariza-se como qualquer coisa de «diferente» (ganz andere): radical e totalmente diferente: não se parece com nada de humano ou cósmico; por seu turno, o homem tem o sentimento da sua profunda nulidade, a noção de não ser mais do que «uma criatura», isto é, segundo as palavras de Abraão dirigindo-se ao Senhor, de não ser mais do que «cinza e pó». Das penetrantes análises de Rudolf Otto reteremos esta observação: o sagrado manifesta-se sempre como um poder de uma ordem totalmente diversa das forças naturais.”¹⁰⁶

Não podemos, portanto, separar a experiência do lugar do Cabo Espichel do seu conteúdo religioso, onde a experiência do numinoso está sempre presente. Mais: trata-se, como referimos, de uma manifestação religiosa particular, onde não há uma alteração de nível, não há um esforço extraordinário por parte do homem para a alcançar, e sim uma coincidência espacial entre homem, natureza e mistério. No entanto, e pelas conclusões retiradas por Eliade, estas duas, a presença dos elementos e a experiência religiosa, são independentes e separáveis: estabelece-se a diferença entre a acção dos elementos naturais e a fixação do eu no infinito.

IV.I.IV. O CARÁCTER DO LUGAR

Apesar de, originalmente, o Cabo Espichel não constituir um espaço habitável pelo homem, sabemos que este se desloca e permanece até aqui desde há muito tempo, em peregrinação, o que implica uma índole social. Como tal, é possível aferir que este lugar possui traços que o tornam humanizável. Estas características são as que primeiro notámos aquando da aproximação a este ermo, mas que só depois do confronto com a rudeza dos elementos nos revelam a sua importância essencial. O planalto é, ao contrário dos outros promontórios neste mesmo Cabo (um a Sul, dividido em duas partes, e outro a Norte),

¹⁰⁶ ELIADE, Mircea. *Mitos, Sonhos e Mistérios*. Lisboa: Edições 70, 2000, p. 136.

desprovido de vegetação, aproximadamente rectangular, totalmente plano e sem quaisquer barreiras visuais até aos seus limites. Estes limites são, por sua vez, perfeitamente definidos, criando um corte de cirurgião entre o solo e a escarpa (mais íngreme que nos outros promontórios da costa), reduzindo a fronteira entre ambos ao mínimo possível. Enquanto os outros promontórios parecem emergir lentamente do oceano, este impõe-se perante o mar, entra por ele adentro e cria um tipo de ponte de lançamento para a sua descoberta e desmistificação, é uma plataforma terrestre que irrompe pelo mar e induz no sujeito esse mesmo movimento concordante com a sua essência humana de busca pelo infinito; com uma fronteira violenta entre ambos, incorpora o arrojo necessário para tal contenda – é a própria Natureza que prepara o homem para a sua conquista.

Outra característica fundamental para este aspecto foi, também, já referida. Ao contrário da maioria dos locais com estas condições naturais, o percurso para aqui chegar é de uma facilidade enorme, mesmo se tivermos em conta que se trata de um culminar de peregrinação, sendo todo ele feito em plano. Se conciliarmos isso ao facto de o lugar ter por si só um magnetismo inerente, devido à sua proximidade com o mar e de se localizar a poente, no culminar do percurso diário do sol, e de ser um cabo e portanto num lugar estratégico em termos de orientação no território, percebemos que é plenamente natural a presença do homem nesta finisterra. Apesar do calor que geralmente se faz sentir, e sobretudo da sensação de isolamento, não tão opressora quanto grave, este percurso como que se deixa percorrer espontaneamente. De referir ainda outra característica, também supramencionada, mas que é fundamental para este ponto. Os limites visuais que encontramos neste promontório específico são diferentes dos existentes nos que o ladeiam. A barreira visual a Sul, composta pelo restante Cabo Espichel, a Serra da Arrábida a Sudeste e o Cabo da Roca e Lisboa a Norte formam um eixo Este-Oeste definido, que culmina no horizonte marítimo a Oeste e terrestre a Este, responsável não só pelo movimento psicológico para poente que experimentamos, mas também

pela delimitação de um território definido¹⁰⁷, próximo, alcançável e portanto não infinito (o facto de se encontrar junto ao limite mais a Sul deste espaço definido poderá ajudar a uma certa sensação de conforto, notória no ser humano quando, muitas vezes, em espaços amplos as pessoas preferem ficar junto a uma parede, sentindo-se assim menos expostas). Se formos para o promontório mais a Sul, o horizonte expande-se em todas as direcções; no mais a Norte a Serra da Arrábida não é visível e, olhando para Sul, vemos o Cabo em dois planos distintos, não percebendo que existe uma linha de costa Este-Oeste que delimita o solo terrestre nesta zona.

A conjugação destas características resulta numa aparência limada, quase artificial, estabelecendo uma certa ordem eminentemente humanizável, dando-lhe um carácter intenso mas familiar, inexplicável para o homem, tornando o Cabo Espichel num sítio singular. No entanto esta condição, apesar de originar uma experiência peculiar ao ser humano, não é suficiente para que o lugar seja habitável. Para que o homem seja capaz de habitar no mundo, ele tem de compreendê-lo. Sem entender o conteúdo deste lugar, a diferença entre o homem e este é brutal, pela presença de algo maior e desconhecido. A estranheza violenta da natureza, neste lugar, inculca temor no visitante. Como, então, transformar esta condição? Segundo Christian Norberg-Schulz, habitar no mundo significa entre o céu e a terra, e portanto estes dois elementos são fundamentais para o seu entendimento. Como veremos, o Cabo Espichel é um lugar propício a facultar este conhecimento.

Pertencendo à categoria de espaço que Christian Norberg-Schulz define como Paisagem Clássica, existe um certo equilíbrio, quase homogeneidade, no território e uma continuidade no solo, que ainda assim apresenta variações e pontos excepcionais. O próprio céu é vasto, sem no entanto possuir uma escala ditatorial, permitindo assim um contacto mais próximo, de igual para igual,

¹⁰⁷ “A localização no fim do Continente, o Oceano alteroso, mas também a abundância e amenidade do seu hinterland, desde cedo inculcam nos viajantes e nos estantes um sentido muito forte do espírito deste lugar, demarcado entre duas serras, Arrábida e Sintra, que são dois gigantes que “defendem” as portas das Terras do Tejo.” Jorge Gaspar, cit. in Heitor Baptista Pato – *Nossa Senhora do Cabo: um culto nas terras do fim*. Lisboa: artemágica, 2008, p. 55.

entre o homem e a Natureza. Existem, no entanto, pontos distintos nesta Paisagem, muitas vezes associados a devoções, onde esse diálogo com os elementos se dá de maneira mais pungente e que se enquadram perfeitamente com o que os rodeia, estabelecendo a ordem para a ocupação do território. Tal como referido por Mircea Eliade, os lugares sagrados primitivos constituíam um microcosmos, um espaço diferenciado dos restantes pelas suas características naturais. Como tal, estes não eram escolhidos pelo homem, mas sim descobertos por ele. O Cabo Espichel é um destes lugares. Assim o é há muito tempo, e o próprio homem primitivo tê-lo-á percebido, atribuindo-lhe um carácter divino, demonstrando que este era um lugar predisposto à cosmificação.

“Desde sempre esses altos cumes em que os mortais surpreendiam o mysterium ad fascinans se apresentaram ao homem como um mistério duplamente aterrador e fascinante, suscitando o pânico perante uma grandeza incomensurável ou um poder soberano (majestas), mas também a forte atracção emocional perante algo de maravilhoso e solene. Por isso esses palcos de contacto privilegiado com os deuses se transformaram em altos lugares, em interfaces onde o sagrado se condensa, estruturando um território afirmado como religioso e que frequentemente suscita movimentos peregrinais colectivos, que assim centralizam as comunidades”¹⁰⁸.

O Cabo Espichel, pela sua situação e significado, ter-se-á tornado num ponto fulcral para a organização do território, pela sua posição costeira, altura e significado religioso. Sendo-o, o Cabo Espichel tem a potencialidade para resolver dois pontos que Christian Norberg-Schulz considera essenciais para habitar um território: orientação e identificação. É claro que, e como o próprio autor indica, é possível a orientação num território sem nos identificarmos com ele; e é possível sentirmo-nos em casa sem lhe conhecermos os cantos, ou seja, o ambiente ou o carácter de um certo espaço podem ser suficientes para nos

¹⁰⁸ Heitor Baptista Pato – *Nossa Senhora do Cabo*, op. cit., pp. 19-20.

sentirmos acolhidos. “*True belonging however presupposes that both psychological functions are fully developed*”¹⁰⁹.

Orienta, na medida em que é fundamental para compreender este território, pela sua situação de cabo montanhoso; tal como diz Kevin Lynch¹¹⁰, uma boa imagem mental do ambiente em que estamos incute-nos uma sensação de segurança emocional ao impedir que nos sintamos perdidos neste espaço – esta confiança é fundamental para que o sítio possa ser habitado. Identifica ao incorporar significados fundamentais para as povoações deste território (nomeadamente no seu contacto com o oceano, estabelecendo a ponte entre terra e mar), essenciais para aquilo que Norberg-Schulz define como “ser amigo” do ambiente que nos rodeia. Se é facilmente inteligível que o cabo proporciona as necessárias imagens mentais da região, correspondendo à orientação, já a identificação é mais difícil de concretizar pois implica a existência e experiência de significado.

IV.I.V. AS FORÇAS ACTUANTES – O PARADOXO

Vimos anteriormente que existem no Cabo Espichel duas forças fundamentais divergentes: por um lado temos a facilidade em chegar ao promontório, pela planura de todo o percurso até ao lugar, aliada ao seu magnetismo inerente, por se tratar de um cabo e de estar localizado a poente em relação ao território. Em conjugação com as características que dão um aspecto quase manufacturado ao cabo, este torna-se num lugar vagamente familiar e plenamente cosmificável, capaz de constituir um centro para a ocupação do território envolvente. Por outro, a Natureza selvagem que atesta o seu domínio, o confronto entre os elementos e sobretudo a presença do vasto infinito.

¹⁰⁹ Christian Norberg-Schulz – *Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture*, op. cit., p. 20.

¹¹⁰ LYNCH, Kevin – *A Imagem da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

Enquanto sentimos a vontade de nos chegarmos ao limite do precipício, de entrar em contacto e confronto com o mistério e os elementos naturais, ao mesmo tempo sentimos a impulso de habitar o espaço comumente humano, onde nos sentimos seguros. Estamos, então, perante um paradoxo que corresponde a duas elementares determinações do ser humano: a necessidade de se sentir acolhido, em casa, que se traduz num sentimento de pertença ao território onde se está, e a sua busca por algo superior a si mesmo, pelo seu destino, que se traduz na elevação de espírito que experienciamos no lugar.

*“A inexauribilidade da resposta às exigências constitutivas do nosso eu é estrutural, ou seja, tão inerente à nossa natureza que representa a sua característica essencial. (...) A vida é fome e sede e paixão por um objecto último que surge no horizonte, mas que está sempre para além dele. E é reconhecendo isto que o homem se torna investigador inexaurível. (...) Toda a lei da existência humana consiste simplesmente em tornar possível a cada homem inclinar-se diante do infinitamente grande. Se o homem viesse a ser privado do infinitamente grande, recusar-se-ia continuar a viver, e morreria de desespero.”*¹¹¹

No entanto, o homem que se lança nesta busca não o pode fazer continuamente, sem descanso, e sobretudo sem sentir segurança para tal. Segundo Emmanuel Levinas, *“O sujeito que contempla um mundo supõe, pois, o acontecimento da morada, a retirada a partir dos elementos (isto é, a partir da fruição imediata, mas já inquieta do amanhã), o reconhecimento na intimidade da casa”*¹¹². Ou seja, para o homem que se vê neste confronto com o infinito, no seu íntimo existe já a suposição da existência de uma morada, da sua casa, onde se poderá recolher. Abrigado do domínio da Natureza pode então baixar a guarda e focar-se no seu interior, mas agora, antagonicamente, para dentro. *“O recolhimento, no sentido corrente do termo, indica uma suspensão das reacções imediatas que o mundo solicita, em ordem a uma maior atenção a si próprio, às suas*

¹¹¹ GIUSSANI, Luigi – *O Sentido Religioso, primeiro volume do PerCurso*. Lisboa: Verbo, 2008 [2002], pp. 72-77.

¹¹² LEVINAS, Emmanuel – *Totalidade e Infinito*. Lisboa: Edições 70, 1988, p. 136.

possibilidades e à situação."¹¹³ A interioridade específica do recolhimento ou acolhimento, que se realiza pela casa, é de enorme importância para a incorporação do significado do lugar, e portanto necessário para a resolução das forças que sobre ele actuam neste lugar.

*"A fruição extática e imediata a que (...) o eu pôde entregar-se, adia-se e concede-se uma moratória casa. Mas essa suspensão não aniquila a relação do eu com os elementos. A morada permanece, à sua maneira, aberta para o elemento de que se separa. (...) O trabalho, a partir daí, arrebatará as coisas aos elementos e assim descobrirá o mundo. Este arresto original, a dominação do trabalho, que suscita as coisas e transforma a natureza em mundo, supõe, tal como a contemplação do olhar, o recolhimento do eu na sua morada."*¹¹⁴

Estas duas forças coexistem, sobrepostas, neste mesmo lugar. Porém, nota-se já a possibilidade de, em vez de se confrontarem, resultando numa anulação de ambas, existe no Cabo Espichel a possibilidade de se complementarem. Vejamos o que diz Christopher Alexander sobre a existência deste tipo de forças, e os conseguintes padrões de resolução das mesmas:

"[The patterns] create life, by allowing people to release their energy, by allowing people, themselves, to become alive. (...) A man is alive when he is wholehearted, true to himself, true to his own inner forces, and able to act freely according to the nature of the situations he is in. (...) To be happy, and to be alive, in this sense, are almost the same. Of course, a man who is alive, is not always happy in the sense of feeling pleasant; experiences of joy are balanced by experiences of sorrow. But the experiences are all deeply felt; and above all, the man is whole; and conscious of being real. To be alive, in this sense, is not a matter of suppressing some forces or tendencies, at the expense of others; it is a state of being in which all forces which arises in a man can find expression; he lives in balance among the forces which arise in him; (...) he is at peace, since there are no disturbances created by underground forces which have no outlet, at one with himself and his surroundings. (...) In short, a pattern lives

¹¹³ Emmanuel Levinas – *Totalidade e Infinito*, op. cit., p. 137.

¹¹⁴ Emmanuel Levinas – *Totalidade e Infinito*, op. cit., p. 139.

when it allows its own internal forces to resolve themselves. *And a pattern dies when it fails to provide a framework which forces can resolve themselves, so that instead, the action of the forces, unresolved, works to destroy the pattern.*"¹¹⁵

Torna-se óbvio que, para que o homem habite este lugar, é necessária a resolução deste paradoxo, sob pena de que o significado do lugar fique velado ou seja inoperativo na sua vida, deixando-o num limiar entre a busca por algo eterno e essencial e a sua incapacidade de compreendê-lo. Dissemos, anteriormente, que a presença do oceano é o elemento fundamental neste cabo. Isto é tão mais óbvio quando percebemos que é na sua direcção que se dá o movimento inicial assim que entramos neste espaço. Voltemos às palavras de Bachelard. Este autor refere que é no diálogo com o espaço íntimo que a grandeza do infinito se revela; esta imensidão não vem da observação distante da paisagem, mas sim da profundidade dos pensamentos que nos percorrem nesses momentos. Citando Baudelaire, Gaston Bachelard diz "*Nos Journaux intimes (...), Baudelaire escreve: 'Em certos estados de alma quase sobrenaturais, a profundidade da vida revela-se por inteiro no espetáculo, por mais comum que seja, que se tem sob os olhos. Ele se transforma em seu símbolo.'* (...) *O espetáculo exterior vem ajudar a revelar uma grandeza íntima.*"¹¹⁶ Estas grandezas, interior e exterior, aprofundam-se mutuamente; à medida que a nossa interioridade se aprofunda, assim a imensidão do mundo engrandece diante de nós. "*Quando vive a palavra imenso, o sonhador se vê libertado de suas preocupações, de seus pensamentos, libertado de seus sonhos. Já não está enclausurado em seu peso. Já não é prisioneiro de seu próprio ser.*"¹¹⁷

Ao estar perante este infinito, é a imensidão íntima do ser humano que se revela, é ela o principal foco dos pensamentos. Não se trata aqui de um olhar para dentro inerte, acometido para o seu próprio âmago e lá enclausurado, mas sim de uma projecção no mundo exterior, uma verificação de correspondência e

¹¹⁵ ALEXANDER, Christopher – *The Timeless Way of Building*. New York: Oxford University Press, 1979, p. 105.

¹¹⁶ Gaston Bachelard – *A poética do Espaço*, op. cit., p. 197.

¹¹⁷ Gaston Bachelard – *A poética do Espaço*, op. cit., p. 197.

de pertença. Este tipo de revelação íntima é essencial ao ser humano que, como tal, sempre procurou este tipo de paisagem para esse mesmo fim – como dissemos, nos cabos a relação com o imaterial não se traduz numa busca pelo divino mas pelas respostas metafísicas do nosso *eu*. No entanto, não podemos esquecer que, neste lugar, é a Natureza que domina e o isolamento sentido em relação à ocupação humana é enorme. Apesar das características de atracção do promontório, este não constitui ainda um sítio onde o homem possa habitar e onde se sinta em casa, apesar de o ser potencialmente. Este facto é atestado pelo carácter das ocupações do Cabo Espichel, que apesar de constantes nunca são marcadas por um uso corrente. Recordamos aqui três factores importantes para o que queremos sublinhar: os achados arqueológicos da zona do Cabo que raramente estão ligados a funções do dia-a-dia; o facto de o Cabo ter sido muitas vezes habitado apenas por eremitas, ou seja, uma habitação de cariz excepcional; e a recusa do lugar pelos frades dominicanos. Para que o Cabo Espichel possa ser devidamente habitado, é necessária a resolução do paradoxo que se traduz na possibilidade de o ser humano se sinta seguro, refugiado, no lugar.

IV.I.VI. O RETORNO

Este movimento de retorno à morada é já previsto pelas características do lugar; algumas são as mesmas que, numa primeira instância, nos projectam sobre o mar vasto, outras são apenas apercebidas no limiar do planalto. Após o confronto com os elementos e com o infinito, o nosso olhar desprende-se da linha do horizonte e foca-se na Praia dos Lagosteiros, no fundo da encosta a Norte (Pedra de Mua), de onde vem o único som, o constante rebentamento das ondas contra a costa. Por oposição à entrada do promontório pelo mar adentro, pressentimos agora que é o mar que entra pelo continente, contrariando o movimento inicial de Nascente para Poente, fazendo-se na direcção contrária. Também as barreiras visuais que referimos, a Norte (Cabo da Roca e Lisboa) e a Sul (o restante corpo e a costa Sul do cabo e a Serra da Arrábida), que desenhavam

um eixo Este-Oeste, concentrando inicialmente a nossa atenção no horizonte marítimo, são agora responsáveis pela continuação do movimento contrário e que culmina no horizonte terrestre a Nascente. Assim, o lugar devolve-nos à terra. Mais uma vez não se experimenta uma alteração significativa de nível, antes este retorno é sentido como parte natural do percurso em torno do Cabo.

Este devolver à terra, no entanto, não significa forçosamente ao mundo conhecido. Como referimos, o foco do olhar recai agora sobre o horizonte terrestre, o que não representa por si um território já cosmificado ou cosmificável, habitado ou habitável, necessitando ainda que se constitua um ponto fulcral, um centro de orientação e identificação. Ainda, não sendo um espaço humanizado, isto é, sendo um lugar onde é distintamente a Natureza que impera, *“porque este é um espaço onde se verifica um desnivelado confronto do homem com a imensidão do horizonte”*¹¹⁸, não pode ser abrigo, casa, morada. Não o sendo, dois momentos ficam por realizar neste lugar: primeiramente, o homem não é capaz de receber o significado do contacto com o infinito dentro de si e, depois, na sua vida, pois não se propicia a reflexão forçosa para tal e que emerge do recolhimento; o próprio contacto com o infinito resulta apenas em fruição imediata e não é tão profundo quanto poderia ser, pois não se sente a protecção necessária, o confronto é desigual e não é possível estabelecer o diálogo íntimo devido para que este opere nele. *“O recolhimento necessário para que a natureza possa ser representada e trabalhada, para que se manifeste apenas como mundo, realiza-se como casa.”*¹¹⁹ Depois, ao fazer o percurso de volta para o interior, perde-se a noção estável de pertença ao não ser resolvido o primeiro momento. O conteúdo do lugar permanece assim velado. A força primordial que atrai o homem para este ermo, vinculada ao seu ser sagrado, não encontra uma resposta inteligível, e esta incongruência não se compadece com a sua necessidade de sentir que o espaço que o rodeia lhe é significativo e, assim, essencial à sua existência; também a necessidade de retornar à sua condição telúrica é insuficiente pela falta de nobreza e correspondência nesse gesto.

¹¹⁸ Luís Marques – *O paraíso no «fim do mundo»: O culto de Nossa Senhora do Cabo*, op. cit., p. 9.

¹¹⁹ Emmanuel Levinas - *Totalidade e Infinito*, op. cit., p. 135.

IV.II. PREMISSAS PARA A APROPRIAÇÃO E DESVELAR DO SENTIDO

Percebemos já que a premissa basilar para que o Cabo Espichel constitua um *axis mundi*, pleno de significado, é a resolução do paradoxo entre as forças fundamentais presentes no lugar. Estes são, afinal, parte essencial do *sentido* do Cabo Espichel. Para resolver os dois momentos desse paradoxo, necessário para que a experiência do lugar seja significativa, e portanto capaz de dar ao homem a consciência de pertença que dela emerge, é necessária a introdução de um novo elemento.

Segundo o pensamento de Mircea Eliade, patente na sua obra *O Sagrado e o Profano*, o espaço não é homogéneo; o espaço sagrado funciona como “ponto fixo”, centro de toda a orientação, introduzindo uma ruptura no caos homogéneo que representa o mundo. Para esta diferenciação é necessário um sinal que indique a sacralidade do lugar; ao introduzir um elemento eterno e absoluto finda-se a relatividade e o caos. As hierofanias, ou manifestações do sagrado, traçam uma orientação, mas é ainda fundamental consagrar o espaço através de um ritual. Este ritual, que tem como objectivo a transformação de um espaço pertencente ao Caos (ao desconhecido, ao profano) em Cosmos (o “nosso mundo”) não é mais do que a repetição do acto divino da Criação. “*Ora, a existência humana só é possível graças a esta comunhão permanente com o Céu. (...) não se pode viver no Caos*”¹²⁰; esta cosmização, que é uma consagração, é necessária para habitar um espaço, quando esta ocupação não é provisória. Ao criar este espaço sagrado define-se o *axis mundi*, essencial para a instalação num território, do qual é centro e a que se estende a partir dele.

O Cabo Espichel possui as duas características fundamentais para ser este eixo de fundação de um território orientado ao ser um ponto que exprime o contacto entre Céu e a Terra (e, como tal, com a capacidade de ser Centro do Mundo) e ao ter uma cortês ligação com a terra (fundamental para corresponder à condição finita do homem, apelando à necessidade que este tem de habitar o mundo terreno, e não apenas os lugares de contacto com o divino).

¹²⁰ ELIADE, Mircea. *Mitos, Sonhos e Mistérios*, op.cit., p.47

Estas duas características são, como dissemos, coincidentes, pelo movimento unicamente horizontal e numa direcção Este-Oeste perfeitamente definida, algo único num lugar com as condições por este reunidas: comparando com outros locais que possuem esta horizontalidade muito determinada, como o Cabo de São Vicente, compreendemos que aqui, pela conformação espacial dos limites visuais (Cabo da Roca e a encosta de Lisboa, a Norte, e o restando cabo e a Serra da Arrábida, a Sul), ou seja, pela sua fortíssima componente axial, este movimento horizontal é mais impetuoso e manifesto.

Mas esta fruição imediata dos elementos não é, para o homem, o seu objectivo final, pois assim o significado destes permanecerá sempre incompreensível devido ao desmesuramento vivido. Para que a compreensão do espectáculo que tem diante de si é necessária a familiaridade (pois o homem não compreende e não consegue viver com aquilo que não conhece profundamente) com essas mesmas coisas, com o mundo. *“A familiaridade e a intimidade produzem-se como uma doçura que se espalha sobre a face das coisas. Não somente uma conformidade da natureza com as necessidades do ser separado que de chofre dela frui e se constitui como separado – ou seja, como eu – nessa fruição; mas doçura proveniente de uma amizade em relação a este eu.”*¹²¹ O homem não retira a sua graça e o seu sentido da satisfação dos elementos (apesar de terem sido estes a iniciar todo o movimento), mas da familiaridade e intimidade que do recolhimento advêm. *“O recolhimento necessário para que a natureza possa ser representada e trabalhada, para que se manifeste apenas como mundo, realiza-se como casa.”*¹²² Para o homem que frui deste espectáculo, o recolhimento íntimo que se dá na morada é essencial para que, dando atenção à sua própria situação, à sua dimensão no mundo, possa compreender o significado das coisas.

Não tendo sido desvelado o significado por não constituir o cabo uma morada, este não pode ainda ser Centro do Mundo, e é então necessária a sua consagração (que terá existido, provavelmente, noutros tempos, e cujos

¹²¹ Emmanuel Levinas – *Totalidade e Infinito*, op. cit., pp. 137-138.

¹²² Emmanuel Levinas – *Totalidade e Infinito*, op. cit., p. 135.

elementos físicos terão desaparecido). Os dois momentos que resultam no paradoxo, supramencionado, não são totalmente resolvidos pelas características naturais do lugar. Recai então sobre o homem a feitura da sua resolução.

*“To dwell between heaven and earth means to ‘settle’ in the ‘multifarious in-between’, that is, to concretize the general situation as a man-made place. (...) When the man-made environment is meaningful, man is ‘at home’. (...) The man-made environment where he lives is not a mere practical tool or the result of arbitrary happenings, it has structure and embodies meaning. These meanings and structures are reflections of man’s understanding of the natural environment and his existential situation in general.”*¹²³

Para que o homem habite o Cabo Espichel, ele tem de construir o seu mundo, incorporando nesse acto a sua experiência do lugar; uma experiência, relembramos, intrinsecamente religiosa, e específica pelo seu movimento unicamente horizontal. Mais ainda, para além de ser significativa por si, estabelecendo um centro para a habitação do espaço, é consequentemente responsável por um desvelar do significado do lugar. Só assim lugar e arquitectura criam um conjunto que serve de morada ao homem. Para ilustrar este argumento, recorreremos à comparação de Martin Heidegger entre uma obra de arquitectura a uma ponte:

*“(...) the landscape as such gets its value through the bridge. Before, the meaning of the landscape was ‘hidden’; and the building of the bridge brings it out into the open. ‘The bridge gathers Being into a certain ‘location’ that we may call a ‘place’. This ‘place’, however, did not exist as an entity before the bridge (...), but comes-to-presence with and as the bridge’. The existential purpose of building (architecture) is therefore to make a site become a place, that is, to uncover the meanings potentially present in the given environment.”*¹²⁴

¹²³ Christian Norberg-Schulz – *Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture*, op. cit., p. 50.

¹²⁴ Christian Norberg-Schulz – *Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture*, op. cit., p.18.

Para que um lugar manufacturado seja significativo destes dois modos, e assim completo, ele tem de ser uma expressão nodal do entendimento que o homem tem sobre a Natureza que o rodeia naquele sítio. Primeiramente, a obra torna inteligível as forças que actuam sobre nós, repetindo-as ou resolvendo-as na sua forma final. Depois, enfatiza a própria Natureza, tornando-a manifesta. Com este fim, o homem desenvolveu ao longo do tempo três atitudes para com o ambiente que o rodeia, aquando da edificação de uma obra. Christian Norberg-Schulz define-as como visualização, complementação e simbolização. As duas primeiras referem-se à vontade de tornar inteligível as determinações do espaço natural que no lugar actuam; a simbolização corresponde à ênfase da Natureza e do seu significado. A visualização traduz-se na vontade em repetir o que a Natureza revela, em ver construído o seu entendimento desta, ou seja, na transcrição directa das características naturais para a obra (*"Where nature suggests a delimited space, he builds an enclosure; (...) where nature indicates a direction, he makes a path."*¹²⁵). A complementação, claro está, exterioriza-se na adição daquilo que falta no lugar para que o homem o habite. A simbolização implica a translação do significado directamente para a obra, tornando-o manifesto: *"A natural character is for instance translated into a building whose properties somehow make the character manifest."*¹²⁶

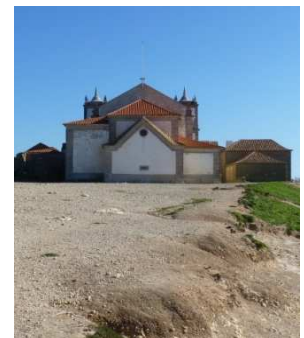
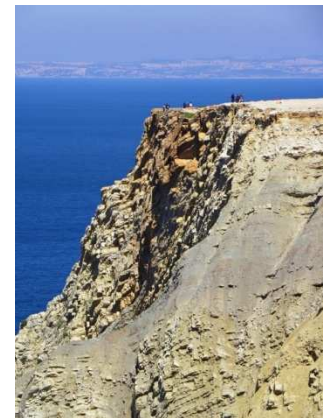
IV.III. O ESPÍRITO DO LUGAR CONSTRUÍDO

Vimos já as várias forças naturais presentes no Cabo Espichel, com particular destaque para as que definem o paradoxo (a presença forte e áspera da Natureza e a ligação gentil ao território), e as premissas para a sua resolução. Veremos agora de que maneira actuam essas forças após a construção do edificado, reconstituindo o percurso descrito anteriormente, mas tendo agora em conta a presença do Santuário. Importa aqui referir que a descrição que

¹²⁵ Christian Norberg-Schulz – *Genius Loci: Towards a Phenomenology or Architecture*, op. cit., p. 17.

¹²⁶ Christian Norberg-Schulz – *Genius Loci: Towards a Phenomenology or Architecture*, op. cit., p. 17.

faremos neste capítulo tenta apreender o Santuário aquando da sua construção, e portanto sem as recentes intervenções ou ruína, na tentativa de retratar a sua essência.



Figuras 53 a 64.
Ilustração do percurso
descrito nas próximas
páginas. (Figura 55 de
Bernardo Soares, figura
56 de Gonçalo Elias,
figura 61 de Agostinho
Russo, restantes
fotografias do autor).

IV.III.I. APROXIMAÇÃO AO CABO ESPICHEL

Ao aproximarmo-nos do Cabo, percorrendo a planície que o antecede, e pouco depois de deixarem de aparecer as casas unifamiliares que ladeiam o caminho, apercebemo-nos da existência de um aqueduto rasteiro que acompanha a estrada. Ao dirigir-se na direcção da costa, deixa antever que o local pode ser habitado. A sensação de isolamento mantém-se, mas agora não é uma solidão desamparada, e portanto não opressora. O primeiro indício visível do conjunto arquitectónico é o topo da igreja, o que desvenda de imediato o carácter consagrado do local. Não sendo ainda sensíveis estes dois factores, a sua existência serve de preparação psicológica para uma situação bastante diferente daquela que seria experimentada se o lugar fosse desabitado. Importa compreender que esta situação era negativa em dois pontos distintos: primeiro, porque a sensação de insegurança cresce à medida que nos afastamos do mundo conhecido, familiar; segundo, e se nos lembrarmos de que o Cabo Espichel era a derradeira paragem de romarias, a sensação de isolamento não deveria ser fácil de suportar durante um curso tão árduo. Assim, a linha do aqueduto, primeiro, e depois o topo da Igreja, encimado pela cruz, são sinais claros que revelam a existência de um espaço humanizado no culminar do percurso; estes não são, contudo, habitações, lugares de permanência humana, e portanto o Cabo Espichel continua a ser considerado “fora do mundo”. Inicia-se aqui a corroboração da atractividade inerente do Cabo Espichel, sendo que agora se sente o percurso mais completo, como um sair para fora acompanhado e com a presença de algo que reconhecemos no seu fim.

Quando o caminho se apega ao morro anterior ao planalto, deixamos novamente de ver o Santuário, descemos um pouco e conforme o vamos contornando apercebemo-nos de que há uma depressão no percurso; pouco depois uma pequena construção arruinada de dois pisos e ligeiramente afastada das hospedarias; a seguir vemos um muro do lado direito dessa mesma depressão. Temos aqui de referir que, para lá deste baixo muro (baixo porque está numa cota inferior a nós no momento em que o vemos e não pela sua

altura), existia antes o que se presumia ter sido um jardim frondoso, com árvores e flores e, mais importante, fontes de água, sendo que existia também uma do lado de fora do recinto e adjacente à estrada. É fácil supor que este jardim confinado seria semelhante a um Paraíso para os muitos peregrinos que chegavam do Santuário, após um caminho longo e sob um sol intenso; ver este recinto de uma posição privilegiada, porque o nosso olhar está acima do ponto mais alto do muro, deveria ser um motivo de deleite. Logo depois deste muro o caminho abre, libertando o campo visual e descobrindo o arraial. À esquerda, nada vemos para além do restante Cabo e do edifício do farol; à direita, entre a ala Norte das hospedarias e o outeiro da casa da água, vislumbramos uma parte do oceano e da costa, e é apenas esta pequena paisagem que nos dá a entender que estamos numa finisterra. É na praça e nas alas que a delimitam que se foca a nossa atenção, e é sem surpresa que o nosso movimento nos dirige para lá.

Neste segundo momento da aproximação, e merecendo maior destaque que o descrito no capítulo *Espírito do lugar*, apercebemo-nos da facilidade em chegar até este promontório, através de um caminho quase sempre plano, linear e sem alterações no seu aspecto, como se este fosse a um tempo só a continuação natural do percurso e o seu culminar, que consolida a atracção ao Cabo. Este é, como já dissemos, o primeiro momento do paradoxo singular que se manifesta neste sítio. São vários os elementos que contribuem para confirmar esta situação, tornando-a mais inteligível, e todos eles de uma simplicidade surpreendente. Primeiro, a presença do antigo jardim murado, ladeando a Casa da Água, que introduz um elemento de excepção na paisagem árida da região e anuncia distintamente um local de repouso, tão desejado pelos romeiros. Depois, a abertura do arraial; são os braços do conjunto que nos trazem para o seu interior, quer através do edifício à nossa frente (no extremo sudeste do conjunto) que propositadamente se inflecte, rebatendo o nosso olhar para a praça, quer pela propositada assimetria entre as alas, em que a do lado oposto à nossa entrada se estende e limita o nosso campo visual, ou pelo ritmo constante e ininterrupto das arcadas, às quais não vemos o fim e, como tal, somos atraídos para elas e para o percurso que indicam e demarcam. Por último, os limites

laterais: à esquerda, a figura obstrutora do restante cabo, à direita um vislumbre do mar entre a hospedaria Norte e a Casa da Água, e esta última que nos devolve o olhar ao arraial. Este indício do oceano não é mais do que uma sugestão da nossa posição no limite da costa terrestre, uma vez que a paisagem não é de todo arrebatadora, devido ao corte abrupto originado pelas construções, como que criando uma moldura imóvel e estática.

A presença serena e inabalável do Santuário poderia acarretar uma interrupção do nosso movimento, deixando-nos suspensos entre a terra e o mar, numa atitude discordante das forças do lugar, ou originar a deslocação numa outra direcção que não a que o Santuário produz e que seria contrária à indiciada pelo próprio Cabo; mas a atracção irresistível do arraial promove a continuação do nosso percurso, sempre na direcção do mar. O vislumbre do azul do céu para lá das duas passagens que ladeiam a Igreja reforçam esta vontade. Esta é uma das mais fortes marcas do acto denominado de *visualização* por Norberg-Schulz aquando da construção do Santuário: o Cabo determinava um movimento axial Este-Oeste e a forma do conjunto arquitectónico não só a reproduz como a torna mais clara e sensível. Desta forma, entrar no recinto é um gesto natural, o que corrobora e acentua a original facilidade em aceder ao planalto.

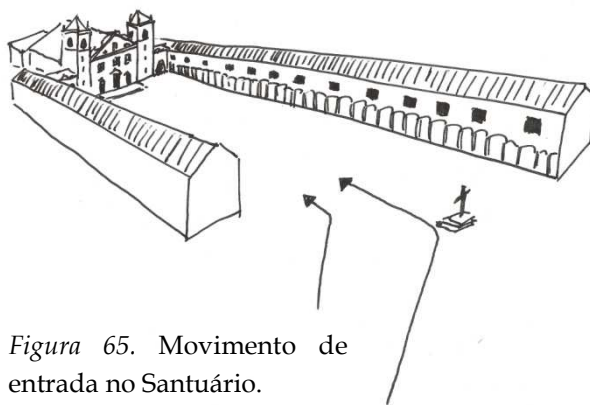


Figura 65. Movimento de entrada no Santuário.

IV.II.II. A ENTRADA NO SANTUÁRIO

No momento anterior à entrada na praça (que se faz lateralmente, a Sudeste) existe a tal depressão no terreno que, uma vez ultrapassada, nos leva a sentir que estamos dentro do Santuário. Esta sensação é acentuada por uma assimetria entre as duas alas maiores da praça, em que a mais próxima está recolhida e a do lado oposto, a Norte, se prolonga, fechando a nossa visão da

falésia. Em simultâneo, a existência da Casa da Água e o recinto adjacente (onde seria o jardim referido anteriormente), que encara a praça desde uma colina situada mais a Este, devolve a nossa atenção sobre esta e limita visual e fisicamente o terreiro. O complexo do Santuário é, tal como o promontório, aproximadamente rectangular e podemos observar que as direcções principais de ambos são coincidentes. Todo o espaço que temos diante de nós é plano e suave; o ritmo constante das arcarias dirige e acompanha o nosso olhar para a Igreja e o solo poeirento mas macio, em conjunto com o limite entre este e os panos verticais, dão-lhe uma aura de interioridade, uma sensação de estar dentro estando fora.

No extremo Este do arraial está um cruzeiro que delimita simbolicamente a praça; esse remate visual dá-se mais concretamente na Casa da Água. Depois de atravessarmos essa fronteira figurada a envolvimento é completa; nada mais vemos senão as hospedarias de um lado e de outro da Igreja, uma vez que o nosso olhar continua a tender para Oeste, onde a Igreja encabeça o espaço tanto em posição como em hierarquia. Esta, de frente para nós, contraria assim a orientação habitual com o altar para Este e reforça as vocações pública e protectora do conjunto; sendo um templo, é por excelência o marco de um lugar construído para a habitação do homem visto implicar a consagração do espaço.¹²⁷ Experimentamos também uma eliminação substancial do vento e do som, o que reforça a solenidade e a sensação de espaço interior. Para além disso, apesar de as habitações serem em módulos (loja e sobrado), estes não estão separados, o que resulta numa leitura fortemente unitária; o conjunto é monumental e enorme, mas o espaço que cria no seu cerne gera uma sensação de estar dentro, protegido.

¹²⁷ “[O] estabelecimento desses locais de culto, frequentemente implantados em sítios altaneiros e que assim se transformavam em pontos de referência e de orientação para as populações, representava segundo Pedro Penteado ‘a conquista de um novo espaço para a vida da Cristandade. O sagrado permitia, desta forma, domesticar a natureza selvagem por parte da comunidade envolvente e afastar do local as forças obscuras existentes. Ao mesmo tempo, representava a ruptura com o domínio do caos, através da elaboração de um novo espaço organizado, habitado e dominado pelos homens na arquitectura do cosmos’.” Heitor Baptista Pato – *Nossa Senhora do Cabo*, op. cit., pp. 58-59.

A fachada das hospedarias é composta, no piso térreo, pelo ritmo constante da arcada que suaviza a relação entre a horizontalidade do arraial e a verticalidade da frontaria. Mediando o arraial e as lojas, a galeria amortece a ligação entre o espaço privado das hospedarias e a praça pública. Os arcos manifestam uma relação imediata com o corpo humano, que é transposta para as galerias. As arcarias são irregulares, com variações em altura e largura, como se a sua génese tivesse sido biológica; os vãos são de pequenas dimensões, comparativamente ao pano da parede, com uma proporção quase quadrada, de feição saloia; os telhados com o sanqueado português característico, que origina um encurvamento suave na terminação das coberturas, são de duas águas (sendo que do arraial apenas vemos uma), o que cria uma fronteira mais hermética, sólida mas suave, aumentando a percepção de interioridade (por oposição aos de quatro águas que ainda perduram, sendo que se supõe terem sido, em tempos, todos assim); as hospedarias têm dois pisos e de cada módulo é desenhado através uma geometria simples; as superfícies são rudes e rugosas, mas ainda assim dão às paredes uma aparência homogénea.

Todas estas qualidades formais e expressivas, esta simplicidade rústica, próxima da natureza, numa linguagem identificável como saloia, conferem a um espaço de dimensão considerável um cunho humano, confortável. Este é parte da essência desta arquitectura: o sentimento de pertença ao espaço envolvente e que comunica directamente com a nossa natureza. E para que o conjunto seja lido como parte do espaço envolvente, estas qualidades são, como não poderiam deixar de ser, assimiladas do meio natural através dos processos de *visualização* e *complementação*: tal como nos promontórios, a forma dos vários elementos é clara e linear (aproximadamente paralelepípedica), com limites precisos; o espaço do arraial, acolhedor, é semelhante aos das praias entre promontórios (como por exemplo, a Praia dos Lagosteiros, a Norte); as paredes, maciças como a rocha, são da mesma cor e textura dos promontórios; o eixo Este-Oeste que orienta o conjunto é uma representação do sentido no lugar, pelo movimento na direcção do mar e pelos limites visuais; o arrojo desta arquitectura (e também da Ermida da Memória, no exterior), incessantemente

batida pelo vento, reflecte o sentimento exacto que temos ao olhar para os promontórios, protegendo-nos no seu interior tal como o fazem as muitas grutas existentes na região (mais importante para o homem antigo do que para o do nosso tempo). Esta arquitectura vernacular combina na perfeição a proximidade com a terra e a necessidade de conforto e ordem para a habitação humana.¹²⁸ Esta semelhança entre arquitectura e espaço natural é, então, responsável pelo sentimento de pertença, familiaridade e hospitalidade neste espaço. A sensação de acolhimento desce sobre nós, gravemente, e sentimos todo o descanso da arquitectura que nos envolve.

IV.II.III.SAÍDA PARA O EXTERIOR

Esta recepção que nos faz o edifício não é mais do que um trecho efémero do trajecto que fazemos, pois durante todo este tempo não parámos de nos deslocar na direcção do oceano. Como referimos anteriormente, é no infinito que se prende a nossa atenção ainda que este não esteja visível; é uma vontade intrínseca. A grande maioria das pessoas que hoje se deslocam ao Santuário entram na praça e cruzam-na diagonalmente na direcção Sudeste-Noroeste¹²⁹.

¹²⁸ Temos, aqui, de mencionar uma semelhança notória e surpreendente com a arquitectura vernacular romana: *"From early times, thus, Rome possessed a "double spatial structure: the vernacular cluster of settlements with roots in the earth to which it belongs, and the abstract axis which made the city become a focus of a more comprehensive totality. The main property of the first component is the "idyllic" enclosure of the urban spaces, the second, instead, aims at axial symmetry. When these two components are combined, a particular kind of architectural unit comes into being: an axially ordered enclosure, which may be considered the basic element of Roman architecture."* Também aqui a influência de Sebastiano Serlio se faz notar: *"Serlio's characterization of the rusticated wall as opera di natura, a concept which proves that the architecture of the cinquecento still recognized its vernacular roots."* Christian Norberg-Schulz – *Genius Loci: Towards a Phenomenology or Architecture*, op. cit., pp. 149 - 157.

¹²⁹ Importa aqui dizer que este movimento foi observado antes das novas alterações realizadas no Santuário: a colocação de pilaretes metálicos que impõem um limite artificial no arraial leva algumas pessoas a não ultrapassar essa barreira e a contornar o edificado por fora; a gravilha que foi espalhada no arraial não só impossibilita o silêncio, como transtorna por completo o andar das pessoas ao longo do espaço, torna-o mais cansativo, mais instável porque sentimos o movimento das pequenas pedras e muito menos cómodo que o pavimento anterior; sendo um material estruturalmente diferente da simples areia traz modificações ao diálogo entre os três elementos – arraial, hospedarias, igreja – e retira a pobreza característica do exterior, devido ao seu som rico e complexo, levando muitos a percorrê-lo ao longo das galerias, numa subversão clara deste movimento ritual defronte à Igreja, acarretando uma perda de significado.

Esta direcção deve-se sobretudo ao facto de, antes de entrarmos no terreiro, nos termos apercebido do mar a Norte mas não a Sul, devido à presença obstrutora do restante cabo; este gesto é uma resultante das barreiras visuais que se fazem sentir neste promontório específico do Cabo, já mencionadas, a Norte com Lisboa e a Serra de Sintra e a Sul com o restante Cabo, bem como do movimento induzido pelo arraial e arcarias. Ladeando a Igreja temos duas passagens estreitas em arco, na mesma direcção de todo o restante conjunto; a mais utilizada para sair da praça é, naturalmente, a Norte. Este estrangulamento torna o embate com o exterior muito mais arrebatador.

Dentro do arraial, é o sentimento de interioridade que domina, pautada pelas várias características que mencionámos na descrição do percurso por entre o mesmo. A supressão da acção dos elementos, genuínos numa finisterra, pode parecer contraditório à índole do lugar: este é um produto da necessidade de abrigo próprio do homem. No entanto, serve ainda outro propósito. Devido ao ritmo constante das fachadas das hospedarias, à presença da Igreja e das duas pequenas passagens adjacentes, e à consciência que temos da posição do mar, é para Oeste que nos dirigimos e, após escaparmos para lá do estrangulamento das estreitas (em relação à dimensão do arraial) passagens, dá-se o impacto com os elementos. Este embate, após o hiato que experienciamos no arraial, é tão mais forte por essa mesma razão. Propositadamente, a arquitectura cria uma barreira, física e simbólica, robusta e perceptível entre dois espaços de valores inconfundivelmente diferentes, e que servem duas vontades também elas distintas. De súbito, todas as características mais pungentes do local, que não se ajustavam à identidade do arraial, dominam o espaço que lhe segue; a arquitectura do conjunto do arraial elege as características do lugar que servem o seu propósito e relega para um espaço ulterior as que não se adequam. O vigor das rajadas de vento; o terreno acidentado e rude; o ampliar do campo visual, que se estende agora, para Oeste, até à linha do horizonte (e para Norte até Lisboa e Cabo da Roca); a desprotecção face ao abismo, com o recorte da escarpa em evidência; o som e a presença marcante do Oceano, que ganha importância à medida que nos

aproximamos da encosta; a apreensão das características naturais do lugar é total. O silêncio impera, ainda, mas é qualitativamente diferente, porque parte de nós e da nossa vontade e não do ambiente. Este silêncio específico implica que estamos agora com a atenção necessária

para a apreensão da Natureza, ou seja, dos elementos exteriores que se repercutem no nosso *eu* e facultam uma experiência ao nível metafísico.

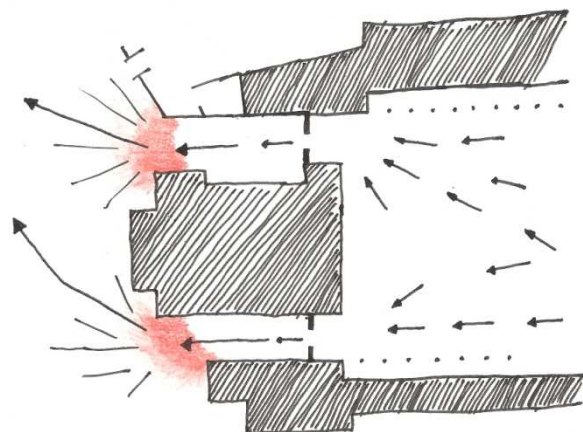


Figura 66. Momento de saída para o exterior.

O nosso andar continua para Noroeste, para o canto quase a 90° entre a encosta a Norte e a Oeste. É aí que o contacto com o infinito atinge o seu auge, descrito acima; mas agora esta ligação foi enaltecida. Por termos percorrido o espaço afável e silencioso da praça, não só o confronto é mais súbito, como sentimos agora a segurança necessária para nos deixarmos levar por este diálogo. Mesmo a presença da Ermida da Memória serve este propósito: apesar de não estar, de todo, isolada no local, a pequena construção goza de uma privacidade absoluta, ainda mais marcada após a construção do restante complexo, que lhe volta as costas. A Ermida traz ao de cima, com a sua presença cúbica embutida na topografia irregular, tanto os acidentes da paisagem como o isolamento que se experiencia e que partilhamos com ela. No exterior, o Santuário volta-nos as costas e, ao deixarmos de ser o centro da sua atenção, focamo-nos no horizonte com um renovado sentimento de liberdade, facilitado pela abertura da perspectiva e pelo isolamento¹³⁰; ainda assim, o sentimento de segurança, necessário ao conforto psicológico para que nos possamos abandonar aos elementos, não nos deixa por completo, pois a presença do Santuário (e também da Ermida) se continuam a fazer sentir. O Santuário provem-nos do isolamento acompanhado (como o progenitor que

¹³⁰ Ver capítulo *Leitura Formal*, página 81.

observa, a uma distância que lhe dê liberdade de movimentos, o seu filho dando os primeiros passos) fundamental à contemplação da grandeza que se quer significativa e operativa.

IV.III.IV. O RETORNO

Depois, dá-se o movimento no sentido contrário. Aqui os percursos variam, apesar de serem sempre para o interior do território. O mais comum, pela nossa observação, implica uma passagem pelo pátio da Ermida da Memória, um local privilegiado para observar a Praia dos Lagosteiros, de onde vem o som das ondas embatendo contra a costa e que é, como foi referido, um ponto fulcral para o retorno à terra. Verifica-se uma subversão do princípio de que nestes pátios o nosso olhar se vira para o céu; neste caso, a vocação do pátio não é olhar para cima, mas olhar para baixo, para as vagas, e em frente, para o horizonte. A existência deste adro lançado sobre a paisagem oferece ao fruidor uma tribuna privilegiada sobre aquilo que o envolve, incluindo além do abismo, todo o planalto. Seguidamente, ao voltarmos as costas ao mar, de novo o Santuário ganha lugar de destaque; este, em boa verdade, nunca deixou de se fazer sentir, sendo a sua presença a garantia de algum amparo e protecção aquando do nosso confronto com a Natureza. Esta segurança promete algum equilíbrio ao nosso diálogo com as forças naturais, que sem a presença do edificado seria demasiado desigual e perante o qual nos sentiríamos diminuídos, não sendo capazes de o apreender e aquilo que ele presta à nossa interioridade. Voltamos ao arraial, por fora e ao longo da fachada Norte do conjunto, ou, mais comumente, invertendo as nossas passadas e atravessando de novo o limite entre o arraial e o exterior pelas aberturas em arco que ladeiam a Igreja.

Já dentro do arraial experienciamos dois momentos distintos. Primeiro, e mais uma vez, a supressão substancial dos elementos. Esta alteração é agora vista como protecção e que representa aqui a criação do elemento fundamental

para a morada; ao impor uma barreira física perceptível pelos vários sentidos face às forças naturais, o Santuário é, pela sua forma, dotado de características para prestar o acolhimento essencial. Esta não é uma introversão isolada, pois o arraial é um espaço essencialmente lido como comunitário: os telhados comuns a vários módulos, as galerias, as escadas e equipamentos comuns, as paredes lidas como massas uniformes perfuradas por janelas e portas iguais, mas sobretudo o frente a frente entre as duas alas de habitações e em frente à igreja, é notório que estamos agora num espaço e num território pertencentes a uma comunidade – esta será, porventura, a sua grande diferença em relação ao estilo da arquitectura saloia. O Santuário prepara-nos desta maneira para a habitação em sociedade, para o retorno ao território que o próprio lugar indica e o íntimo humano exige.

Tal como no exterior, de novo predomina o silêncio, mas diferente na sua essência pois não vem de nós e sim da envolvente; enquanto que no exterior o silêncio provinha da atenção que dedicávamos aos elementos circundantes, aqui a nossa atenção volta-se para o som interior e cria-se o diálogo com o nosso *eu* íntimo, e não com o nosso eu projectado no mundo e no divino, possibilitado pela protecção face aos elementos, separação até, que nos concede o Santuário. A expectativa de encontrar o acolhimento necessário para um movimento de introspecção, um virar-se para dentro, é assim comprazida. Tal como a arquitectura saloia, com poucos e exíguos vãos e onde as próprias habitações e colectivos se viram para dentro, voltando as costas ao exterior, também o Santuário assume esta introversão. O edificado propicia a meditação e o confronto com o eu, nos seus dois sentidos, para dentro e para fora, tanto no interior da praça como no exterior. Assim, a interacção entre o indivíduo e o espaço é diferenciada: enquanto que o espaço exterior nos estimula e inquieta, dando resposta a um desejo de infinito, o espaço interior da praça oferece protecção e faculta a interioridade específica do ser acolhido.

É aqui necessário um esclarecimento: o Santuário apresenta-se-nos, hoje, diferente daquilo que seria durante os séculos da sua ocupação mais activa.

Como vimos no capítulo *Leitura Histórica*, no Cabo Espichel as festas religiosas eram exactamente isso: comemorações. Para além da celebração litúrgica, havia peças de teatro, bandas, touradas, toda a procissão era feita com grande pompa. Este espaço, o arraial, era propício para receber os romeiros e as suas festas, como podemos ver em algumas fotografias do século passado e mesmo já deste século. A festa é ainda possível, aqui, pois foi com isso em mente que se construiu esta forma, mas o seu carácter, a sua alma está seriamente alterada e é hoje mais triste do que era, o que, como não poderia deixar de ser, tem severas implicações em nós e no nosso entendimento do espaço. O cercado em volta da Casa da Água, como dissemos, não é mais a representação de um Paraíso neste lugar seco e exposto. Mais relevante, as portas e janelas das hospedarias estão entaipadas, e esta só muito recentemente foi pintada de novo. O Santuário ganhou um ar de abandono pelo decréscimo do número de pessoas e da grandiosidade das ocupações; em suma, o conjunto é hoje um fantasma da sua antiga presença. O que referimos anteriormente, a introspecção e protecção que o arraial proporciona, sempre existiu e não deixa de estar presente, mas o seu carácter festivo, o seu semblante calmo mas alegre mudou-se num mais triste, abandonado e imóvel. Esta imobilidade do conjunto sempre esteve presente e é porventura uma das suas características essenciais, pois só deste modo ele é capaz de gerar a estabilidade anímica aos seus visitantes, necessária à habitação deste espaço; a passagem do tempo engrandeceu esta dimensão, pois agora o Santuário parece ainda mais entrosado ao lugar natural, auferindo de uma aura de eternidade. No entanto, o conjunto arquitectónico tinha a capacidade de se transformar nesse espaço alegre, receptivo e caloroso, pondo-se em movimento quando a circunstância assim o exigia – sobretudo durante as ocupações por parte dos romeiros. É nossa opinião que o Santuário não mais o consegue fazer, tendo-se perdido esta sua dimensão.

Em segundo lugar, depois do momento de introspecção, o arraial dirige o nosso olhar para o interior do território. As hospedarias alongadas, que inicialmente nos atraíam para o seio do conjunto, criam agora um ponto de fuga visual para Este que culmina na Casa da Água. Desta maneira, o Santuário não

só recria, através da sua forma, a predisposição natural do lugar (relembremos as barreiras visuais que formam um eixo Este-Oeste), como enfatiza-a e torna-a inteligível. A introdução deste eixo longitudinal retira a auto-suficiência do terreiro, ligando-o ao mundo. A especificidade desta arquitectura, um recinto ordenado por um eixo, como referimos anteriormente, totalmente aberto num dos seus topos, dirige-nos, neste caso, para o interior. Enquanto que, no momento do movimento no sentido do mar essa abertura não era necessária, porque é fortíssima no ser humano, aqui a arquitectura incorpora o mesmo vigor no sentido da terra, dando-lhe significado. Sentimo-nos, então, atraídos de novo para o interior, para a terra, para o espaço cosmificável. E como que confirmando essa concepção, a presença do cruzeiro ao fundo da praça, em linha com a Casa da Água e à frente do território visível, torna-se símbolo da consagração deste espaço, permitindo e apadroadando ao mesmo tempo o retorno à terra que agora se torna habitável. A junção deste dois momentos, introspecção e consagração, permite que emergja dentro de nós a noção de centro, de *axis mundi*. É neste ponto fulcral que o Santuário resolve a última força presente, e a que seria mais difícil de superar: o devolver-nos à terra com um sentimento claro de pertença, e portanto significante.

Este aspecto característico do Cabo tem uma admirável relação com as ocupações sazonais dos peregrinos, onde o voltar é fundamental. Isto é ainda mais espantoso quando nos apercebemos que as características que induzem uma ocupação temporária, aliada à apreensão do significado assimilado pelo homem no tempo posterior ao retorno da viagem, advêm primeiro do lugar natural e só depois foram incorporadas pela arquitectura. O homem não pode viver para sempre no estado de graça que recebe na presença do Mistério, que aqui, no Espichel, se sente. Mas depois de aqui estar, de aqui habitar, opera-se uma mudança no nosso eu; cada um de nós, e daqueles que aqui vieram, se viveram a experiência que este lugar proporciona, regressará para que mais uma vez a possa viver, e prestar homenagem. A ocupação aqui será, portanto, sempre cíclica e não ininterrupta. O carácter unitário deste conjunto arquitectónico, que é mais que uma junção de vários edifícios de vários tempos,

guarda a sua capacidade de renovação, de ser sempre diferente mas com uma mesma alma eterna, e assim esta arquitectura preserva e induz o carácter cíclico da sua própria ocupação.

IV.III.V. HABITAR O SANTUÁRIO

É hoje muito difícil ter um correcto entendimento sobre como é habitar neste Santuário. As portas e janelas das hospedarias estão entaipadas e é impossível lá entrar; o abandono geral em que caiu o conjunto, cujo resultado se nota não só nas construções, mas sobretudo no diminuto número de visitantes que recebe, tornam essa tarefa mais custosa ainda. Mas através dos relatos da permanência dos romeiros podemos trazer alguma luz sobre o habitar no Cabo Espichel.

Sobre o *círio de Sesimbra*, Luís Marques enumera os seguintes aspectos: *“Nessa viagem de cerca de duas horas [desde Sesimbra ao Cabo], o meio de transporte mais utilizado era a carroça. Alugavam-mas, geralmente, aos camponeses da Azóia. Levavam, entre outros objectos, roupas para as camas, utensílios domésticos e mantimentos, entre os quais, feijão, massa, azeite, carapaus secos, sapatas (...) e cademontes secos (...), aguardente e licores. Ao chegarem ao arraial davam as três voltas ao cruzeiro [um ritual comum a outros círios ao Espichel]. Depois dirigiam-se ao caseiro que lhes dava as chaves, procedendo de imediato à limpeza da sua nova habitação. Distribuíam-se, frequentemente, três ou quatro famílias por cada uma das lojas ou sobrados. Era também neste dia que as mulheres executavam a «esfrega» do chão da igreja. (...) Enquanto decorriam os dias da festa, apareciam os feirantes, bem como alguns agricultores de Azóia a vender pão e outros produtos (...). Neste ambiente de descontração, propício ao ludismo, irrompiam sempre iniciativas espontâneas como as «mascaradas» (...). Os foguetes constituíam uma componente insubstituível da festa (...). No sábado, as raparigas iam ao campo apanhar flores para decorar o andor da S^a. do Cabo. À tarde, havia garraiada na Mãe-d'Água. Pouco depois do jantar realizava-se o*

baile na antiga casa do Círio de Lisboa que se prolongava pela noite fora. Por vezes havia sessão de fados.”¹³¹

Confirmando outras informações obtidas, já apresentadas ao longo deste texto, o equipamento das hospedarias era escasso, sendo tudo o mais necessário à sua habitação (para além dos fornos, mesas e bancos e cabides, que já existiam nas habitações) levado pelos romeiros. O dia da chegada ao Santuário é marcado pela preparação da estadia, tanto dos espaços (limpezas e colocação dos candeeiros de iluminação nocturna ao longo do arraial) como das próprias pessoas (através de rituais que reiteram a sua união com o espaço, como é o caso das voltas ao cruzeiro, que antes era em volta de todo o conjunto). Este preparar da nova morada parece-nos de importância fundamental, pois a habitação deste lugar implica uma distanciação da vida quotidiana e, no caso do Cabo Espichel, do próprio lugar onde se dá essa vivência. Mas, porque estes dias eram dedicados à comemoração e devoção, não é só o espaço que se habita que se distancia do dia-a-dia, mas o próprio espírito individual se transforma longe das actividades rotineiras e voltado para as necessidades imateriais, e a imaginação do peregrino prevê os dias de festa: segundo Luís Marques, era comum ouvir-se, nos meses antes das festividades, os romeiros dizer “*Já cheira a Cabo! Já sinto a Festa da S^a do Cabo!*”.

“Este afastamento das povoações está interligado com o próprio conceito de sagrado, que tem como base a ideia de separado (...); o que implica uma “utilização” não diária e logo muito mais socializada.”¹³²

Então, esta vivência extraordinária, marcada pelo ambiente de festa e pela simplicidade dos meios, acarreta também a experiência de um sentimento comunitário mais intenso, dando lugar a uma aura de mundo singular que abrange as pessoas que a este lugar se deslocaram. Confrontando esta ideia com a descrição que fizemos do Santuário é perceptível a validade da sua

¹³¹ Luís Marques – *O paraíso no «fim do mundo»: O culto de Nossa Senhora do Cabo*, op. cit., pp. 127-130.

¹³² SOUSA, Francisco – *O Círio dos Saloios a Nossa Senhora do Cabo*, in *Aspectos Religiosos e Profanos das Festas Populares em Loures*. Loures: Museu Municipal, 1993, p. 36.

arquitectura, pois a consciência comunitária está presente na própria forma arquitectónica, como fizemos notar. Todos os sentimentos – simplicidade, festa e comunidade, comuns aos vários círios a Nossa Senhora do Cabo – se fazem sentir no espaço do arraial, sobretudo devido à confrontação entre as alas das hospedarias, criando um espaço central de reunião, e à linguagem da arquitectura.

“No domingo, repousavam um pouco mais de manhã e ultimavam os fatos que posteriormente iriam estrear. À tarde, havia missa, seguida de procissão, com um percurso igual ao actual. (...) O cortejo passava junto às casas da ala sul, torneava o cruzeiro, dirigia-se para o lado das casas da ala norte, rumando até à Ermida da Memória, onde fazia uma breve paragem de meditação e onde era dada a bênção aos pescadores e ao mar, com a imagem da S^a. do Cabo sempre de frente para o mar. Retornavam ao cruzeiro, culminando à porta da igreja, onde a imagem virada para a multidão, numa breve pausa, permitia como que uma despedida colectiva até ao ano próximo. (...) Na segunda-feira, bastante cedo, começava o ritual da «lavagem da cara» [também comum a outras peregrinações ao Cabo Espichel] no poço pequeno, com acompanhamento musical e grande participação dos jovens, seguindo-se a missa pela memória dos membros da confraria já falecidos (...). À tarde, realizavam-se jogos [e outras actividades, como passeios ao farol ou à praia dos Lagosteiros] (...) e finalizava a arrematação das bandeiras. À noite havia baile, sendo vulgar a realização de sessões de fados na Casa do Teatro ou da Ópera. Na terça-feira dava-se o retorno a Sesimbra, com o cumprimento das três voltas ao cruzeiro.”¹³³

Paralelamente às festas populares que sempre aconteciam no fim-de-semana das peregrinações, dá-se a cerimónia religiosa. Mais uma vez as pessoas preparam-se para o acontecimento, mas de um modo diferente; todo o dia está imbuído de uma aura mais solene e, mais uma vez, como se vê pela descrição que fizemos dos espaços, esta está presente no carácter da própria arquitectura, como que imitando na perfeição os vários estados de espírito dos seus ocupantes. Uma das características fundamentais desta, como vemos pelas

¹³³ Luís Marques – *O paraíso no «fim do mundo»: O culto de Nossa Senhora do Cabo*, op. cit., pp. 130-133.

conclusões deste capítulo, é esta capacidade que tem para albergar os dois principais momentos da estadia durante o fim-de-semana das celebrações: a festa e a devoção. Também o momento de retorno é fortemente sentido pelos romeiros, em conformidade com a descrição que fizemos do momento de retorno de volta ao território; este é experienciado por todos os participantes, e de sublinhar é a sua leitura como uma despedida até ao ano seguinte, como se esse retorno futuro fosse inevitável. A despedida é significativa e lamentosa, mas sempre com a ideia de voltar de novo, no ano seguinte.



Figuras 67 a 70. Durante a estadia dos romeiros no Santuário. Fonte: Luís Marques, *O paraíso no «fim do mundo»*.

IV.IV. O SENTIDO: UMA HIPÓTESE

Tendo tudo isto em conta, é inquestionável que o Santuário se apresenta hoje como uma resposta directa às qualidades únicas do local. Vimos já que, para que o homem habite o Cabo Espichel, ele tem de sentir o que o rodeia como significativo; neste lugar, isto implica tornar o ambiente significante, ou melhor, desvelar o seu significado. Para o fazer é necessário apreender as características naturais do lugar e incorporá-las na manufactura de um elemento capaz de consagrar o espaço, tornando-o num Cosmos, num espaço de valor diferenciado da restante envolvente, e que só é possível reproduzindo ritualmente o acto primordial da criação. Os processos para tal fim foram já citados, e denominam-se visualização, complementação e simbolização; as três relações implicam a experiência das características naturais do lugar, com o intuito de as representar no espaço construído, e as três estão presentes no Cabo Espichel, por exemplo na forte axialidade do conjunto, na protecção que o arraial oferece ao visitante face aos elementos e a colocação da igreja no topo Oeste do arraial, respectivamente. Estas serão as responsáveis pela percepção de pertença da arquitectura ao sítio, e só assim esta pode ser a “ponte” de que fala Heidegger e ambos, lugar e arquitectura, se unem para conceder ao homem a sua morada, plena de significado.

“In general, any understanding of the natural environment grows out of a primeval experience of nature as a multitude of living forces.”¹³⁴

Dissemos, anteriormente, que uma das premissas fundamentais para a compreensão do Cabo Espichel é o movimento horizontal que induz em todos os momentos e que, como vimos, é diferente do de outros locais mesmo que sejam predominantemente horizontais, devido ao evidenciar do horizonte marítimo e depois terrestre pela criação de demarcações visuais que inculcam no visitante um forte movimento axial. O outro ponto signifiicante e essencial do lugar é o paradoxo entre o lançamento para o infinito e o enraizamento à terra, simultâneos e expressos na forte tendência axial do nosso movimento. Um

¹³⁴ Christian Norberg-Schulz – *Genius Loci: Towards a Phenomenology or Architecture*, op. cit.

último tema essencial, e que está relacionado também com a sua história e não só com as características do lugar, prende-se com a ligação constante a ocupações de carácter religioso. Tentaremos agora trazer alguma luz sobre estes aspectos.

A ocupação do Cabo Espichel, e a sua atracção primordial, sempre estiveram relacionadas com a religião, com a procura do sentido último, do significado das coisas. Mas, tanto quanto nos dizem os vestígios do passado, muito poucos foram os que usaram os promontórios, os pontos junto à costa a céu aberto. A ocupação mais comum há vários séculos atrás era, como vimos, feita exclusivamente em grutas. Terá sido com o advir do cristianismo que temos as primeiras marcas do uso específico dos promontórios, e sobretudo do planalto sobre o qual aqui nos debruçamos (não negamos, contudo, a importância das grutas para o culto cristão¹³⁵; estas terão estado, possivelmente, ligadas ao começo da adoração mariana no Cabo). Primeiro, aquando do nascimento de Cristo, terão sido avistadas luzes fantásticas sobre o Cabo¹³⁶ (algo que só foi localizado no Cabo Espichel muitos séculos depois, mas que indica ainda assim a importância do lugar para este culto); a descoberta da imagem de Nossa Senhora, e os sonhos que terão conduzido a esse acontecimento; a continuação do culto cristão neste lugar desde tempos visigóticos até hoje, mesmo durante as ocupações islâmicas; por fim, as construções que aqui foram feitas: a Ermida da Memória e os dois Santuários católicos (o actual e o que foi demolido para dar lugar a este).

Notamos, então, uma diferenciação do culto cristão para os outros cultos no local. Porquê? A hipótese que aqui avançamos é a de que é sob os ensinamentos cristãos que a essência do Cabo Espichel, inerentemente ligada a

¹³⁵ “Como vemos, la mariología encuentra mucha ayuda en la teología de la cueva como vehículo de expresión. María es identificada con la tierra. La Madre de Dios se convierte en montaña y su útero es la cueva, donde tendrá lugar la nueva creación y restauración del hombre angélico, nuevamente creado, hombre que con ello recupera su pureza primordial adámica. Por eso, en último término, la cueva es también el símbolo del paraíso.” GÓMEZ, José A. Molina. *La Cueva y su interpretación en el Cristianismo Primitivo*, in *Espacio y tiempo en la percepción de la Antigüedad Tardía*. Murcia: Antig. crist. XXIII, 2006, p. 871.

¹³⁶ Ver páginas 36 a 39.

um sentido metafísico, se compreende melhor, ou seja, que a melhor interpretação para o significado do lugar do Cabo se encontra nesta religião e na ligação que esta estabelece com o divino e o desconhecido. Através do pensamento de Luigi Giussani, expresso nos três livros da sua obra, *PerCurso*, poderemos compreender este juízo um pouco melhor, tentando sempre estabelecer um paralelismo entre as concepções cristãs e o lugar em estudo.

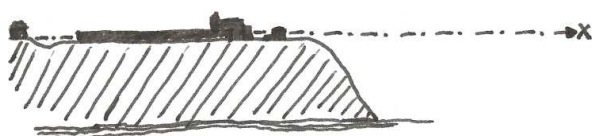


Figura 71. Horizontalidade

IV.IV.I. HORIZONTALIDADE

O percurso até este lugar é desprovido de variações de altitude assinaláveis; o promontório é completamente plano, algo que o Santuário, pela sua forma axial, intensifica; no limite, o nosso olhar é guiado sobretudo para a linha do horizonte, e não para o céu, com excepção dos momentos em que a nossa atenção se prende na rebentação; inclusivamente no percurso de regresso, primeiro ganha importância o horizonte terrestre, depois novamente a conformação fortemente axial da praça entre as hospedarias corrobora a horizontalidade do movimento para o interior, culminando com a presença do cruzeiro e da Casa da Água ao nosso nível (que, apesar de ser necessário descer e depois subir para chegar a esta última, se encontra à altura do nosso olhar).

A grande vantagem da total horizontalidade do Cabo Espichel e de todos os movimentos que nele ocorrem, que em grande parte define a sua singularidade, é que a linha do horizonte, e portanto a meta do percurso que no Cabo fazemos, está sempre visível, sempre presente, e dentro do nosso plano de existência; apesar de o horizonte marítimo a Ocidente representar um destino desconhecido, este não deixa nunca de se manifestar, de se mostrar presente, de

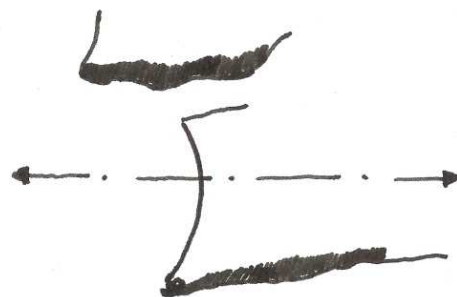


Figura 72. As barreiras visuais no Cabo Espichel são Sintra e Lisboa (a Norte) e o restante Cabo (a Sul), desenhando um eixo Este-Oeste definido e que cria uma projecção axial bastante forte.

se dar a conhecer, algo que diverge das montanhas e que diferencia o Cabo Espichel destas (apesar de, como vimos, este conter algumas das suas características essenciais). Mais: a axialidade do conjunto arquitectónico e do próprio lugar (que existe devido aos limites visuais acima descritos) fixam esse destino, essa meta, focando nele o sujeito, dirigindo a sua atenção para o horizonte e apenas para o horizonte (primeiro marítimo e depois terrestre); este aspecto distingue o Cabo Espichel de outros cabos marítimos, como é o caso de São Vicente, onde não existe esta componente axial, multiplicando as direcções focais e os movimentos que por elas se criam, retirando-lhes assim vigor.

“Em todos os momentos da sua trajectória histórica, a humanidade tentou compreender teórica e praticamente a relação que se estabelecia entre a sua própria realidade contingente – o próprio ponto efémero – e o seu sentido último (...). Suponhamos agora que o enigma do X [Deus] que paira além do horizonte (...) penetrava no tecido da história, entrava no fluxo do tempo e do espaço e, com inimaginável força expressiva, encarnava num «Facto» entre nós (...) Na hipótese de que o mistério que paira além do horizonte de qualquer passo do homem tenha rompido a linha do arcano e penetrado no caminho daqueles passos, estamos diante de uma mudança radical que distingue essa modalidade «religiosa» de qualquer outra tentativa do homem de se relacionar com o desconhecido.”¹³⁷

O mistério divino que se revela no Cabo Espichel não é algo inatingível e invisível, mas está presente durante todo o percurso até e habitação do Cabo porque está ao nosso nível; assim, o homem que sempre vive na procura do entendimento desse mistério, do seu próprio destino, sente-se atraído por esta presença que está sempre lá, que apesar de desconhecida se mostra constantemente. Que o Cabo Espichel constitua um lugar favorecido para esta busca nas suas diversas interpretações é um dado adquirido e já aqui o explicámos em profundidade. Corroborando a hipótese que aqui sustentamos, o Cabo e sobretudo este planalto específico, estabelece uma aproximação com o plano metafísico do destino do homem de que o cristianismo é a melhor

¹³⁷ Luigi Giussani – *Na Origem da Pretensão Cristã*, op. cit., pp. 33-35

interpretação, no sentido em que segundo esta religião o mistério último e intocável limitou-se, tornou-se Homem e colocou-se ao nível deste. Assim o defendemos devido à forte horizontalidade em todos os momentos do nosso percurso neste lugar, e à chegada e regresso do mesmo. O confronto com o divino, neste promontório, não se trata de uma subida aos céus (como vimos, o céu não é aqui o ponto onde se foca a nossa atenção, como acontece noutras paisagens), mas de uma descida do divino até nós, ou melhor, de uma exteriorização do ser metafísico de cada um de nós; a experiência numinosa no Cabo Espichel não é tanto uma tentativa de atingir e comunicar o divino, mas a realização da busca imaterial do próprio *eu*. A coincidência de nível entre as características que manifestam uma outra presença, que nos ligam e nos lançam para o infinito, e nós próprios é raramente encontrada noutro lugar. E quando o é, nunca com todo este ímpeto axial de projecção.

*“Admitindo a hipótese de que o mistério tenha penetrado na existência do homem, falando com ele em termos humanos, a relação homem-destino não será já baseada no esforço humano de reconstrução e imaginação, num estudo voltado para um objecto distante e enigmático ou numa tensão de espera de algo ausente. Será, pelo contrário, o deparar-se com uma presença. (...) O ponto central já não é o esforço de uma inteligência e de uma vontade construtiva, de uma fantasia esforçada ou de um complicado moralismo, mas a simplicidade de um reconhecimento, uma atitude análoga à de quem, vendo um amigo chegar, o identifica entre os outros e o cumprimenta.”*¹³⁸

É precisamente a ausência de esforço de imaginação na relação entre o homem e o seu destino, que descrevemos acima, que marca e singulariza a ida ao Santuário. Não dizemos, com isto, que este contacto ao nosso nível se possa dar sem esforço da nossa parte. É sempre necessária uma preparação para tal, e o percurso necessário até chegar a este ponto, fora do mundo e sob um sol muitas vezes tórrido, é parte da revelação do divino.

“[O] mistério da regeneração espiritual comporta um processo arquetípico, que se efectua a níveis diferentes e em múltiplos contextos; realiza-se todas as vezes que se trata

¹³⁸ Luigi Giussani – *Na Origem da Pretensão Cristã*, op. cit., p. 35

*de pôr de parte um modo de ser para adoptar outro, superior; ou, mais precisamente, todas as vezes que é necessária uma transmutação espiritual.”*¹³⁹

E assim o chegar ao Cabo Espichel ganha os contornos de ritual telúrico; esta preparação espiritual é impreterível para um confronto que se quer significativo, e como vimos, isto era algo que faltava no lugar antes da edificação do conjunto do Santuário. O vislumbre do topo da igreja, numa primeira instância, e a solenidade e introversão do percurso dentro do arraial¹⁴⁰, depois, preparam-nos para o que está para lá das paredes das hospedarias e Igreja, e que é o objectivo do nosso caminho até aqui; este objectivo existia já antes da erecção do Santuário, mas é agora mais forte pela separação espacial entre ambos os sítios de conteúdos diferentes. Para a apreensão do milagre¹⁴¹ do contacto divino, é necessário mais do que interesse ou curiosidade, é preciso integrar em nós o espírito religioso que conhece a existência desta verdade. Se essa abertura não existir antes da revelação, o milagre perderá todo o seu significado e funcionará inclusivamente no sentido inverso, ou seja, como uma manifestação da presença demoníaca e não divina.

E aqui o Santuário surge como entidade protectora, preparando-nos em fase embrionária para algo que foge ao nosso controlo, para um confronto vertiginoso onde nos sentiremos certamente diminuídos. Esta protecção que advém do acolhimento que a arquitectura deste lugar oferece (tanto antes como depois do confronto com os elementos) cumpre na totalidade as premissas descritas por Levinas como fundamentais para que um espaço seja morada e assim permita ao homem o recolhimento que lhe dá a verdadeira liberdade e

¹³⁹ Mircea Eliade – *Mitos, Sonhos e Mistérios*, op. cit., p. 224.

¹⁴⁰ Voltamos a frisar a importância que deveria ter a existência de um jardim frondoso no recinto em volta da Casa da Água; este, para além de ser um lugar de repouso depois do árduo caminho dos peregrinos, era também visto como o sinal de que se entrava num lugar diferente, demarcado de toda a região árida em volta, e portanto habitado por uma outra presença. Com o fim ou perda de grandiosidade das peregrinações, muitas vezes chegamos até ao cabo de carro, o que retira o simbolismo e função a este espaço, culminando no seu abandono e ruína.

¹⁴¹ O autor não se refere aqui à acepção de milagre usual: “O milagre pode ser definido como um acontecimento e, por conseguinte, como um facto experimentável, através do qual Deus força o homem a reparar n’Ele e nos valores de que quer fazê-lo participar, através dos quais Deus reclama a atenção do homem para que este se dê conta da Sua Realidade. Ou seja, é um modo com o qual Ele impõe sensivelmente a sua Presença.” Giussani, vol. III, p. 270.

sentido de si. Tal como este autor descreve, a intimidade sentida neste acolhimento é uma intimidade com um outro. “E o Outro, cuja presença é discretamente uma ausência e a partir da qual se realiza o acolhimento hospitaleiro por excelência que descreve o campo da intimidade, é a Mulher. A mulher é a condição do recolhimento, da interioridade da Casa e da habitação.”¹⁴² A semelhança entre a arquitectura e a função que alberga – o culto mariano – é aqui, mais do que em qualquer outro aspecto, extraordinária.

“Nossa Senhora introduz-nos no Mistério, ou seja, no sentido dos nossos dias, no significado do tempo que passa; o seu olhar guia-nos no caminho, o seu exemplo educa-nos, a sua figura constitui o desígnio do nosso propósito. Mãe generosa, ela gera por nós a grande presença de Cristo. Somos consolados, perdoados, confortados, alimentados, enriquecidos, alegrados por aquela Presença que renasce da carne de Nossa Senhora. Por este motivo lhe pedimos todos os dias que nos faça participantes da sua liberdade, da sua disponibilidade, do seu caminho.”¹⁴³

IV.IV.II. PARADOXO

Vimos, então, a preponderância que tem a primeira premissa, a da horizontalidade, no significado do lugar do Cabo Espichel, e de que maneira a sua melhor interpretação é a da religião cristã. Vimos, também, como o Santuário compreende e desvela este significado. É, então, necessário

compreender de que maneira o paradoxo, entre o lançamento para o infinito e o enraizamento na terra, se revela nesta hipótese.

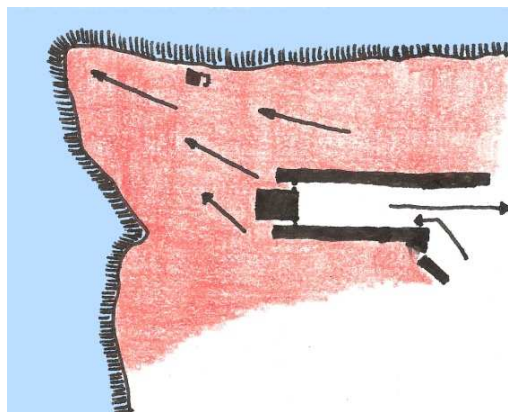


Figura 73. Separação física das forças actantes

¹⁴² Emmanuel Levinas – *Totalidade e Infinito*, op. cit., p. 138.

¹⁴³ GIUSSANI, Luigi – *Porquê a Igreja*, terceiro volume do *PerCurso*. Lisboa: Verbo, 2004, p. 287.

Na análise que fizemos do lugar sem a presença do Santuário, este paradoxo, esta multiplicidade de forças coincidentes no espaço fundia-se num só momento e ambas disputavam a nossa atenção e pereciam numa contradição impossível de satisfazer sem a intervenção humana. A solução incorporada pelo conjunto arquitectónico resulta numa separação temporal entre os dois momentos: primeiro, um chegar natural; depois um lançar para o infinito; por último o retorno à terra, sem o qual o Santuário do Cabo Espichel, como muitos outros lugares, seria apenas um meio de chegar ao entendimento da pergunta última, sem que depois isso fosse operativo no *eu*. Nesta separação temporal, por oposição a uma negação ou subordinação de uma das suas partes, é permitido ao homem a compreensão de si mesmo e do mundo nos dois componentes que o conformam – material e imaterial – e assim na sua totalidade. Sintomático desta dimensão é a representação de Nossa Senhora no retábulo-mor da igreja, acompanhada de uma estrela de seis pontas, símbolo da perfeição nos dois níveis que o homem conhece – o físico e o espiritual – e da unidade de ambas.

“Esta união [que Cristo representa] não deve ser imaginada como a confusão de duas naturezas: a Pessoa do Verbo, encarnado, exprime a sua natureza divina através da natureza humana que assumiu. «Natureza» identifica o tipo de ser que as acções manifestam; «pessoa» indica o sujeito, o eu, que possui e actua nas duas naturezas distintas. (...) O mistério da Encarnação estabelece o método que Deus achou oportuno escolher para ajudar o homem a caminhar para Ele. (...) A diferença entre a Igreja Católica e todas as outras concepções e interpretações cristãs nasce sobretudo da consideração deste método.”¹⁴⁴

O Cabo Espichel, enquanto for *axis mundi* para quem o habita, é um lugar onde se dá esta convergência de planos; já o era aquando das primeiras ocupações da região e foi-o desde então. Mas, mais uma vez, estamos perante um tema para o qual o cristianismo, e particularmente o catolicismo, apresenta uma compreensão concordante com a essência do lugar, pois o paradoxo dá-se

¹⁴⁴ Luigi Giussani – *Na Origem da Pretensão Cristã*, op. cit., p. 119.

no espaço horizontal, ao nível do homem. A existência de Cristo como ponto comum entre material e imaterial, sagrado e terreno não deve ser vista como uma contradição em si; ele é a maneira como o Divino consegue estabelecer o contacto directo entre os dois planos. Aliás, o próprio ser humano é composto destas duas partes, e esta sua essência separa-o dos restantes elementos do mundo natural. Percebemos assim que, tal como em Cristo, na coincidência espacial entre dois tipos de existência – material e divina – estes não têm de se excluir mutuamente, nem um é superior em magnitude ao outro (como existe em lugares onde o céu engole a existência terrena, e esta última se torna apenas meio de chegar até à primeira). *“Pues toda la creación presenta un regalo a Cristo, en señal de agradecimiento por la Encarnación. De esta manera se explota la paradoja que lo más alto se digne a bajarse, se trata de la oposición ancestral y complementaria entre Cielo y Tierra.”*¹⁴⁵

A vinda ao lugar e o lançamento foram já aprofundados neste capítulo. Vejamos agora como se dá o momento do contacto com o Mistério, e consequente retorno, e averiguar a sua validade segundo a hipótese cristã. O primeiro ponto a reter deste confronto é, como dissemos, a pequenez que sentimos perante o espectáculo que temos diante dos olhos.

*“Quanto mais alguém avança na tentativa de dar resposta àquelas perguntas, quanto mais lhes compreende a importância, tanto mais descobre a sua desproporção com a resposta total.”*¹⁴⁶ Não só existe uma desproporção perante a presença divina, apesar de esta se encontrar ao nosso nível intuível, como os próprios elementos da natureza, o vento, o sol, o mar vasto e a escarpa vertiginosa, se tornam opressores. O desmesuramento daquilo que o homem tem diante de si é, apesar de profundamente significativo, tenebroso pela incapacidade que este sente perante algo que não controla e não pode compreender na sua totalidade (por oposição à sua própria existência nesse mistério, que é o conhecimento pretendido nesta experiência). Mas no Cabo Espichel a experiência torna-se um

¹⁴⁵ José A. Molina Gómez – *La Cueva y su interpretación en el Cristianismo Primitivo*, op. cit., p. 870.

¹⁴⁶ Luigi Giussani – *O Sentido Religioso*, op. cit., p.71.

pouco diferente, pela presença protectora do Santuário. Ao relegar para o exterior a manifestação divina e a da Natureza, e ao serem os únicos estímulos deste espaço, ambas se tornam reveladores de uma mesma presença.

“El cristianismo primitivo desarrolló, al menos idealmente, una relación con la naturaleza distinta de la que había sido la visión pagana. Tradicionalmente la naturaleza había sido considerada divina entre los filósofos y poetas paganos, Ovidio por ejemplo la coloca entre los dioses. El cristianismo había hecho graves objeciones a esta concepción, pues no podía pensarse en la Naturaleza como creatrix, sin conferirle rasgos que sólo le corresponderían estrictamente a Dios. (...) Sin embargo, esto no quiere decir que la naturaleza perdiera un ápice de sacralidad o de misterio, o que el mundo cristiano eliminara la presencia divina en la naturaleza. Ciertamente el cristianismo no admite que la naturaleza sea un ser divino, pero sí que se convierta en heraldo de Dios.”¹⁴⁷

Aos olhos do homem cristão, como de qualquer homem, a Natureza continua a ser um mistério indecifrável mas que emana de si parte das forças e regras sobrenaturais e intangíveis que regem o universo. A contemplação da Natureza é entendida como exegese da obra de Deus, um pouco como a própria leitura dos textos bíblicos. Assim, e segundo a perspectiva cristã, a Natureza surge diferente para o homem: esta não é mais uma força incontável e demoníaca, mas um sinal da presença de Deus, como parte da sua criação. O acto de estar perante a paisagem do Espichel une homem, natureza e existência metafísica e, desta maneira, é expressão da verdade suprema.

Mas nem por isso o confronto se torna mais fácil, uma vez que esta desproporção se sente também perante o Mistério, e não só face aos elementos naturais. E no ermo do planalto o Santuário volta-nos as costas, o seu exterior é mais pobre e desprovido de solicitações, o que dirige toda a nossa atenção para o espectáculo diante de nós, mais vívido agora, após a erecção deste complexo. Vejamos como é a situação existencial do homem.

¹⁴⁷ José A. Molina Gómez – *La Cueva y su interpretación en el Cristianismo Primitivo*, op. cit., pp. 878-879.

“Eu, homem, sou obrigado a viver todos os passos da minha existência dentro da prisão de um horizonte sobre o qual paira, intangível, uma grande Incógnita. (...) O sentido humano, o gosto daquilo que experimento, que aprovo ou em que embato, depende daquele destino, mas ele permanece desconhecido. O homem consciente dá-se assim conta de que o sentido da realidade, ou seja, aquilo para que a razão «tende», é um «x» em última análise incompreensível e que não pode ser encontrado na capacidade de memória da razão. Está fora. A razão no seu vértice pode chegar a apreender-lhe a existência, mas, uma vez atingido este vértice, é como se falhasse, não pode ir mais além.”¹⁴⁸

Como vimos, o ser humano é composto de duas dimensões, material e imaterial. Mas se a primeira encontra resposta imediata às suas questões na vivência diária, já a segunda raramente encontra correspondência na sua experiência. Apesar dessa impossibilidade, este não desiste e continua a procurar, incessantemente, por agarrar essa condição, pois esse desconhecido, que mais não é senão o seu destino, constantemente se manifesta perante si nas coisas. E então, este homem vive toda a sua vida na tensão de compreender essa sua dimensão que constantemente intui, sempre no limite desse conhecimento, mas sempre sem sucesso. É uma situação precária, vertiginosa a de constantemente intuir algo a que não se pode aceder e que não se pode entender na sua totalidade; ao homem resta aceitar a sua condição, ou seja, conhecer-se a si e à sua dimensão nessa totalidade, e depois aderir às manifestações que experimenta, sem no entanto conhecer a sua plenitude. É precisamente nessas manifestações que o homem compreende, mesmo que só por momentos, a sua existência.

“A essa precariedade o homem acaba por não resistir, ainda que admitindo que se possa cristalizar um instante teórico em que ele consiga assumir uma posição de adesão àquele desconhecido que o conduz. O homem apreende no instante a sua condição vertiginosa, mede a sua desproporção. Mas a lembrança desta sua lucidez não dura.”¹⁴⁹

¹⁴⁸ Luigi Giussani – *Na Origem da Pretensão Cristã*, op. cit., pp. 12-13

¹⁴⁹ Luigi Giussani – *Na Origem da Pretensão Cristã*, op. cit., p. 14.

Este é o sentimento do homem perante aquilo que era o seu objectivo ao vir ao Cabo Espichel – a resposta à sua existência metafísica –, e que não consegue alcançar, pelo menos não mais do que durante um momento. Assim, dá-se o movimento de retorno, pois o homem comum não consegue viver nesta vertigem, nesta angústia de ter o destino à sua frente e não lhe conseguir tocar. No entanto, durante esse breve momento, que depois cristaliza no seu eu, homem uniu-se a Deus, e o primeiro sente-se tocado pelo segundo e imbuído de uma energia especial, a que chamamos, como sugere Giussani, de graça ou dom do Espírito. Esta contemplação particular eleva a consciência humana. Eis o que diz sobre a graça sobrenatural:

“[N]ão nos encontramos apenas perante uma comunicação da verdade, perante uma revelação do mistério do Ser (...). Trata-se de uma comunicação que toca o ser do homem e o transforma. No homem de quem Cristo se aproxima e que livremente deseja e consente a relação com Ele – e, por conseguinte, com a Igreja – verifica-se uma mudança da sua natureza humana. (...) O homem continua a ser o mesmo homem, mas está diferente.”¹⁵⁰

Neste retorno significativo para o nosso eu íntimo, a singela Ermida da Memória como que nos acompanha e reconforta, devolve-nos à nossa escala e alude ao recolhimento necessário para a incorporação deste novo estado. Relembremos as palavras de Levinas: *“O sujeito que contempla um mundo supõe, pois, o acontecimento da morada, a retirada a partir dos elementos (isto é, a partir da fruição imediata, mas já inquieta do amanhã), o reconhecimento na intimidade da casa.”¹⁵¹* O recolhimento posterior a este vertiginoso confronto, que mais uma vez o arraiar no interior do Santuário irá gerar, possibilita um olhar para dentro, para o vasto interior, uma atenção a si próprio e à sua condição. Esta suspensão momentânea da nossa vida, experienciada neste momento em que a nossa existência coincide com o nosso destino, não nos isola do restante mundo: agora providos da mudança que em nós se deu, estamos então prontos para iniciar o

¹⁵⁰ Luigi Giussani – *Porquê a Igreja*, op. cit., pp. 222-223.

¹⁵¹ Emmanuel Levinas – *Totalidade e Infinito*, op. cit., p. 136.

trabalho necessário para a habitação do mundo. Mais uma vez as palavras de Giussani trazem luz sobre esta hipótese.

“O dom do Espírito tem como resultado tornar evidente que estamos inseridos naquele novo fluxo de energia provocado por Jesus, manifesta que fazemos parte daquele fenómeno novo. Porque o dom do Espírito é uma força que investe nos homens que Cristo chamou para a sua Ecclesia e confere-lhes uma consistência nova, em função do objectivo imediato daquele chamamento: a edificação da comunidade, primícia do mundo novo. (...) O dom do Espírito comunica a estas novas personalidades um ímpeto, que transforma as suas vidas em capacidade fecunda de comunicar, de comunicar da novidade que Jesus trouxe ao mundo. Assim, tanto o indivíduo como a comunidade se sentem em condições de se pronunciarem perante o mundo.”¹⁵²

Um novo aspecto surge face a estas palavras. Entendido desta maneira, o Cabo Espichel não é mais o lugar de reclusão solitária, o lugar de isolamento de monges anacoretas que procuravam as suas encostas escavadas para assim residirem mais próximo do seu destino. Aquando do retorno ao território, o nosso gesto por entre esta arquitectura leva-nos de novo ao arraial por entre as hospedarias, um lugar de introversão adequado à reunião comunitária. O Espichel imbui-nos do dom do Espírito, pela forma da sua revelação do mistério, e permite-nos o retorno significativo ao continente: como parte da comunidade humana.

“Portanto, a compropriedade dos primeiros cristãos é o mistério de Cristo que lhes foi anunciado, reconhecido como a verdade do caminho e do destino do homem: o homem entra, assim, em comunicação directa com a presença de Deus que interveio na História – a intervenção que muda o ser do homem, livremente envolvido e transformado por aquela presença. (...) Um novo ser tende, depois, a traduzir-se numa nova atitude, nessa solidariedade abrangente que veremos documentada na vida dos primeiros cristãos. Uma nova razão de viver emergia e tornava solidários para toda a vida aqueles

¹⁵² Luigi Giussani – *Porquê a Igreja*, op. cit., p.114.

que a reconheciam. Quando se tem em comum o sentido da vida, tem-se em comum tudo na vida.”¹⁵³

Esta comunidade estável criada pela partilha de uma devoção existe desde os primórdios da religião com o intuito de reduzir a manifestação de impulsos isolados, subjectivos e assim condenados ao desaparecimento se não devidamente regrados, criando uma linguagem base para a interpretação e intercomunicação do seu significado¹⁵⁴. A forma de culto mariano que no Espichel se pratica – em romaria – é a expressão desta comunidade. O movimento de retorno do Espichel para a terra é assim consagrado não só por este ser *axis mundi*, foco do conhecimento humano do mundo em que habita: está aliado ao sentimento de comunhão, a partilha de uma nova vida e vontade. A crença num Deus único não pode senão significar esta unidade entre homens, esta fraternidade essencial e primordial do monoteísmo. Mais uma vez, o santuário, quando vivido na sua plenitude, incorpora este sentimento, que não sendo apenas cristão é parte essencial deste. Mais uma vez o Santuário mariano é esta rocha, este elemento protector que não só se torna veículo para uma leitura correcta do lugar, como permite a sua apreensão íntegra, de modo a que opere uma diferença do homem que o habita.

IV.IV.III. OCUPAÇÃO CÍCLICA

Nos dois subcapítulos anteriores falámos da importância da horizontalidade e do paradoxo divino/terreno para um entendimento do significado imaterial do lugar, de que maneira o Santuário incorpora esta

¹⁵³ Luigi Giussani – *Porquê a Igreja*, op. cit., p. 120.

¹⁵⁴ “ (...) [A] palavra *koinonia*, ou comunhão, indicava o resultado de um novo modo de vida em termos de formas sociais estabelecidas, indicava que as novas relações eram de tal forma evidentes e tão constantemente procuradas que constituíam os traços primitivos, mas fundamentais, de uma estrutura institucional. Assim, *koinonia* ou comunio são usadas para designar Igreja enquanto tal, são colocadas como sinónimo do termo *ecclesia*, significando a unidade do povo de Deus como facto social que adquiriu forma própria como instituição e estrutura social nova. (...) A tendência para partilhar em liberdade é ajudada pelo aparecimento de formas e estruturas estáveis que constituem o álveo e redimensionam a irrução desordenada, na experiência, de impulsos isolados, condenados a extinguir-se e presa fácil de um subjectivismo desproporcionado se não tivessem a pedra de toque de um contexto ao qual referir sempre.”

significação e ainda como o cristianismo é uma admirável interpretação desse *sentido*. Vimos também que o homem não pode permanecer nesta existência vertiginosa durante muito tempo, e que está na sua essência o regresso ao território humano. Mas se, mais uma vez, olharmos para o tipo de culto cristão que temos no Cabo Espichel – as romarias – encontramos mais um ponto fundamental para a compreensão deste lugar: o ciclo anual em que se dão as festividades.

*“Na história humana são inumeráveis os testemunhos, por um lado, da desorientação e, por outro, do sentido de impotente resignação, que aquela vertigem, aquela desproporção que não se pode colmatar, provoca no homem, em todas as latitudes e em todas as épocas. (...) E, no entanto, a razão é impelida, por um impulso que lhe é estrutural, à busca de uma solução. O homem, portanto, mesmo tendo demonstrado, ao longo de todo o seu caminho, ter percebido o sentido desta desproporção primordial, tendo-a gritado e modulado em diferentes tons, mostra no entanto não conseguir recordar-se dela na sua prática da vida. Surge sempre num desejo de dobrar o destino à sua vontade, um desejo de fixar o significado ou o valor a seu próprio gosto.”*¹⁵⁵

A busca incessante pelo conhecimento último das coisas, pelo contacto com o divino, implica que o homem vá até aos locais onde esse contacto é proporcionado, passando então por um processo de purificação total. Søren Kierkegaard, em *O desespero humano: doença até à morte*¹⁵⁶, define o homem como *eu*. Esse *eu* é o relacionar-se consigo mesmo, é sobretudo o conhecimento que se tem de si depois de estabelecer a relação com essa profundidade existente em nós. Mais ainda, define o homem como síntese entre finito e infinito, que já aqui usámos. O *eu* é a relação entre estes termos, como um factor positivo, com existência própria, uma vez que é necessário que, também, ambos os termos tenham existência para além da própria relação. Para ele, uma relação deste tipo é estabelecida por si ou por um outro, e se for através de um terceiro existe uma dependência do *eu* em relação a esse *outro*. Parece-nos que esta noção de *outro*

¹⁵⁵ Luigi Giussani – *Na Origem da Pretensão Cristã*, op. cit., pp. 14-16.

¹⁵⁶ KIERKEGAARD, Søren. *Desespero Humano: Doença até à Morte*. Porto: Liv. Tavares Martins, 1957.

está bastante presente na identidade do Santuário e do próprio Cabo, sobretudo na essência da conjunção de ambos, uma vez que o lugar é agora um grande facilitador deste tipo de relação pelos factores que já aqui descrevemos, tais como a estabilidade e segurança que provê e a separação entre espaço interior (arraial) e exterior, de índoles e papéis diferentes – o Santuário possibilita o recolhimento do qual advém a intimidade e familiaridade com o mundo. “A intimidade que a familiaridade já supõe – é uma intimidade com alguém.”¹⁵⁷ Assim, estabelece-se uma dependência por este ser que possibilita a conexão entre nós e o nosso *eu* íntimo, um vínculo entre material e imaterial.

Aquele momento da revelação do Mistério, que anteriormente descrevemos, só raramente se encontra na via diária do homem. Este recorre, normalmente, à sua imaginação para reduzir a distância que o separa do seu destino, daquele significado último que sempre procura¹⁵⁸. Mas esta tentativa sempre sairá frustrada, pois a sua relação com o destino não se baseia no esforço humano e na sua imaginação, mas na relação linear e horizontal, o reconhecimento da presença do divino. É nos lugares onde esta presença se revela e se torna inteligível, nesses *outros* que tornam acessível a presença divina, que o homem irá procurar, e compreender, as respostas às perguntas que faz – o seu destino. E portanto a esses lugares retorna, para novamente sentir o toque da graça, o dom do Espírito, continuando a sua busca pela experiência metafísica, o seu destino, busca essa comum a todo e qualquer homem, religioso ou não.

Uma outra razão leva o homem a retornar a estes lugares. Mircea Eliade, na sua obra *The Myth of the Eternal Return*, apresenta uma vastíssima investigação sobre este tema do retorno aos espaços sagrados da terra pelas civilizações que lá se prestam às suas devoções, a estes *axis mundi*. Importa aqui reter que estes Centros do Mundo são vistos como lugares de cosmogonia, da

¹⁵⁷ Emmanuel Levinas – *Totalidade e Infinito*, op. cit., p. 138.

¹⁵⁸ “O sentido religioso não é senão aquela natureza original do homem pela qual ele se exprime de forma total em perguntas «últimas», procurando o porquê último da existência em todos os aspectos da vida e em todas as suas implicações.” Luigi Giussani – *Na Origem da Pretensão Cristã*, op. cit., p. 10.

criação do universo. Esta criação é, muitas vezes, repetida anualmente. Então, até estes se retorna para assim repetir essa fundação, resultando numa purificação significativa do homem, no sentido de uma abolição dos seus pecados, um começar de novo, uma regeneração portanto. Isto porque é perante a descoberta do sagrado, nestes lugares, que o homem concebe o seu mundo como provido de significado – *real* – e o diferencia do restante Caos.

No Cabo Espichel, para além do seu significado enquanto lugar de presença e revelação divina, já aprofundado, encontramos também o outro significado, notório nos primórdios do culto mariano, e mais uma vez ligado às grutas: a ideia de centro da criação do universo. No pensamento primitivo, ambas as noções, regeneração e criação, se encontravam reunidas na existência das grutas, algo que foi assimilado pelo cristianismo.

*“Con la cueva estaban asociados un número importante de imágenes arquetípicas ancestrales y precristianas; como matriz ctónica y útero de la tierra, desempeñaba un papel fundamental en la idea de renovación ritual, era imagen de la muerte y asimismo de la vida y de la regeneración. La interpretación cristiana conserva por su parte lo esencial de esta valoración, pero ahora ve a través del rico simbolismo rupestre la confirmación del hecho mesiánico y de los planes de Dios para el mundo. La mariología asimila la caverna al útero virginal de María, y a María misma se la identifica, en su maternidad, con el seno de la tierra fértil, fecundada por Dios. El descenso de Jesús a los Infiernos poblados de demonios a los que vence, y su resurrección final, tampoco son ajenos a la estética de la cueva, cuya oposición simbólica muerte-vida queda desarrollada ampliamente por la iconografía cristiana. El cristiano, que lee – no lo olvidemos – en el libro de la Naturaleza los hechos de Dios, interpreta la cueva y todo lo que ella evoca dentro de un sistema de valores, creencias y representaciones en que el hecho cristológico es central. Su sacralidad ancestral no queda anulada, sino nuevamente interpretada en función del mensaje que Dios ha enviado al mundo.”*¹⁵⁹

¹⁵⁹ José A. Molina Gómez – *La Cueva y su interpretación en el Cristianismo Primitivo*, op. cit., p. 880.

O Cabo Espichel é, então, para além de local de convergência entre divino e terreno – singular no tipo de relação que se dá entre as duas existências –, lugar de cosmogonia, de criação do Universo, de geração desses mesmos dois mundos e portanto um *axis mundi* na completa acepção da expressão. Por estas duas razões se dá, ciclicamente, o regresso a este lugar, no seu contexto de busca espiritual e habitação do destino.

Em suma, o Cabo Espichel, na sua existência em conjunção com a arquitectura, chama, num primeiro momento, o homem e coloca-o frente a frente ao mistério, o seu próprio destino, desvelando-o por um instante. Mas a vertigem causada por esta experiência não é suportável por mais do que breves períodos, e o próprio lugar e conjunto arquitectónico devolvem-no ao território habitável, incorporando a concretização do desvelar do mistério e o sentimento de pertença. Também este estado não dura eternamente, e o homem regressa, ciclicamente, a este lugar, Centro do Mundo, local de regeneração completa do eu e que este desde há muito tempo identificou como local cosmogónico, de criação do universo, e assim associado a Maria, Mãe de Deus enquanto Mãe do Mundo.

Continuamente, o Cabo Espichel tem sido um lugar propício a uma vida diferente da quotidiana, a da procura do significado maior das coisas, a do contacto necessário a todo o ser humano com o divino. Várias foram as apropriações religiosas do lugar, vários os rituais aqui praticados, muitos dos quais desconhecemos ainda, tanto na sua forma como no seu significado. Mas desde que a religião cristã tem sido predominante nas populações locais que notamos uma diferença na forma e possivelmente na intensidade e dimensão dessas manifestações. A inalterabilidade dos rituais aqui praticados – as peregrinações e as devoções a Maria – desde há vários séculos, possivelmente desde os tempos visigóticos, são uma indicação clara de uma ruptura no entendimento deste lugar. Conforme aqui demonstrámos, o paralelismo entre a essência do Cabo Espichel, lugar e arquitectura, e parte fundamental da religião cristã e do entendimento que o homem cristão tem do mundo é por demais

evidente. Contudo, não queremos dizer com isto que apenas a visão cristã se adapta a este lugar e que todas as outras devem ser descartadas; mas a vivência da experiência religiosa deve ser sempre suportada por uma estrutura estável que previna o subjectivismo e deturpação da forma e sentido da prática religiosa, que a condenaria à extinção.

A necessidade de uma estrutura deste tipo, que implica a criação de uma comunidade, não é uma determinação do lugar mas antes da própria experiência religiosa. E se, no Cabo Espichel, estamos perante uma experiência imaterial que facilmente é entendida através da perspectiva cristã, então esta deve ser adoptada como essa tal organização basilar. A existência de uma comunidade e de um espírito comunitário é inerente ao cristianismo (sendo precisamente um dos sentimentos mais manifestos nos primeiros cristãos) e facilmente inteligível na análise do conjunto arquitectónico.

CAPÍTULO V

ORIENTAÇÕES PARA UM RESTAURO

V. ORIENTAÇÕES PARA UM RESTAURO

Como referimos ainda na introdução a esta dissertação, as questões principais da disciplina do restauro podem ser sistematizadas em três perguntas, descritas por Pedro Abreu na sua Tese de Doutoramento: *o que restaurar?, como restaurar? e porquê restaurar?*.

A primeira pergunta introduz-nos a dois pensamentos: um primeiro que diz respeito à escolha das obras a que devemos garantir a sobrevivência; e um segundo que diz respeito a quais os elementos do objecto escolhido que conservam em si as qualidades dessa obra e devido aos quais achámos importante mantê-la. Sendo a construção escolhida o Santuário do Cabo Espichel, importa saber se é indispensável manter esta arquitectura, se, perante outros objectos de arquitectura este se mantém único e necessário e, se sim, que aspectos encerra que contribuem para essa singularidade e para a sua identidade, permitindo assim que se mantenham vivos e sejam revelados. Esta pergunta já foi, de algum modo, respondida nos capítulos anteriores, sobretudo na *Leitura do Sentido*, onde mostrámos a sua especificidade e singularidade arquitectónica e espacial, criadora de uma experiência humana única, e portanto indispensável; delineámos também quais os pontos basilares para a existência do santuário, que partes formam o seu significado, a sua alma, e como tal devem ser conservados ou revelados.

A pergunta *como restaurar?* lida mais directamente com o acto arquitectónico sobre a pré-existência, e procura, em primeiro lugar, saber qual a acção a praticar: a revitalização, a renovação, a reabilitação, a conservação, entre outros. A determinação da acção partirá, mais uma vez, da leitura e do diálogo com o santuário, para que seja apropriada e respeitosa para com a edificação. Sabemos, contudo, que o Restauro logrará duas atitudes para com a obra, e que são anunciadas por Pedro Marques de Abreu, que reconhece a autoria deste pensamento a Sandro Benedetti: aplicando-se directamente sobre a forma e matéria que define o conteúdo que deseja transmitir, o objectivo último da

acção do restauro de uma obra de arte revela-se nos actos de revelar e conservar o conteúdo artístico dessa obra.

A terceira pergunta colocada por Abreu, *porquê restaurar?*, encontra-se um pouco fora daquilo que consideramos hoje ser a prática do Restauro, mas de certo modo precede-a: só procurando dentro de cada um quais as razões que me levam a querer, mais, a precisar de manter viva certa arquitectura, eu saberei qual a razão da sua existência e, portanto, quais as razões para proceder ao seu restauro. Esta é, portanto, a pergunta que mais intensamente demonstra a ligação entre o Homem e a Arquitectura, e de certa forma estabelece as premissas para a resposta às duas outras perguntas – só uma visão antropológica da arquitectura e do restauro em si me permitirá estabelecer as premissas, os critérios e objectivos, para este tipo de acção. Esta pergunta permanecerá sem uma resposta concisa, pois de certa forma proceder a essa investigação extravasaria os objectivos a que nos propomos, bem como o tempo e trabalho para tal fim seriam por demais extensos. No entanto, esta resposta está sempre presente nas nossas indagações e discurso, estabelecendo os limites e objectivos para estes e permitindo averiguar a correspondência antropológica do trabalho, regendo-o; proceder a este estudo sem ter em conta a resposta (que existe no nosso âmago) a esta pergunta originaria um desvio em relação ao sentido do estudo, e levaria a resultados incompletos ou desacertados.

Tendo em conta as conclusões a que chegámos nos capítulos anteriores e que formam um corpo de critérios para que qualquer acção sobre esta arquitectura não desvirtue a sua essência, tentaremos responder ao longo deste capítulo a estas perguntas fundamentais, ordenando o nosso pensamento de acordo com os pontos substanciais do santuário. No entanto, aqui não retratamos um conjunto de regras irredutíveis a serem aplicadas irreflectidamente; são, como sugere o título, orientações para essa mesma acção.

V.I. TEMA

O cumprimento ou não do Tema, para além da validade deste – falamos do edifício actual – é de cariz essencial para perceber se é ou não necessário intervir sobre o santuário com o objectivo de o manter (o valor do tema foi já devidamente explicitado no capítulo anterior, com uma resposta positiva como conclusão). No que ao acto de restauro diz respeito, a incorporação do Tema na acção sobre uma pré-existência é indispensável para um gesto respeitoso sobre a arquitectura, ou seja, uma acção que advém do próprio edifício, que é determinada por este, com o objectivo de conservar e revelar o seu significado intrínseco. Como vimos, apenas as conclusões retiradas da experiência entre nós e a pré-existência podem corresponder à realidade com que estamos a trabalhar.

“A não correspondência às exigências suscitadas pela enunciação do Tema (que não se pode circunscrever ao uso, enquanto este requer apenas uma resposta técnica, quantificável, mensurável, que tem um âmbito de significação mais exíguo que o do Tema) leva a que surja com frequência uma impressão de confusão, na vivência da arquitectura, fruto da contradição entre o ambiente esperado – pelo acolhimento de um determinado uso, ou pela enunciação de um determinado título (edifício de escritórios, museu, casa...) – e o ambiente que resulta da forma que foi dada a essa arquitectura. A execução do restauro de uma obra de arquitectura apoia-se consistentemente no conhecimento do Tema: quer daquele que é inerente à operação de restauro, quer daquele que procede da identidade específica da obra a restaurar (...), e ainda daquele que constituirá o “novo uso” da pré-existência.”¹⁶⁰

Para além da determinação da funcionalidade, a correspondência da forma ao Tema é essencial para uma habitação correcta daquele lugar e daquela arquitectura específicos. As principais hipóteses, em estudo por parte das entidades a quem o Santuário diz respeito, passam pela construção de uma

¹⁶⁰ Pedro Marques de Abreu – *Palácios da Memória II: A Revelação da Arquitectura*, op. cit., pp. 175-176.

pousada na ala Norte¹⁶¹ e de “*um bom restaurante, uma cafetaria, lojas de artesanato local e um centro de Paleontologia*”¹⁶².

No Cabo Espichel, como vemos tanto na história como na experiência pessoal do lugar, estamos perante um espaço inseparável de uma realidade ascética e colectiva. Esta é assim a primeira determinação para qualquer acto sobre o conjunto edificado: a sua função terá de estar sempre ligada à busca espiritual, da qual a fé cristã é, neste lugar, a melhor interpretação como verdadeira correspondência ao conteúdo essencial do lugar – ainda que possa estar relacionada a um tipo de manifestação cultural não-canónica, e até não ligada a uma religião específica. A religião cristã funciona, aqui, como a tal organização basilar, destinada a reger a ocupação comunitária do lugar e não as manifestações pessoais¹⁶³. Apenas esta está na sua natureza, apenas esta é coerente com o lugar e apresenta ao habitante a compreensão do que o rodeia.

Não podemos, portanto, concordar com os objectivos actualmente traçados: se um centro de Paleontologia pode ser algo que trabalhe como apoio ou como ocupação secundária, mas que não deixa de conflitar com a função de santuário (dependendo sobretudo da sua localização e articulação com este), o mesmo não se passa com restaurantes, lojas e uma pousada, cujos objectivos económicos, público alvo e razões de vinda até este lugar em nada se harmonizam com a prática religiosa¹⁶⁴. Para além disso, consideramos a parte

¹⁶¹ PEREIRA, Nuno Teotónio. *Reabilitação: ala sul para a confraria e adaptação da ala norte do Santuário e restauro da I.N.S. do Cabo Espichel* in *Arquitectura e Vida* Jun. 2001, nº 17, pp. 16-21.

¹⁶² OLIVEIRA, Luísa. O ‘D. Quixote’ do Cabo Espichel in *Visão* Set. 2010, nº 915, p. 92.

¹⁶³ Funcionando desta maneira, o Cabo Espichel não seria um caso único. Veja-se, por exemplo, o caso da comunidade de Taizé, em França, onde pessoas de várias nacionalidades e credos se reúnem, durante um período limitado, partilhando uma experiência religiosa.

¹⁶⁴ Imaginemos que um grupo de pessoas se desloca ao Santuário, seja em turismo ou com um propósito devocional. Estes chegam ao local, visitam-no, passam pela experiência que descrevemos neste trabalho, percorrem o caminho até à falésia e de volta. Agora, imaginemos que ao longo de todo o arraial temos cartazes e letreiros de publicidade das lojas, o barulho característico dos restaurantes, um museu onde estas pessoas se dirigem algures a meio da sua visita. É compreensível que desta maneira se cria uma situação insustentável: este tipo de solicitações, neste lugar, só podem existir caso estejam inseridas no espírito comunitário das celebrações religiosas (como era o caso das festas que se faziam nos arraiais), pois só assim elas fazem parte da experiência do lugar e deixam de ser distrações à finalidade central da vinda ao lugar. Também a sua ocupação apenas como local de turismo será insuficiente ou mesmo

do santuário escolhida para funcionar como albergue (o extremo Noroeste), patente no projecto da Pousada do Cabo Espichel¹⁶⁵, coordenado pelo arquitecto Victor Mestre, como um erro grosseiro, pois a habitação deste lugar implica o recolhimento face aos elementos naturais proporcionado pelo arraial, como bem o notaram os projectistas do santuário – logo, nunca a pousada poderia estar fora deste espaço

Como vimos, este lugar favorece uma ocupação devocional e temporária. Assim sendo, julgamos que o Santuário de Nossa Senhora do Cabo é um local propício para retiros religiosos ou espirituais, de que são exemplo os retiros planeados pelas paróquias¹⁶⁶. Existem, em Portugal, vários sítios focados nesta ocupação, cujo exemplo pode ser seguido, e o santuário é particularmente proveitoso para tal: além de esta ocupação corresponder ao Tema do lugar, devido ao cariz das ocupações das peregrinações possui já os lugares para as habitações, cozinhas, casas de banho e outros equipamentos comuns necessários. Também as grandes dimensões do lugar permitem que vários grupos possam coabitar em conjunto, sem que no entanto se perturbem mutuamente. Também as peregrinações fundacionais do culto não devem ser descuradas: a sua continuidade deve ser fomentada e facilitada. As práticas cultuais e tradicionais que aqui ocorrem e ocorreram (o percurso dos *círios* até e neste lugar, as festas, as refeições, o teatro, as pernoitas, etc.) têm de ser bem entendidos, para que possam ser incorporados no restauro.

Como dissemos anteriormente, a conservação do Tema é mais do que apenas garantir que a função desempenhada pelo espaço se adequa ao seu conteúdo, ao *sentido*. É com isso em mente que descreveremos as próximas orientações.

custosa para o visitante, pois a predisposição anímica para os dois tipos de ocupação são essencialmente diferentes: o Cabo Espichel não é nem pode ser local de repouso estival.

¹⁶⁵ Ver capítulo *Anexos*.

¹⁶⁶ Por exemplo, os retiros quaresmais, os COR (cursos de orientação religiosa) ou os retiros para casais.

V.II. ARRAIAL, HOSPEDARIAS E IGREJA

O arraial é, porventura, o elemento mais importante de todo o conjunto. É a forma que, primeiramente, nos atrai para o interior e nos acolhe, preparando-nos para o confronto exterior, mas nunca interrompendo esse movimento natural na direcção da falésia; por termos passado por ele, junto da escarpa sentimo-nos mais seguros ainda que totalmente livres; mais ainda, depois desse diálogo intenso, novamente nos recolhe e imbui-nos de um sentimento comunitário, preparando-nos para habitar o mundo. O arraial está, assim, presente em todos os momentos da estada e habitação do Cabo Espichel. Dada a importância que tem para a correcta expressão da arquitectura do santuário, a sua conservação é impreterível.

Como este se nos apresentava no início deste estudo, diríamos que estava ainda bastante próximo da sua essência e capaz de revelar quase todo o significado que incorpora. No decorrer da nossa investigação algumas intervenções foram feitas e que, apesar de simples, alteraram profundamente o papel deste espaço no lugar – fizemos algumas referências a esta deturpação ao longo da dissertação¹⁶⁷, que se deu através da adição de dois elementos à sua forma, a gravilha ao piso e a colocação de pilaretes metálicos que o delimitam artificialmente. As principais transformações sentem-se no movimento das pessoas, que agora evitam atravessar o arraial pelo centro e numa recta longitudinal (trajecto antes natural e comum na grande maioria das pessoas), percorrendo-o pelas galerias, pelas laterais do arraial ou até mesmo por fora deste, ao longo da fachada exterior da hospedaria Norte; a solenidade do espaço, o silêncio essencial para este, é agora dilacerado pelo som dos nossos passos no novo pavimento – aliás, devido ao som alto, rico e complexo deste, também a pobreza característica do conjunto é deturpada; a aura de interioridade perde-se, não só pelo som perturbador mas sobretudo pela dificuldade de movimentos provocado pelo piso, que em nada evoca um interior.

¹⁶⁷ Ver páginas 82 e 126.

Por estes exemplos se vê quão volátil é a manifestação do sentido deste espaço, e como pequenas alterações acarretam uma grande perda de significado. Assim, sugerimos um conjunto de acções que possam conservar a identidade do arraial.

Como vimos, a axialidade do conjunto é fundamental para o movimento Este-Oeste natural no planalto – já o era antes da construção do arraial – e esta deve ser mantida, de modo a que promova este percurso. Assim, tal como a gravilha e os postes metálicos, que devem ser retirados, nada deve ser acrescentado que possa modificar a preponderância do eixo. Referimo-nos tanto a barreiras visuais como físicas, estruturas arquitectónicas, painéis, bancas de informação e vendas ou ainda, como actualmente, carros. As adições necessárias à proposta funcional que fazemos, como cozinhas e casas de banho públicas, armazéns e estruturas administrativas devem ser colocadas nos espaços que já antes serviam esse propósito (como as divisões das alas das hospedarias contíguas à igreja e o edifício separado das hospedarias junto à entrada do Santuário, ou ainda a edificação, actualmente arruinada, à entrada do complexo). As únicas estruturas que o arraial suporta são as de apoio às festividades, como o coreto que usualmente lá estava aquando da estadia dos romeiros, pois estas são vistas como pertencentes à funcionalidade do espaço – falamos de estruturas temporárias a serem retiradas após o seu uso, para que o arraial possa estar desimpedido durante o resto do ano.

O pavimento deve manter-se tão horizontal quanto possível e todas as alterações que tenham em vista a criação de desníveis no arraial devem ser recusadas. Quanto à gravilha, propomos que seja retirada e substituída por saibro da cor do pavimento envolvente, um material confortável, apesar de consistente, e que implica bastante menos ruído. Em relação aos pilaretes que evitam, e bem, a presença de automóveis no interior do arraial, julgamos que estes devem ser retirados, pelas razões referidas, e que a circulação automóvel deve ser interrompida alguns metros antes do arraial, junto aos pilares que marcam a estrada para o farol, do lado esquerdo onde existe espaço para

estacionamento, de forma a que também a entrada no santuário se dê da maneira que descrevemos no capítulo anterior e que julgamos ser a mais natural¹⁶⁸: era, aliás, nesta zona, junto a um cruzeiro (hoje quase destruído), que os peregrinos se apeavam das suas montadas e meios de transporte para entrarem no arraial a pé.

Como componentes delimitadores do arraial, também as fachadas das hospedarias e igreja têm um papel predominante. Quanto à igreja não temos muito a apontar; esta está bem conservada (a repintura recente resolveu alguns problemas de escamação) e capaz de desempenhar o seu papel na perfeição. Fazemos apenas uma ressalva: qualquer acção de restauro que venha a ser necessária deve ter em conta as bases com que a obra foi desenhada, e que tentámos retratar no trabalho. É, assim, necessário aprofundar o estudo sobre os intervenientes na obra e as suas influências, bem como a análise dos traçados de proporções e dimensões da obra¹⁶⁹. O mesmo deve ser feito para as hospedarias, no que à repetição modular diz respeito, pois só uma correcta compreensão desta repetição, que está na origem da sua forma e que faz com que várias habitações e estruturas diferentes sejam lidas como pertencentes a um edifício unitário, pode garantir a expressão de comunidade que aqui se faz sentir. Esta repetição modular, e sobretudo dos arcos, é também essencial para a formação do ponto de fuga visual na igreja e nas passagens laterais, o que não só é parte fundamental para o nosso movimento na direcção do abismo como reafirma e exponencia o carácter sagrado do lugar e a sua existência sob a alçada da Igreja.

No que às hospedarias diz respeito, outros aspectos devem ser ponderados. As coberturas são, hoje, na sua maioria de duas águas, com excepção dos cinco módulos da ala Norte mais próximos da igreja que são de quatro águas; esta configuração em quatro águas é a original (como se vê num

¹⁶⁸ Para um comentário análogo, ver Heitor Baptista Pato – *Nossa Senhora do Cabo Espichel*, op. cit. p. 265, nota 286.

¹⁶⁹ O desenho que está na génese das proporções espaciais do arraial deve também ser levada em conta durante qualquer acção sobre o arraial em si, pois como vimos também a forma deste advém de um traçado regulador.

painel na Ermida da Memória) e bastante característica da arquitectura saloia. Algumas pessoas ligadas ao santuário defendem que estes telhados originais devem ser mantidos¹⁷⁰ ou até mesmo repostos nas restantes hospedarias. No entanto, como demos a entender, não partilhamos desta opinião pois consideramos que as coberturas em duas águas se adequam melhor ao conteúdo significativo do arraial, e assim sendo todas as coberturas da envolvente deste espaço deveriam ter esta configuração, incluindo as que mantêm os telhados originais.

Propomos que também à Casa da Ópera seja restabelecida a sua utilidade. Este equipamento tinha boas instalações e espaço suficiente para apresentar peças de teatro (tendo, em tempos, vestuário e cenário para os mesmos), e como tal um restauro do espaço será suficiente para que este possa suportar novas utilizações que sirvam a função que aqui propomos, como por exemplo a de sala de conferências.

Uma outra alteração em vista para o santuário, proposta no projecto para a Pousada do Cabo Espichel, coordenado por Victor Mestre, é o prolongamento das galerias (neste caso da galeria Norte) para além do arraial, ou seja, com continuação no espaço exterior: julgamos que esta medida deturpará por completo a passagem entre os dois espaços principais do lugar – arraial e exterior – e que é dos pontos mais significativos do conjunto, por constituir um entremeio entre estes dois espaços profundamente significativos. O estreitamento destas passagens é a forma que melhor se adequa à distinção entre dois espaços de essências diferentes e que devem ser lidos como tal.

Em termos de expressão, e como referimos no capítulo da *Leitura Formal*, o conjunto tem aquilo que é denominado com *grandiloquência rural*¹⁷¹, ou seja, uma expressão profundamente enraizada na cultura popular que ainda assim tem algo de monumental. Esta característica é fundamental na criação de um

¹⁷⁰ “Numa eventual recuperação das estruturas habitacionais do santuário, este tipo de cobertura ainda existente deveria ser integralmente mantido e preservado, quer exterior, quer interiormente.” Heitor Baptista Pato – *Nossa Senhora do Cabo*, op. cit. p. 266, nota 287.

¹⁷¹ Ver página 78.

espaço de cunho humano mas que ainda assim se quer grandioso uma vez que está ligado à experiência de valores imateriais e à vivência comunitária. Mais ainda, só a expressão original desta arquitectura poderá estar profundamente ligada ao lugar e à paisagem, estabelecendo assim um elo irrevogável entre edifício e sítio, espaço humano e espaço natural, que não só lhe consagra a pertença ao lugar como lhe dá um cunho imperecível. Assim sendo, os elementos que lhe conferem este aspecto (a que fizemos alusão nesse capítulo) devem ser mantidos ou melhorados no sentido de serem mais facilmente apreensíveis. Fundamental é a diferenciação entre as fachadas que encaram o arraial e as voltadas para o exterior, que assim sublinham e contribuem para as características diferentes de cada espaço, o interior mais aprazível e o exterior mais abandonado, algo que deve ser mantido. De notar que, com o santuário habitado, ou pelo menos habitável, com as janelas e portas desentaipadas, esta diferenciação far-se-á mais naturalmente e devolverá o encanto, a vida que falta ao arraial. A proporção entre vãos e o pano das paredes é também essencial, pois define um segundo nível de abrigo (o interior das hospedarias) de modo inequívoco, contribuindo também para a total distinção entre espaço comunitário e individual, que está de acordo com a função que propomos. Queremos ainda sublinhar que, nas recentes intervenções sobre o santuário, as fachadas foram repintadas. No entanto esta pintura foi feita de uma maneira descuidada, tingindo inclusivamente as cantarias, o que homogeneizou a fachada, retirando-lhe ritmo e expressão, ou seja, parte do seu carácter, da sua *melodia*. É urgente reparar esta circunstância.

Quanto ao interior dos vários edifícios, pouco podemos dizer devido à falta de informação. Mais uma vez, a igreja encontra-se num estado de conservação bom devido a várias obras nesse sentido (dos quais salientamos o restauro do tecto pelo Atelier Junqueira 220 em 2001). A única proposta que temos é para que a entrada se dê, novamente, pela porta central e não pela porta de vidro lateral, pois só dessa maneira se tem a correcta leitura do tecto perspético e de todo o espaço interior. Quanto às hospedarias, o nosso desconhecimento sobre o seu interior e como é habitar nestas construções é

quase total, pois todas as portas e janelas estão entaipadas e não é permitido entrar. Contudo, sabemos através de relatos que eram espaços bastante despojados, onde se vivia com o menos possível:

“Os sobrados, com chão de tábuas corridas, incluíam uma cozinha rudimentar “com duas fornalhas, uma grande mesa, dois bancos corridos e um cabide” (...). Apesar das comodidades proporcionadas pelas cozinhas e pelas mesas, os aposentos eram modestos, já que os festeiros, fazendo-se transportar por terra em carroças e mulas ou, por mar, em embarcações que acostavam na pequena enseada dos Lagosteiros, levavam consigo quase tudo o que necessitavam para os quatro ou cinco dias de romaria.”¹⁷²

Este despojo, esta pobreza nos modos e meios é essencial neste tipo de habitação temporária e ligada a motivos religiosos, onde os estímulos que não servem o propósito da nossa estadia devem ser reduzidos. E esta simplicidade deve ser notória não apenas nos equipamentos mas também na linguagem da arquitectura. Ao interior deve, então, ser restituída a sua funcionalidade e expressão originais. Sublinhamos que devem ser mantidas: as espessuras e métodos e materiais construtivos das paredes exteriores, que muito bem fazem a separação entre o exterior e interior da habitação; a configuração modular, pelas razões já explicadas, e que nos interiores se revelam na dimensão dos espaços e nas janelas – uma por loja ou sobrado, ou duas no caso de terem uma janela a Norte e outra a Sul da habitação, se bem que nestes casos deve ser estudada a hipótese de retirar a janela que não encara o arraial –; a configuração quadrada das janelas, e a sua caixilharia e portadas em madeira, bem como os bancos adjacentes a estas, as ditas *namoradeiras*; o soalho de madeira; a diferença entre o piso do arraial e das galerias, que confirmam a diferença de uso e de significado entre um elemento e outro. Há ainda muitas lacunas por preencher no que aos interiores diz respeito, e assim é necessário completar estas informações para melhor se compreender a expressão original das hospedarias, que cremos estarem em concordância com o modo de habitar o santuário na sua essência.

¹⁷² Heitor Baptista Pato – *Nossa Senhora do Cabo*, op. cit. p. 266.

V.III. EXTERIOR

O espaço exterior junto à falésia deve permanecer quase intocado. Referimos já que as fachadas exteriores devem ter um carácter distinto das que se voltam para o interior, pois isso permitirá uma leitura diferenciada dos espaços, benéfica para o correcto entendimento do lugar. Também o pavimento deve ser deixado como está, irregular, pedregoso e árido e pendendo ligeiramente na direcção do extremo pois isso contribui para a leitura do significado (este é igualmente parte da alteração de carácter espacial sentida entre interior e exterior, arraial e ermo). Não deve existir qualquer resguardo entre o visitante e a falésia, ou seja, o contacto entre ambos deve ser o mais permeável possível para que assim se sinta o desabrigo e desproporção da situação; julgamos inclusivamente que a colocação de sinais de perigo ao longo de todo este espaço seja pernicioso para o uso pleno deste. A ser forçosa a colocação de alguma protecção face ao abismo, esta deve ser elaborada de modo a não perturbar a orientação Este-Oeste do movimento induzido pelo espaço. Sugerimos a construção de muros baixos nessa mesma direcção, maciços e feitos em alvenaria, que, aproveitando o declive do terreno que desce nas proximidades da falésia, emergem do solo (apesar de manterem sempre a mesma cota, e não mais que 60cm no seu ponto mais alto), criando corredores entre os vários elementos de modo a que se exponencie o movimento no sentido poente; ou seja, replicar o muro que restou do antigo Forte do Espichel (e que ainda hoje está presente no lugar) – no entanto, os desenhos totalmente ortogonais devem ser evitados, sob o risco de criar um ambiente demasiado artificial e que entre em confronto com o espaço. Segundo este desenho, ao longo do limite do planalto existiria um outro muro, mais baixo que os acima descritos, formando algo semelhante a ameias nas zonas de contacto entre os vários elementos, esse sim responsável pela delimitação do espaço percorrível.

A excepção neste exterior praticamente intocado é a Ermida da Memória – permanecendo como o único marco humano preponderante deste espaço – que incorpora e anuncia alguns factores importantes da experiência deste lugar,

como fizemos ver anteriormente. Esta Ermida deve ser mantida na sua simplicidade e graça, pois este é parte do seu encanto que lhe dá o brio e uma aura de intemporalidade que a caracterizam e lhe dão o seu valor; a pintura recente das fachadas contribui para este ponto, e assim deve ser mantida. Propomos ainda que seja restituída a bola ao seu coroamento, pois é parte importante da sua forma, que sejam reparados os azulejos interiores e exteriores e que esta seja aberta ao público; julgamos que o aumento de visitantes e habitantes do Santuário, que um futuro restauro possa trazer, seja suficiente para que esta seja mantida a salvo de acções de vandalismo.

V.IV. CASA DA ÁGUA

A casa da água e cercado adjacente são, porventura, dos espaços abertos ao público aqueles que estão mais distantes da sua essência. Como vimos, este espaço era destinado ao lazer e descanso dos habitantes ou peregrinos, funcionando a casa da água como casa de refresco e o cercado como jardim, horta e espaço lúdico onde se faziam touradas e, presumimos, outras diversões. A primeira medida que propomos é uma reabertura dos poços e das bicas de água no interior do edifício e junto ao muro, do lado de fora à entrada do santuário, recebendo assim as pessoas com água potável e fresca. Segundo, que sejam replantados o jardim arborizado, que voltaria a ser como um Paraíso no centro de todo um território árido, e a horta, que pode ajudar a abastecer o Santuário. Terceiro, que ao edifício da Casa da Água seja devolvido o seu aspecto erudito e elegante pela recuperação dos azulejos, paredes e lanternim. Mais uma vez também a pintura recente é benéfica para a arquitectura, mas no exterior também a cobertura precisa de restauro. Quarto, que o gradeamento à entrada da casa da água seja retirado, caso a ocupação do Santuário seja permanente e em número suficiente de pessoas para que este fique a salvo de depredação; a possibilidade de visitar a casa da água sempre que desejado é essencial para o seu significado, simbolizando assim um refúgio permanente.

CAPÍTULO VI

NOTA FINAL

VI. NOTA FINAL

O Santuário de Nossa Senhora do Cabo, no Espichel, está hoje quase totalmente deixado ao abandono, o que tem obviamente uma grande preponderância na sua aparência. Tal negligência acarreta uma perda de valor da arquitectura, que por sua vez leva à perda de significado da experiência desde lugar, único no modo como revela ao ser humano, a qualquer ser humano e não apenas ao ser religioso, um entendimento singular do mundo e do seu destino. Esta situação tem vindo, aos poucos, a ser alterada, sobretudo desde o final do século passado e a um ritmo cada vez maior. Mas à urgência em dignificar este bem patrimonial, cada vez mais presente nas pessoas a quem o santuário diz respeito, tem de estar aliada prudência e ponderação; mais do que a acção do tempo e dos elementos, o próprio homem é capaz de destruir o seu espólio.

Esta dissertação está, claro, aberta a interpretação e as orientações a reavaliação; estas são, no entanto, concordantes com o espírito da arquitectura e do lugar, e destinam-se a promover as suas qualidades. Apesar de aclamarmos as recentes tentativas de revitalização do santuário, não podemos contudo concordar com o conteúdo da grande maioria destas, que julgamos retirarem valor ao espaço e sentido ao lugar e à sua experiência. A incompreensão do significado de todo o conjunto, espaço humano e natural, está na génese de propostas destoantes do objecto a que se referem, e é isso que se tenta evitar com este trabalho. Apenas tendo como base uma leitura como a que aqui apresentamos será possível, na prática, actuar de maneira a conservar a qualidade desta obra. Nesta leitura, os três assuntos estudados – *história, forma e sentido* – encerram a totalidade do objecto, e através do cruzamento de informações e da conformidade das conclusões tiradas é possível criar um corpo de critérios, sintetizado no último capítulo, que devem ser tidos em conta numa futura intervenção, sendo que esta é absolutamente imprescindível.

CAPÍTULO VII

BIBLIOGRAFIA

VII. BIBLIOGRAFIA

ABREU, Pedro Marques de – *Palácios da Memória II: A Revelação da Arquitectura* (Tese de Doutoramento em Arquitectura, ramo Teoria da Arquitectura, defendida na FAUTL em 2 de Fevereiro de 2005).

ALEXANDER, Christopher – *The Timeless Way of Building*. New York: Oxford University Press, 1979.

AMARAL, Francisco Keil do; et al. – *O santuário da Senhora do Cabo no Espichel*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

BACHELARD, Gaston – *A poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BIRG, Manuela, coord. – *João Antunes: Arquitecto: 1643-1712*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, 1988.

BRANDI, Cesare – *Teoria do Restauro*. Amadora: Edições Orion, 2006.

CAETANO, Joaquim Oliveira; SILVA, Nuno Vassalo e – *Breves notas para o estudo do arquitecto João Antunes*, Separata da Revista *Poligrafia*, nº 2, 1993.

CALADO, Manuel, et al – *O tempo do Risco: Carta Arqueológica de Sesimbra*. Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra, 2009.

CALDAS, João Vieira – *A casa rural dos arredores de Lisboa no século XVIII* (Tese de Mestrado em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa). Lisboa: [s.n.], 1987.

CARDOSO, João Luís – *O litoral sesimbrense da Arrábida. Resenha dos conhecimentos da sua evolução quaternária e das ocupações humanas correlativas*, in *Sesimbra Cultural*, nº 4.

CARDOSO, João Luís – *A Lapa do Bugio (Sesimbra)*, in *Sesimbra Cultural*, nº 4.

CARDOSO, João Luís – *O Bronze Final da Baixa Estremadura e as cerâmicas de ornatos brunidos da Lapa do Fumo (Sesimbra)*, in *Sesimbra Cultural*, nº 5.

CARDOSO, João Luís – *A cronologia absoluta do depósito arqueológico da Lapa da Furada – Azóia, Sesimbra: seu significado e incidências rituais e culturais*, in *Sesimbra Cultural*, nº 6.

CARVALHO, António Rafael; RODRIGUES, Fernanda – *Elementos para o conhecimento da Sesimbra Islâmica*, in *Sesimbra Cultural*, nº 6.

CARVALHO, António Rafael – *A Placa Epigráfica Árabe encontrada na Gruta 4 de Maio, na Serra da Azóia in Periferias*, nº 01 (Fev. 2010).

CARVALHO, Ayres de – *D. João V e a Arte do seu Tempo*. Lisboa: A. De Carvalho, 1962.

CARVALHO, Ayres de – *As Obras de Santa Engrácia e os seus Artistas*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1971.

COELHO, António Borges – *O Domínio Germânico e Muçulmano*, in *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Lisboa 94, 1994.

CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio da – *Memoria da prodigiosa imagem da Senhora do Cabo, descrição do triumpho com que os festeiros e mais povo de Benfica a conduziram á sua parochia em 1816, para a festejarem em 1817*. Lisboa: Impressão Régia, 1817.

CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio da – *Gabinete Historico, que a Sua Majestade Fidelissima o Senhor Rei D. João VI, em o dia de seus felicíssimos annos, 13 de Maio de 1818, offerece Fr. Claudio da Conceição Ex-Defiador , Examinador Sinodal do Patriarcado de Lisboa , Pregador Regio , e Padre da Provincia de Santa Maria d'Arrabida*. Lisboa: Impressão Régia, 1831

COSTA, Diogo Francisco da Piedade e – *A Luz de Portugal: Historia da Nossa Senhora do Cabo*. Lisboa: Typ. da Comp. Nac. Ed., 1899

ELIADE, Mircea – *Mitos, Sonhos e Mistérios*. Lisboa: Edições 70, 2000

ELIADE, Mircea – *O Sagrado e o Profano: A Essência das Religiões*. Lisboa: Livros do Brasil, 2002.

FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes – *Arquitectura vernácula da região saloia: enquadramento na área atlântica*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991.

FERREIRA, Helmer da Cruz – *Santuário de Nossa Senhora do Cabo: Cabo Espichel*. Lisboa: Heliópolis, 1995.

FIGUEIREDO, Silvério; et al. – *A Pré-História do Espichel: Subsídios para a Carta Arqueológica do Cabo Espichel*. Chamusca: Cosmos, 2007.

FIGUEIREDO, Padre Carlos Veríssimo – *Tradições religiosas do povo de Sesimbra*, in *Sesimbra Cultural*, nº4.

GANDRA, Manuel – *Círio de Nossa Senhora do Cabo Espichel: Aspectos mítico-simbólicos*. Sintra: Comissão de Festas de Nossa Senhora do Cabo Espichel da Freguesia de S. Martinho, 2004

GASPAR, Jorge – *Território dos Saloios*, in *Etnografia da região saloia – A Terra e o Homem*, vol. I. Sintra: Instituto de Sintra, 1993.

GIUSSANI, Luigi – *O Sentido Religioso, primeiro volume do PerCurso*. Lisboa: Verbo, 2008 [2002].

GIUSSANI, Luigi – *Na Origem da Pretensão Cristã, segundo volume do PerCurso*. Lisboa: Verbo, 2002

GIUSSANI, Luigi – *Porquê a Igreja, terceiro volume do PerCurso*. Lisboa: Verbo, 2004.

GÓMEZ, José A. Molina – *La Cueva y su Interpretación en el Cristianismo Primitivo in Espaço y tiempo en la percepción de la Antigüedad Tardía*. Antig. crist. (Murcia) XXIII, 2006.

GUIMARÃES, J. Ribeiro – *Summario de varia historia: narrativas, lendas, biographias, descripções de templos e monumentos*. Lisboa: Rolland & Semiond, 1872-1875.

HEIDEGGER, Martin – *A Origem da Obra de Arte*. Lisboa: Edições 70, 2008.

KIERKEGAARD, Søren – *Desespero Humano: Doença até à Morte*. Porto: Liv. Tavares Martins, 1957.

KUBLER, George – *A Arquitectura Portuguesa Chã: Entre as Especiarias e os Diamantes (1521-1706)*. Lisboa: Vega, 1988.

LEVINAS, Emmanuel – *Totalidade e Infinito*, Lisboa: Edições 70, 1988

MARQUES, Luís – *O Paraíso “no Fim do Mundo”: o culto de Nossa Senhora do Cabo*, Lisboa: Sextante, 2007.

MARQUES, Miguel da Silva – *Cartografia Antiga*. Lisboa: Ministério da Cultura, 2001.

MELLO, Magno Morais – *Falsos espaços e ilusão arquitectónica no tecto da nave do Santuário do Cabo Espichel*, in *Sesimbra Cultural*, nº 4.

MELLO, Magno Morais – *Acervo artístico no Santuário do Cabo Espichel*, in *Sesimbra Cultural*, nº 6.

Memórias sobre a antiguidade das Romarias, e da Romaria ao sítio de Nossa Senhora do Cabo, etc. Anónimo, ms. 98 col. Pombalina (Biblioteca Nacional de Lisboa), 1854/1857.

MESTRE, Víctor - *Subsídios para o conhecimento da arquitectura popular do concelho de Sesimbra*, in *Sesimbra Cultural*, nº 0.

MONTEIRO, Rafael; ZBYSZEWSKI, Georges, co-autor; FERREIRA, O. Da Veiga, co-autor - *Uma notável placa de xisto encontrada na Lapa do Bugio (Azóia)*, Separata da *Revista de Guimarães*, 1967, Vol. LXXVII.

NORBERG-SCHULZ, Christinan - *Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture*, Nova Iorque: Rizzoli.

OLIVEIRA, Luísa - *O 'D. Quixote' do Cabo Espichel* in *Visão Set.* 2010, nº 915, p. 92.

PATO, Heitor Baptista - *Nossa Senhora do Cabo - Um Culto nas Terras do Fim*, Lisboa: artemágica e Heitor Baptista Pato, 2008.

PEREIRA, José Fernandes, dir; PEREIRA, Paulo, coord. *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

PEREIRA, Nuno Teotónio - *Reabilitação: ala sul para a confraria e adaptação a pousada da ala norte do Santuário e restauro da I.N.S. do Cabo Espichel*, In: *Arquitectura e Vida*, Nº 17 (Jun. 2001), pp. 16-21.

PEREIRA, Paulo, dir. - *História da Arte Portuguesa*, Volume II. Lisboa: Círculo de Leitores e Autores, 1995, p. 351.

PEREIRA, Paulo, dir. - *História da Arte Portuguesa*, Volume III. Lisboa: Círculo de Leitores e Autores, 1995.

PEREIRA, Paulo - *Enigmas: Lugares Mágicos de Portugal*, Volume V. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2005.

ROSENFELD, Myra Nan - *Serlio on Domestic Architecture: Sebastiano Serlio*. New York: Dover Publications, inc., 1996 [1978].

PIMENTEL, José Cortês - *Arrábida: História de uma região privilegiada*. Lisboa: Inapa, D.L. 1992.

RITA, Mário; BEJA, Hugo, co-autor; KRULL, João, fotogr. - *Retábulos e painéis no Convento dos Cardaes*. Lisboa: Convento dos Cardaes, 1992.

SAMBRICO, Carlos, introd.; PADILLA, Fausto Diaz, trad - *Todas las obras de arquitectura y perspectiva de Sebastian Serlio de Bolonia*. Oviedo: Colegio Oficial de Aparejadores y Arquitectos Tecnicos de Asturias, 1986.

SANTA MARIA, Fr. Agostinho de - *Santuário Mariano e historia das imagens milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente aparecidas, em graça dos Prégadores e dos devotos da mesma Senhora*. Lisboa: Miscelânia, 1933.

SERLIO, Sebastiano - *Todas las obras de arquitectura y perspectiva de Sebastian Serlio de Bolonia*. Introdução de Carlos Sambrico, tradução de Fausto Diaz Padilla. Oviedo: Colegio Oficial de Aparejadores y Arquitectos Tecnicos de Asturias, 1986 [1600].

SERRÃO, Eduardo da Cunha; SERRÃO, Vítor, co-autor; MOREIRA, Rafael, anot. - *Sesimbra Monumental e Artística*, Sesimbra: Câmara Municipal, 1997.

SILVA, Carlos Tavares da; SOARES, Joaquina; co-autor - *Arqueologia da Arrábida*. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, 1986.

SIMÕES, João Miguel - *Arte e sociedade na Lisboa de D. Pedro II* (Tese de Mestrado em Arte, Património e Restauro, na Universidade de Lisboa). Lisboa: [s.n.], 2002.

VIEIRA, Ana Maria et al. *O Convento dos Cardaes: Veios da Memória*. Lisboa: Quetzal Editores, 2003.

CAPÍTULO VIII

ANEXOS

(54.214 palavras)

